

No Norte: liberdade eleitoral em causa

PADRES ACONSELHAM VOTO À DIREITA

VÍTOR CRESPO DESBLOQUEIA A COOPERAÇÃO COM CABO VERDE

«Foi liquidado e definitivamente arrumado o contencioso colonial existente entre Portugal e Cabo Verde», afirmou ontem à chegada a Lisboa, o comandante Vítor Crespo que chefiu a delegação portuguesa que participou na cidade da Praia nas negociações entre os dois países.

O ministro da Cooperação, que viajou juntamente com o embaixador de Cabo Verde em Lisboa, dr. Corsino Fortes, referiu-se depois à «forma extremamente cordial e completo entendimento» que pautaram as conversações na Praia.

Vítor Crespo sublinhou que o acordo concluído entre Por-

tugal e Cabo Verde pode considerar-se «equilibrado justo e digno» e que a forma «exemplar» como foi obtido, bem como os contactos que estabeleceu na cidade da Praia com o Primeiro-Ministro e Presidente da República de Cabo Verde poderão vir a contribuir para uma melhoria do clima que há-de vir a presidir as negociações da mesma natureza, com as outras ex-colónias.

Noutra passagem das suas declarações, Vítor Crespo revelou terem sido concluídos alguns acordos no domínio da cooperação entre os dois países, destacando, entre ou-

Continua na pág. 20

PORTO, 17 — Segundo informações colhidas em meios eclesiásticos, as homilias da missa dominical deste fim-de-semana (Pascal) serão, na grande maioria das igrejas do Norte, um apelo ao voto à direita.

A semelhança do que aconteceu no ano passado, nas vésperas das eleições, há grandes movimentações nesse sentido. As folhas têm sido, aliás, pródigas a lançar «alertas» aos cristãos para que votem na «salvação nacional», e lutem pelo regresso dos monopólios e patrões sabotadores.

No seu anticomunismo primário não deixam de lançar atoardas deste tipo, como o folheto «Vida e Luz» da Póvoa de Varzim, por exemplo: «(...) Quando nem as galinhas gostam do milho soviético, como insiste certa gente em impingir aos bípedes pensantes «alimentos» da mesma procedência com que eles também não se dão?»

A defesa do País «iminentemente cristão» é também aproveitada para o apelo aos votos de direita — «cristão» — como sublinha o mesmo folheto.

Pressionando claramente o eleitorado cristão diz: «do socialismo — não marxista — para a direita é lícito ao cristão alistar-se no partido do seu agrado. Do socialismo-marxista — e daí para a esquerda — seja qual for o partido nem é lícito ao cristão em consciência aderir».

Segundo dados colhidos pelo «D.L.» a diocese de Braga distinguir-se-á na campanha, como aliás já tem acontecido, com mais de 90 por cento dos seus padres fazendo apologia dos três partidos

não-marxistas, «democráticos», «cristãos»: P.D.C., C.D.S. e P.P.D.

O inferno tem sido até sentença apontada para aqueles que votarem no «comunismo». Isto muito particularmente nos «confessos» quaresmais, em freguesias de Braga, de Guimarães, Famalicão, Ponte de Lima, Arcos de Valdevez, etc. O voto noutros partidos que não sejam daquela triade, tem sido também considerado pecado mortal.

«Final como é isto» — interrogam-se algumas pessoas com as quais contactámos — «a Igreja que assim coage os cristãos, diz-se apolítica e faz, através da sua hierarquia, a política que já fazia no tempo

do fascismo?»

«Este tipo de Igreja» — disse-nos ainda um padre progressista — «é uma arma que apesar de estar a avor dos grandes e poderosos, o nosso povo ainda aceita».

Entretanto, considerado, lido e fiel cumpridor da orientação que o arcebispo de Braga imprime à diocese, continua a ser contestado o rev. Vilar, pároco de Caxinas e Poça da Barca, povoações de pescadores de Vila do Conde. «Queremos um padre socialista» — é o «slogan» inscrito a vermelho numa das paredes da igreja.

Conhecido pelo seu conservadorismo, já de longa data, o rev. Vilar, no seu jornal de paróquia, tem vindo a actuar para o voto nos partidos «merecedores de confiança» — P.P.D. e C.D.S. — aconselhando a não votar no P.C. e no P.S., «cujos militantes são comunistas disfarçados».

Saliente-se que a população daquelas localidades votou no ano passado, de uma forma esmagadora, nos partidos de esquerda. Daí os conflitos, e a contestação.

Conselheiros da Revolução almoçaram no Porto

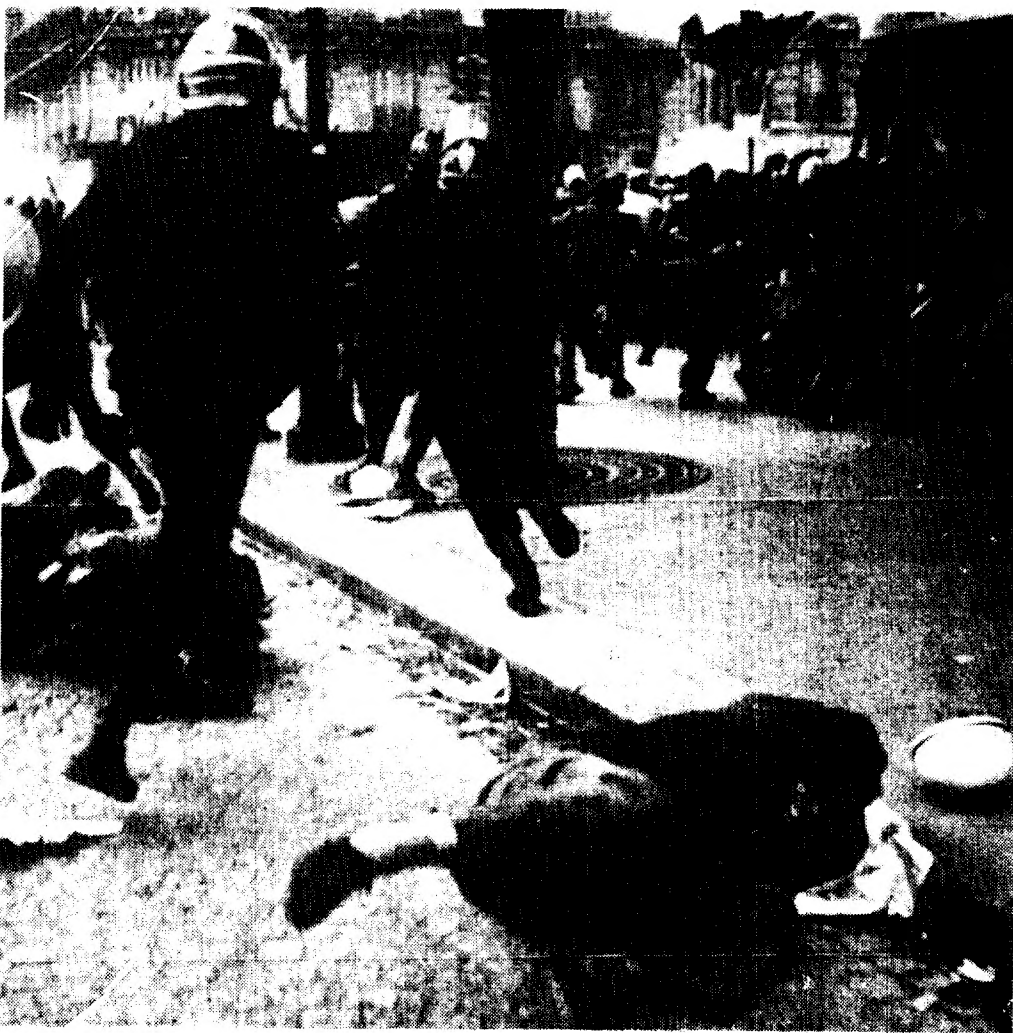
PORTO, 17 — Correspondo a um convite «feito há muito» pelo brigadeiro Pires Veloso, os três chefes do Estado-Maior, Ramalho Eanes (Exército), Morais da Silva (Força Aérea) e Souto Cruz (Armada), mais o comandante da 1.ª Região Aérea, Pinho Freire, reuniram-se ontem com o comandante da Região Militar do Norte, num almoço que decorreu num restaurante da Praia de Lavadores, em Vila Nova de Gaia.

A volta do tradicional prato «bacalhau recheado com presunto», servido num local reservado do restaurante, o repasto durou cerca de hora e meia. Em afirmações prestadas ao «JN», o brigadeiro Pires Veloso afirmou deslocar-se aos

Continua na pág. 20

INCIDENTES COM ESTUDANTES EM PARIS

A Polícia de Choque carregou sobre estudantes que efectuavam em Paris uma manifestação contra as reformas no ensino, depois de se terem verificado outras manifestações de protesto na província, enquanto decorria uma greve nas universidades. Nos incidentes de Paris, houve feridos entre os estudantes e a Polícia, estando previstas novas manifestações contra as controversas reformas (ler na página 13). O jornal comunista «L'Humanité» alega que, na capital, provocadores da Polícia se infiltraram entre os manifestantes, a fim de desacreditarem o movimento, por meio de actos de violência (Telefoto U P I - Telimprensa)



Ponto político em tempo eleitoral

Na próxima semana, iniciaremos a publicação de entrevistas sobre o actual momento político, com dirigentes dos principais partidos políticos.

SEGUNDA-FEIRA

Entrevista com Sottomayor Cardia, secretário do Partido Socialista.



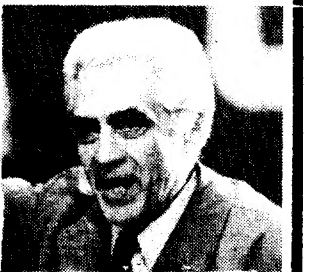
TERÇA-FEIRA

Terça-feira — Entrevista com Sá Carneiro, secretário-geral do Partido Popular Democrático.



QUARTA-FEIRA

Quarta-feira — Entrevista com Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido Comunista Português.



HOJE, no caderno «Eleições» — «GOVERNO DE ESQUERDA, QUE FUTURO?», depoimentos de Rodolfo Crespo (P. S.) e Aboim Inglês (P. C. P.)

REFORMA

AGRÁRIA

NA BEIRA BAIXA

pág. 10

A L.A.P.A.

DENUNCIA

O SEPARATISMO

AÇOREANO

pág. 11

24 PÁGINAS

Nacional

Política de A a Z

DEMOCRACIA E SOCIALISMO

O brigadeiro Franco Charais falando para o «DL», por ocasião das manobras realizadas na Serra de Aire, o tenente-coronel Firmino Miguel escrevendo nas páginas da revista «Baluarte», defendeu que as Forças Armadas se constituíram garantias, perante o Povo e a História, da tarefa de construir, em Portugal, uma sociedade democrática e socialista. Pares estes militares «a Revolução não acabou». Na revista «Baluarte», o tenente-coronel Firmino Miguel afirma que alcançar o objectivo — «uma sociedade construída de acordo com as opções democráticas e socialistas liminarmente definidas nos preceitos dos nossos futuros textos constitucionais» — constitui a «missão histórica» do Povo Português. Para o tenente-coronel Firmino Miguel essa «missão histórica» será assegurada pela «convergência dinâmica» do PODER POLÍTICO verdadeiramente representativo com a força anímica nacional que advém da total identificação das Forças Armadas com o projecto político que resultou de interpretação revolucionária, socializante, do Programa do Movimento das Forças Armadas. E, para o tenente-coronel Firmino Miguel, são as opções básicas da Democracia e Socialismo que deverão condicionar a vida política, a atitude política das Forças Armadas. Não se deverá confundir «apartidarismo» com «apoliticismo», nem «insenção partidária» com indiferença, ou cumplicidade, perante as actividades fascistas e reacçãoárias. As opções básicas — Democracia e Socialismo — deverão determinar o justo entendimento do conceito de «pluralismo democrático». Lucidamente escreveu o tenente-coronel Firmino Miguel: «As Forças Armadas deverão, ainda, garantir a pluralidade das opções socialistas, deixando que o Poder Político, através da prática democrática, conduza o país para o socialismo desejável e possível que a Constituição permita e preceitue».

O CONSELHO DA REVOLUÇÃO ESTÁ ATENTO

O major Vitor Alves, conselheiro da Revolução, ministro do VI Governo Provisório, em declarações prestadas a um jornal de Lisboa, mostrou que levava a sério o chamado «caso Spínola», que o não reduzia a mais um «golpe» de partidos ou forças políticas de «esquerda». Contrariando as versões que nos têm sido servidas, nos órgãos de comunicação social, por reacçãoários ladinos e intoxicados obstinados, o ministro Vitor Alves, afirmou: «O Conselho da Revolução tem seguido com a máxima atenção todos os factos que vêm sendo denunciados e não só». E esclareceu que o «caso Spínola», que não se limita ao «escândalo Stern», tem «sido seguido com toda a atenção. Não digo a nível de opinião pública, mas sim a nível de autoridades militares». Estas afirmações de Vitor Alves, ao contrário do que se poderia esperar, não mereceram comentário daqueles profissionais da intoxicação da opinião pública que se mostraram emocionados com a «golpada», lançada nas colunas da «Stern», que a poderosa «esquerda» lusitana inventou. Poderosa «esquerda» que impõe as reservas do insuspeito Strauss, que dita o procedimento do prudente Governo da Suíça, que faz rodar as rotativas da «Stern». Os nossos intoxicadores não desarmam, mas são ridículos.

COSTA GOMES OU A «DESESTABILIZAÇÃO»

Segundo um vespertino de Lisboa, em editorial assinado, o escândalo «Stern», atingindo «personalidades militares com possibilidades de candidatura à Presidência», teria sido «destinado à criação de um ambiente propício a obrigar o general Costa Gomes a sacrificar-se de novo à Presidência». Passe a ironia e desconte-se, aos pequenos discípulos de Maquiavel, esta arte da manobra e da intriga, que os leva a concluir: «A ser assim, teríamos a manutenção dramática de uma situação desestabilizada, não favorável ao início da arrancada de que temos de empreender imediatamente, rumo a um projecto de desenvolvimento de todas as nossas potencialidades, para vencermos a crise, para debelarmos o desemprego, estancar a inflação, criar riqueza, distribuí-la equitativamente, lançar as bases de um País digno da Europa, não ridicularizado no conceito mundial». Não ficámos a saber de que Europa, de que «conceito mundial» o articulista fala. Mas ficámos a saber que Costa Gomes é a «desestabilização» na ordem interna, nas relações internacionais motivo para a «Europa» nos considerar indignos e que no «conceito mundial» sejamos ridicularizados. De António de Spínola a António Champalimaud, chama-se por uma mudança; clama-se por mudança da C. I. P. (actual) à C. U. F. (antiga). Propõem-nos um novo equilíbrio (ou um regresso) e há jornais ao serviço desse «novo revirinho». Consequentemente escreve-se: «E o denominador comum capaz de alcançar esse equilíbrio talvez possa encontrar-se no próximo Presidente, cuja personalidade deverá ter a ressonância e autoridade correspondentes às tarefas que o esperam». Traduzindo: pretende-se um Presidente da República capaz de trair o Programa do Movimento das Forças Armadas, capaz de desrespeitar a Lei Constitucional de 11 de Dezembro de 1975, capaz de violar a letra da Constituição de 1976; pretende-se um Presidente da República que se apegue a realizar um «novo equilíbrio», que se disponha a operar uma «mudança», um «regresso». Estes ataques ao general Costa Gomes não contribuem só para uma reavaliação do seu papel, e das suas atitudes, ao longo destes dois anos de «processo revolucionário», mas, também, para levar muitos militares a reflectirem nos reais motivos que inspiram tão constantes ataques ao Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, ao Presidente do Conselho da Revolução e ao Presidente da República.

POSIÇÕES DO P.S.

Contra a C.A.P., contra os colonialistas

«A CAP morrerá», afirmou Carlos Laje, do PS, durante um comício no Pvilhão do Académico, no Porto, frisando que a chamada Confederação dos Agricultores de Portugal «está a chegar ao fim das suas capacidades».

Completando e reforçando a sua afirmação, Carlos Laje recordaria o fracasso que constituiu o último comício da CAP nos arredores de Portalegre e que aquele dirigente socialista classificaria como «vergonhosos».

Salientando que «o povo português não vai permitir que a direita recupere os privilégios que perdeu com o 25 de Abril» e que «a direita leva a mais desemprego e ao aumento do custo de vida», o orador focaria a Constituição como o maior obstáculo à recuperação das forças reacçãoárias.

No decurso deste comício usaria ainda da palavra o dr. Salgado Zenha que alinaria

ataques ao PPD e ao CDS, referindo particularmente o último por se dizer democrata-cristão. «Mas que democracia e que cristianismo?» — perguntaria o dr. Zenha — «Salazar também era católico. Será que a PIDE era uma instituição cristã? Quando o bispo do Porto foi exilado, que fez a democracia-cristã do CDS?»

PRÁTICA COLONIALISTA

Num comunicado intitulado «A opção dos colonialistas», o Partido Socialista toma posição sobre uma circular da «Comissão de Desalojados Ultramarinos de Viana do Castelo» em que se transmite aos retornados ter já sido escolhido o partido em que devem votar — o CDS.

Diz o comunicado do PS. «Numa prática colonialista que se mostra incapaz de esquecer, um grupo de indivíduos que constitui a chamada «Comissão de Desalojados Ultramarinos de Viana do Castelo» certamente saudosos do tempo da exploração das ex-colónias, em que, despoticamente, se habituaram a tomar decisões pelos que oprimiam, fez chegar às mãos dos retornados daquele distrito uma circular em que lhes anunciam ter decidido por eles, o partido em que devem votar: o CDS. E o comunicado prossegue:

«Tens agora o dever de votar no partido que, a nível nacional os representantes dos desalojados escolheram diz a circular não especificando contudo quem são os representantes. No entanto, não é difícil

adivinhar que eles se encontram entre os que vivem largamente das contas bancárias que acumularam ao longo dos anos de exploração capitalista nas ex-colónias, em habitação própria com o Mercedes à porta, à custa do suor dos outros que agora se encontram sem nada e aos quais querem impingir o voto CDS».

«Estes nada têm a ver com os que dizem representá-los pois estes merecem a solidariedade de todos os seus irmãos portugueses e têm-nos os seus problemas não se resolvem com circulares, mas sim com a possibilidade de trabalho condigno dando-lhes a hipótese de, com todas as suas capacidades criadoras reveladas nas ex-colónias, ajudarem a reconstruir Portugal».

MARGARIDA TENGARRINHA, PCP:

A divisão dos trabalhadores só interessa aos capitalistas

A unidade da esquerda como barreira ao avanço do fascismo e da reacção, passando principalmente pela aliança de comunistas e socialistas, passando principalmente pela aliança de comunistas e socialistas, foi mais uma vez realçada pelo P.C.P., desta vez através de Margarida Tengarrinha, membro suplente do Comité Central, num comício realizado em Montelavar.

«A quem interessa a divisão dos trabalhadores senão aos capitalistas? perguntaria a candidata do P.C.P., acrescentando:

«No processo de recuperação capitalistas tentado pela direita reacçãoária, os inimigos dos trabalhadores começam sempre por tentar dividir e criar a confusão, para depois darem o golpe final, que é entregar as empresas sob controlo dos trabalhadores aos anteriores patrões, aos capitalistas que sempre os exploraram, os que, no tempo do fascismo, chamavam as forças repressivas para espancá-los e prendê-los, quando lutavam por mais um pouco de pão para os seus filhos. É ou não verdade que isto se está a passar agora nos Marmores do Condado?»

Referindo directamente a posição do Partido Socialista e de quais as alianças porque optará, diria Margarida Tengarrinha:

«O P.C.P. considera, no entanto, necessário que os dirigentes do P.S. esclareçam antes das eleições com quem se vão aliar depois do acto eleitoral. (...) A dúvida de com quem se aliará o P.S., e a hipótese de que poderá pender para uma aliança à direita, têm toda a razão de ser.

O anticomunismo que o P.S. fomentou, particularmente desde o início da campanha eleitoral do ano passado, a violenta campanha de calúnias que o P.S. encabeçou contra o V Governo Provisório, abriram caminho à ofensiva da direita reacçãoária.

Por sua vez, o P.S. não hesitou em aliar-se aos partidos da direita para alcançar uma posição de hegemonia no VI Governo Provisório. O P.S. conta com 25 membros e é, de braço dado com o P.P.D., o responsável pela política do VI Governo contra os interesses da classe operária e das massas trabalhadoras. O P.P.D. e P.S., que detêm todas as pastas da

economia e do trabalho, são directamente responsáveis pela subida do custo de vida e pelo congelamento dos salários, uma das formas da tentativa de recuperação capitalista, assim como são responsáveis por abrir caminho ao regresso do patronato às empresas com intervenção estatal e controlo operário, de que é exemplo o que se está a passar aqui mesmo, nos Marmores do Condado.

As posições hesitantes do P.S. quanto à defesa das con-

dições essenciais da Revolução, as suas posições da clara cedência ante os partidos e forças da direita reacçãoária, não dão a mínima garantia àqueles que, dispondo-se a votar P.S., pensam que iriam votar na consolidação da democracia, rumo ao socialismo.

A esses, nós dizemos: a garantia mais forte que o P.S. faça uma aliança à esquerda é uma maciça, uma forte votação no P.C.P., o grande Partido da Esquerda».

S.I.P. DO P.C.P.:

«UNIR O P.S. A ESQUERDA»

«A torrente que aponta para a necessidade da formação de uma maioria de esquerda com o P.C. — condição indispensável para conter o perigo fascista e manter intacta a esperança do socialismo — é já irresistível», sublinha uma nota da Secção de Informação e Propaganda do P.C.P., a propósito das afirmações do dirigente do P.S., Manuel Alegre, durante uma intervenção na RTP onde declarou que o seu partido não se aliaria nunca ao P.C., tendo jurado «eu seja ceguinho»!...

Afirma-se adiante na nota:

P.D.C. EVOCA CATÃO

É preciso destruir a Constituição!

«Tal como no antigo senado de Roma, Catão dizia todos os dias, é preciso destruir Cartago (e foi destruída), o PDC irá para a Assembleia da República e lutará pela revisão da Constituição, e esta há-de ser revista».

A premonição é de Silva Resende, secretário-geral do PDC, num comício no Teatro Gil Vicente, em Cascais, no decurso do qual um outro militante daquele partido diria ainda que «nós somos aqueles por quem esperam os que clamam por justiça».

Tónica semelhante teve também um outro comício do PDC, este no Norte do País, na escola-piloto de Braga, em que, o secretário-geral do PDC afir-

maria: «Esta revolução não foi uma revolução, mas sim um atentado. Foi um crime multiplicado por vários crimes. Foi uma horrenda carnificina multiplicada por todas as parcelas do território português. Foi uma entrega vil e ignóbil aos inimigos da civilização».

Pretendendo assumir-se como o único partido que tem no seu programa a doutrina social da Igreja, o PDC pela voz do seu secretário-geral, reclamaria ainda em Braga o termo da neutralidade da Igreja. «A Igreja não poder ser neutra connosco. Nós somos o único partido que tem no seu programa a doutrina social da Igreja. Por isso mesmo, a Igreja, não os pode considerar um partido como outro qualquer».

MANUEL ALEGRE

«Há terras sem 25 de Abril»

«Um governo de direita procurará restaurar os privilégios do grande capitalismo e fazer novamente de Portugal uma quinta daquela meia dúzia de tubarões que durante cinquenta anos andou a engordar à custa da miséria e dos sacrificios do povo» — afirmou Manuel Alegre, cabeça de lista pelo círculo eleitoral de Coimbra, no decurso de um comício efectuado ontem à noite em Formoso.

Disse ainda Manuel Alegre que «há terras do nosso país aonde não chegou ainda o 25 de Abril. (...) Os antigos caciques continuam a intoxicar, a enganar e a manipular o povo».

Acentuou Alegre que eles (os caciques) «trazem agora ao peito o emblema do CDS e o do PPD, mas é só para disfarçar, porque o verdadeiro emblema deles é o emblema da União Nacional de Salazar ou da Acção Nacional Popular de Marcelo Caetano».

ATENÇÃO MÍOPES A MIOPIA

A Presbitia (vista cansada), a Hipermetropia e a Afacia (operado às cataratas) podem agora ser corrigidas com lentes finas e leves para óculos em cristal anti-reflexo, a partir de 4,25 até 30,00 Dioptrias, incluindo, quando necessário, até 600 Dioptrias de Astigmatismo.

Para mais informações dirija-se já a

Óptica Visual, Lda. AGÊNCIA COM NOVA GERAÇÃO, Rua das Portas de Santo Antão, 27-2.º, telefone 36 55 15.

ATENÇÃO: Entrada pela espingardaria

post scriptum

A ambiguidade da lei sobre os investimentos estrangeiros

Acaba de ser promulgado o Decreto-Lei n.º 239/76, de 6 do corrente, que dota as Secretarias de Estado do Planeamento e dos Investimentos Públicos de um instrumento legal que define, em linhas gerais, as condições a que vão ficar sujeitos os investimentos estrangeiros no nosso país, tanto os que já existem como os que venham a efectuar-se.

Feita uma análise, a nível global, da matéria decretada, fica-se com a impressão de que houve da parte do legislador o propósito de subordinar os investimentos estrangeiros aos superiores interesses da Economia Nacional. Efectivamente, são de salientar, de modo particular, no contexto global do decreto-lei, as cláusulas que determinam a sujeição dos investimentos ao Plano de Desenvolvimento Económico Nacional e a sua nacionalização, isto é a dos bens ou serviços daqueles resultantes — empresas — quando julgado conveniente. Consta-se, no entanto, que o clausulado comporta certos aspectos contraditórios ou, pelo menos, ambiguos, facto que não deixará de criar certas apreensões.

Se, pelo facto de sermos a lanterna vermelha da Europa, nos dominios da economia — factor condicionante do desenvolvimento em todos os outros dominios do social — se pode justificar a aceitação dos investimentos estrangeiros, a verdade é que, para nós portugueses, os mesmos somente se tornarão válidos desde que correspondam a investimentos autênticos e não a meros expedientes capitalistas.

Preceitua o decreto, através do n.º 1, do seu art.º 20.º que «as empresas com capital estrangeiro terão acesso ao crédito interno, a curto prazo, em igualdade de circunstâncias com as restantes empresas».

Que significado terá este preceito?

Que as multinacionais vão continuar a gozar da prerrogativa de investirem alguns milhares para, depois, poderem servir-se dos nossos capitais, e, assim, continuarem a explorar a mão-de-obra barata dos trabalhadores portugueses?

Será que a História, desta vez, vai repetir-se?

Será que as multinacionais vão continuar a usar a velha técnica capitalista e «champanhaudiana» de «curar a mordedura do cão com o pelo do próprio cão»?

Preceitua, por outro lado, o art.º 13.º que fica garantida a transferência dos lucros, sobre o investimento efectuado, até ao montante de 12 e 20 por cento, facto que, pelo menos, suscita esta reflexão: de que lucros se trata?

Serão os lucros resultantes exclusivamente do investimento efectuado ou estarão também considerados os que resultarão, forçosamente, da utilização do crédito interno?

Além do mais, as percentagens mencionadas correspondem a taxas de juro tão elevadas que daí pouco ficará para reinvestimento, sendo certo que neste reside o verdadeiro motor do crescimento económico.

Verifica-se, também, que o art.º 23.º permite a transferência de remunerações, até ao montante de 70 por cento. Este facto, analisado superficialmente, nada traduz de significativo. Porém, se se pensar que os administradores, técnicos, etc. das multinacionais auferem chofres ordenados — os 150 e 200 contos mensais são vulgares — de imediato saltará à mente a ideia de que se estará perante mais um processo de transferir lucros — aliás a técnica já é velha.

No domínio da tipologia dos produtos ou dos serviços que possam vir a ser beneficiários dos investimentos em causa o decreto-lei fica-se pela conceituação formal, nada nos dizendo, portanto, de concreto. Todavia, pelos extraordinários reflexos que poderá vir a ter no equilíbrio da economia nacional — e não só — deveria ficar vedada aos investidores, e de forma bem explícita, a possibilidade de montagem de indústrias que visassem o fabrico de componentes, com carácter exclusivo — transistores, por exemplo. Com efeito, é por demais sabido que os grandes monopólios internacionais usam o processo como meio de dominação económica e, conseqüentemente, política. Na verdade, o controlo do fabrico de certos produtos específicos confere-lhes a possibilidade de impedir as nacionalizações e, por outro lado, constitui óptima arma quando posto ao serviço da sabotagem económica.

José Ferreira — Vila Nova de Gaia

«Democratas» de longa data...

Devo começar por dizer que sou alentejana. E, como a maior parte dos meus conterrâneos, sinto que o 25 de Abril ainda me percorre nas veias, dando-me alento para poder lutar contra todos que nos sugaram, as lágrimas, o sangue e o suor.

Eu, como muitos filhos do Alentejo, vimos chorar muitas vezes os nossos pais por nos terem dar de comer e não terem possibilidades de o fazer; mas como ainda não deixou de haver laiaços no nosso país, nem pessoas que sempre viveram à larga, dizem que os alentejanos são umas bestas e são comunistas. Como se os comunistas não fossem pessoas, e com ideias muito mais puras que os «democratas» da nova vaga. São estes que vão à igreja bater com a mão no peito todos os dias, e depois são incapazes de se preocuparem com tantas injustiças que os rodeiam. E se possível, até contribuem para as agravar. Ora «democratas» deste quilate já a gente conhece de longa data. E a despeito das suas falinhas mansas, não poderão nunca enganar-nos.

Olímpia B.B. Sernache Alves Barbosa — Cascais

A ECONOMIA NO SECTOR CONTROLADO PELO ESTADO

AINDA A SITUAÇÃO DO GESTOR PÚBLICO

JORGE LUIS PALHA

Com a Revolução de 25 de Abril de 1974 e o Programa proposto ao País pelo Movimento das Forças Armadas que teve o acolhimento maciço do Povo reflectido nas grandes manifestações do 1.º de Maio daquele ano, entre as largas perspectivas rasgadas aos portugueses em todos os campos de actividade uma de magna importância ressaltava pelos reflexos que se antevia viria a ter no próprio processo revolucionário: uma gestão racional das mais importantes células produtivas do País — as empresas.

É do conhecimento geral, que salvo raras excepções, os grupos económicos predominantes no sistema afastado pela Revolução não se preocupavam em aperfeiçoar os métodos de gestão das suas empresas que mantiveram no maior empirismo derivado do completo desconhecimento de modernas técnicas de gestão por parte da grande maioria dos gestores que eram recrutados com base na hereditariedade capitalista, na familiaridade, na convivência, no casamento e na ligação política. O poder político, na dependência de tal poder económico, fazia o que este exigia para que as condições indicadas se mantivessem, eternizando os privilégios.

Nesta ambiência, surgiram, entretanto, alguns técnicos que trabalhando dentro das condições existentes no País sentiam a frustração de serem dirigidos por indivíduos cuja qualidade de gestor derivava de algum dos requisitos apontados. Apenas em algumas empresas multinacionais poderiam ser apreciadas as competências no campo de gestão, apesar de muitos outros inconvenientes que estas em contrapartida apresentavam. Todavia, a nível do País que éramos, era quase o único capaz e actualizado no campo da gestão de empresas.

Os cursos oficiais existentes estavam na linha das exigências do sistema, embora deles tenham saído a maioria dos poucos gestores que se revelaram mais capazes, mas sempre através de circunstâncias mais ou menos ocasionais de de implantação na vida prática. Algumas instituições procuraram remediar os inconvenientes, que se manifestavam já contrários à própria sobrevivência do sistema, através da realização de cursos de pós-graduação onde apareciam sobretudo técnicos e não oshomens quedetinhampoder de decisão nas empresas por via hereditária ou assimilável. Neste campo, o INII, através da Formação, teve talvez o

contributo maior. No entanto, paralelamente, existiu toda uma formação feita por empresas privadas de serviços que, salvo poucas excepções com alguma utilidade, fizeram da formação apenas mais uma fonte de exploração lucrativa.

Vem tudo isto a propósito da esperança surgida em 25 de Abril de que este estado de coisas fosse profundamente alterado no interesse do País aproveitando para a transformação desejada da sociedade todas as melhores capacidades existentes que, ultrapassando a frustração individual anterior, estivessem na disposição de pôr os seus conhecimentos ao serviço da reconstrução de um Portugal para todos os portugueses.

Com as nacionalizações que foram feitas no curso do processo revolucionário mais razões se viriam a juntar às anteriores para que a racionalização da gestão das empresas fosse facilitada, a bem do tão necessário desenvolvimento da economia. E isto era tanto mais desejável, quanto era do conhecimento geral que no anterior regime os gestores nomeados pelo Estado nas empresas em que participava eram quase sempre figuras políticas que

apenas tinham uma função de presença e visavam sobretudo os seus interesses individuais como reflexo das suas ligações políticas. Em poucas palavras, os representantes do sector público nas empresas eram, regra geral, ainda piores que os hereditários e assimilados pois não havia a menor preocupação com a necessidade de possuírem conhecimentos técnicos de gestão.

É evidente que havia que mudar toda esta situação e tornar mais eficiente a gestão da economia portuguesa. Para isso, tornava-se todavia, necessário criar condições que permitissem àqueles que efectivamente dispunham de melhores conhecimentos de gestão de empresas optar por uma carreira sem perda de certas garantias profissionais que possuíam normalmente através de contratos de trabalho. Em suma, havia que criar um Quadro de Gestores Profissionais do Sector Produtivo com certas garantias de carreira, de estabilidade, de previdência e de aperfeiçoamento, isto é, as condições mínimas que um trabalhador qualificado pode exigir para fazer opção, sem perda de direitos adquiridos ante-

Continua na pág. 4

PERU

MORALES BERMÚDEZ OBRIGADO A FAZER CONCESSÕES AOS MILITARES CONSERVADORES

LIMA — Querem reduzir-nos ao silêncio. Foi com este título em letras grandes, na capa, que surgiu recentemente a revista peruana de esquerda **Marka**. Esta publicação faz-se eco dos receios crescentes nos meios jornalísticos, perante uma «tomada de força» perante a imprensa, iniciada a 15 de Março.

Nesse dia, o Governo decidiu substituir 6 dos 7 directores dos quotidianos «socializados». Duas novas medidas confirmaram posteriormente a vontade de o regime reforçar o seu controlo sobre a imprensa. Por um lado, a criação de revistas está subordinada à aprovação prévia de um organismo oficial, o OCI (Secretariado Central da Informação). Por outro lado a estabilidade do emprego nos quotidianos «socializados» foi suspensa por um período de três meses: é a terceira vez, em menos de dois anos, que tal medida foi decidida. A 6 de Abril, como resposta aos rumores de licenciamento, a Frente única sindical (jornalistas e tipógrafos) do jornal **Expresso**, entrou em greve. Em resposta a esta movimentação o novo director, Juan José Vega, decidiu licenciar doze jornalistas, isto é, a quase totalidade da equipa redactorial.

Desde Julho de 1974, o problema da imprensa «socializada» — é expropriada para ser, em princípio, entregue às orga-

nizações que representam os operários, os camponeses, etc. — foi por várias vezes, objecto de sérias discussões entre dirigentes militares.

De que margem de crítica pode dispor uma imprensa destinada a apoiar o «processo revolucionário»? É este o problema central. Se em Lima a liberdade de imprensa é, efectivamente, maior do que nos últimos meses da presidência do general Juan Velasco e, de qualquer outro modo maior do que na maioria dos países latino-americanos vizinhos, ela é hoje ameaçada de restrições. O Governo faz face a uma ofensiva dos meios militares conservadores, principalmente a marinha que critica aquilo a que chamam a «infiltração comunista» nos jornais socializados.

A decisão de o governo mudar as directrizes que havia muito estava em estudo, precipitou-se em consequência das reservas manifestadas pelos jornais no respeitante à política económica do Governo por vezes, considerada «neocapitalista». A lei sobre a pequena empresa, promulgada no início de Março, fora mesmo criticada. Para mais, os militares conservadores viam com apreensão o lugar dado pelos jornais «socializados» aos conflitos do trabalho.

O presidente Morales Bermúdez terá querido com esse

gesto, acalmar certos meios militares? Uma certeza: os novos titulares parecem mais conservadores do que os seus predecessores. Assim, figuram entre eles um antigo partidário do ex-presidente Odría e um simpatizante do antigo presidente Balaunde. Desde 15 de Março que se nota, em todo o caso, uma clara diminuição do número de artigos de crítica à política governamental.

Num número recente, datado de 18 de Março, o **Semanário Marka**, que representa os sectores de esquerda que criticam, embora sem hostilidade o «processo revolucionário», consagra um artigo ao vice-almirante Arce Larco, que acaba de ser afastado da marinha por um tribunal das forças navais. O vice-almirante, um dos raros oficiais da marinha que não se situam na corrente conservadora, foi vítima de dois atentados, o último dos quais, a 5 de Março. Ele acusou os serviços de informação da força naval de ter participado neles. Ministro da Marinha de Julho a Dezembro de 1974, afastara nessa altura vários almirantes de direita pouco dispostos a apoiar o «processo revolucionário», então dirigido pelo general Velasco Alvarado.

Depois da publicação do artigo sobre o vice-almirante Ar-

THIERRY MALINIAC

ce Larco, o director e editor do **Marka** foram objecto de um mandato de detenção, mas não puderam ser presos.

De resto, a impressão do semanário **Momento**, próximo do partido comunista, foi recentemente impedida por representantes da Marinha. A revista continha declarações do vice-almirante Arce Larco, que negava toda e qualquer competência ao tribunal que acabara de o afastar da Marinha.

As dificuldades registadas no domínio da Imprensa escondem debates mais profundos nos meios militares? Os sectores mais conservadores das forças armadas conseguiram diferir a publicação do «Plano Tupac Amaru» que definira o programa político da segunda etapa do «processo revolucionário» a publicação que o chefe do Estado anunciara para a primeira quinzena de Março. Várias disposições consideradas demasiado radicais teriam suscitado vivas críticas da parte da direita militar.

O presidente Morales Bermúdez conseguiu preservar até agora a unidade das forças armadas e acalmar um pouco o clima político. Acaba, no entanto, de enfrentar uma crise real, a primeira desde a sua chegada ao poder no passado dia 29 de Agosto.

© «Le Monde»

Nacional

Professores do Ensino Superior exigem Estatuto de Carreira Docente

PORTO, 17 — Rejeitando a legislação ultimamente promulgada pelo M. E. I. C., bem como o projecto «000» e «00», os professores do Ensino Superior lutam pelo estatuto da carreira docente do qual já foi apresentado um projecto por parte do Sindicato.

Para dar conhecimento público da situação actual, delegados das diversas Faculdades e Institutos do Porto, bem como representantes da direcção do Sindicato dos Professores (Zona Norte) deram uma conferência de imprensa, no Porto.

A rejeição da legislação do M. E. I. C. e o repúdio pela metodologia que presidiu à sua elaboração (total desconhecimento da existência do Sindicato) foram resultado de uma assembleia de delegados que decorreu na passada semana no Porto.

Foi referido claramente que o Decreto 131-C/76 surgiu após a entrega do texto base da reestruturação da carreira docente pelo Sindicato, «não

respondeu às necessidades fundamentais da classe», visto apresentar medidas «pontuais discutíveis». Por isso foi rejeitado pelas escolas e núcleos sindicais, tal como o projecto nas suas versões «000» e «00», espécie de fracção do projecto da carreira docente, como foi salientado. Esta rejeição deve-se ao facto de tais versões não terem sido negociadas com o Sindicato e por não responderem às necessidades globais do Ensino Superior.

Face a esta situação, a classe exige que seja elaborado com urgência o projecto de estatuto da carreira docente que respeite fundamentalmente o texto base do Sindicato e que seja negociado por este e pelo M.E.I.C., de forma a entrar em vigor no próximo ano lectivo.

Pombos de Lisboa morrem nas Igrejas

Lisboa corre o risco de ficar sem pombos, se não forem rapidamente tomadas medidas contra criminosos apostados na eliminação destas aves. Os pombos de Lisboa são levados a comer milho envenenado especialmente por quem pretende conservar «limpos» os adros das igrejas.

Portugal e Afeganistão estabelecem relações a nível de embaixada

Acerca do estabelecimento de relações diplomáticas entre Portugal e o Afeganistão, foi hoje divulgada simultaneamente uma nota conjunta dos respectivos governos em Lisboa e Cabul. De acordo com esta nota, a República Portuguesa e a República do Afeganistão resolveram estabelecer relações diplomáticas ao nível de embaixada.

Em contacto com a Sociedade Protectora dos Animais um porta-voz desta instituição afirmou ao «DL» que se chegou a uma situação incrível: os protestos chovem de todos os lados. Inúmeras pessoas apresentam queixas à APA, dizendo que «são os responsáveis das igrejas que estão a matar os pombos», a pretexto de manter asseados os átrios.

Ainda segundo o informador da APA há na verdade conhecimento de casas em que as aves foram levadas a comer milho envenenado nomeadamente junto às igrejas de Jesus, do Corpo Santo, do Camões e do Largo dos Anjos.

Entretanto, as pessoas que vêm participando estes casos à Sociedade Protectora dos Animais, têm sido convidadas a dirigir o seu protesto ao Presidente da Câmara já que os pombos de Lisboa são património do Município.

Ainda a situação do gestor público

Continuação da pag. 3

riamente noutro trabalho. Doutra forma, tais lugares da maior responsabilidade ficam abertos apenas a indivíduos com características de oportunismo individual irresponsável, ou de oportunismo enfeudado a interesses políticos, ou ainda com fortuna pessoal, provocando terríveis enviezamentos de competência tanto ou mais prejudiciais do que os existentes no passado.

Alguns destes aspectos ter-se-ão verificado já no período que decorreu desde o 25 de Abril de 1974, embora se tenha caído numa generalização injusta, devida a interesses partidários, criando desta maneira novos motivos para o afastamento dos mais capazes que não desejam submeter-se às arbitrariedades de alguém que, por processos análogos aos citados, chegou às alavancas do poder político e se serve destas para praticar aquelas.

É mais do que tempo, para os políticos que francamente desejam contribuir com a sua quota-parte para a reconstrução de um Portugal mais justo, de acabar com jogos do tira e põe que não tenham apenas como base questões bem definidas de competência e de interesse nos objectivos da revolução, pois em muitos casos as substituições feitas têm sido negativas nestes aspectos, desmentindo claramente a desejada via democrática e socialista. É indispensável uma cuidadosa atenção dos mais responsáveis deste país para esta situação. Doutra forma a economia afunda-se e, neste campo, não haverá nunca amigos desinteressados, pois todos eles são acima de tudo pragmáticos e não estarão dispostos a perder, mesmo quando, o passado, tiraram óptimos lucros do sistema então vigente.

Impõe-se, pois criar as condições mínimas para haver profissionais de gestão de empresas. E o sector público produtivo, pelo peso que hoje tem na economia do país, deve possuir os melhores gestores e tudo deve fazer para a sua conveniente formação, promoção e aperfeiçoamento sistemático.

E para ser profissional de gestão de empresas públicas ou participadas pelo sector público não é suficiente possuir apenas o requisito técnico, é indispensável possuir, também, a filosofia política da natureza específica da empresa pública ou participada pelo sector público que, integrada na via democrática e socialista, deve estar ao serviço da colectividade nacional. A falta de qualquer dos requisitos apontados representa uma deficiência do gestor e a incompetência na gestão das empresas pode representar custos elevadíssimos para o desenvolvimento político-económico social do país. Há pois que evi-

tá-la a todo o transe. Os que, podendo descurarem ou, pelos seus actos agravarem a situação, serão os responsáveis pelas consequências que daí resultarão para os trabalhadores e para o país.

Com a criação, pelo Decreto Lei n.º 163-C/75 de 27 de Março do Conselho da Revolução, do Instituto das Participações do Estado a quem, entre outras atribuições, compete:

— Propor ao primeiro-ministro a nomeação de administradores representantes do sector público nas empresas privadas.

— Formar gestores do sector público, muitos trabalhadores pensaram que estava dado o passo fundamental para uma definição, com as indispensáveis garantias, de uma carreira profissional de gestor do Sector Público Produtivo. E esta ideia raticou-se tanto mais quanto é certo que a Comissão Instaladora do IPE lançou algumas acções públicas de inventariação de gestores existentes no país. Sabemos ainda que muitos dos elementos que conscientemente aceitaram lugares de gestores de empresas numa situação tão difícil como a que tem existido ao longo do processo revolucionário, em muitos casos sem nenhuma garantia, assediaram o IPE para saber como este pensa solucionar tão importante problema.

Passado mais de um ano sobre a promulgação do Decreto-Lei n.º 163-C/75 nada se publicou nem nada se sabe sobre a carreira do Gestor Profissional do Sector Público Produtivo. Publicamente apenas se referiu aos Gestores o Secretário de Estado dos Investimentos Públicos em entrevista ao «Expresso» em 10 de Dezembro de 1975 mas sem quaisquer consequências práticas até agora. Ainda mais, nem sequer foi publicado o Estatuto do IPE, que necessariamente deveria considerar a existência de um Quadro de Gestores Públicos, estando ainda, segundo julgamos saber, a funcionar apenas a Comissão Instaladora do IPE, nomeada logo a seguir à promulgação do decreto que o criou.

E hoje, com os ataques intensos que se levantam à gestão do sector público produtivo por falta de estruturas do aparelho de Estado para o efeito, que em muitos casos até têm razão de ser, pergunta-se:

Quem são os responsáveis pelo não funcionamento do Instituto de Participações do Estado (IPE) e pela não existência de uma carreira de Gestor Profissional do Sector Público Produtivo, única forma de poder aproveitar para o país os poucos gestores profissionais existentes? Deixemo-nos de lamentações políticas que os bons profissionais abandonaram o país. O que é que se faz até agora para o evitar?

NA COLOQUIO/LETRAS

Inquérito literário a 1975

O romantismo em Portugal e um inquérito ao ano literário de 1975 são os dois temas predominantes do número 30, correspondente ao passado mês de Março, da revista «Colóquio/Letras», editada pela Fundação Calouste Gulbenkian, dirigida por Jacinto Prado Coelho, com orientação gráfica de Manuel Correia e com Luís Amaro como secretário de Redacção.

O romantismo em Portugal analisado sob a rubrica «Ensaio» é tema para um texto de Eduardo Lourenço, «Romantismo como Mito e os Mitos do Romantismo».

Sobre a novelística de Garrett tece Ofélia Paiva Monteiro algumas reflexões. Maria Lúcia Lepecki, responsável na Faculdade de Letras pela cadeira Literatura e Mito, apresenta um

trabalho «Sobre o arquétipo do mal na ficção camiliana». «A Neta do Arcebispo».

«Na História de um projecto impossível» a propósito de «Duas Épocas de Camilo» é a contribuição de J. A. Osório Mateus para o tema «Romantismo em Portugal». José-Augusto França assina o texto «A fisiologia» do capitalista no teatro do primeiro período do Fontismo e Irwin Stern estuda as possíveis afinidades entre «Jane Austen e Júlio Dinis».

No inquérito literário destacam-se os depoimentos de Ana Hatherly, de Jorge Listopad, do nosso camarada de Redacção Luís de Miranda Rocha e Maria Alzira Seixas.

Salientam-se ainda no texto da revista «Colóquio» reproduções diversas entre as quais do «Passeio público iluminado» em 1851; página do manuscrito das «Viagens na Minha Terra», existente na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (espólio de Garrett); um quadro à pena representando em miniatura os «fac-símiles» dos títulos dos frontispícios das primeiras edições das obras de Camilo; alguns retratos seus, vinhetas das casas onde nasceu e do jazigo onde repousa; um retrato de Mendes Leal e o antigo Teatro da Rua dos Condes, em desenho do natural por Macedo e Cristiano.

O sumário da revista é completado ainda com a rubrica «Ficção», onde Miguel Torga publica «O Pé Tolon»; por «Poesia» que insere o «Discurso de difamação do poeta», de Afonso Avila. Nas notas e comentários destacam-se: «Érico Veríssimo, escritor e humanista», por Flávio Loureiro Chaves; na secção de cartas a «Carta dos Estados Unidos/Recordando Carson McCullers», por John L. Brown. Na rubrica da «Crítica de Livros», quer da literatura brasileira quer da literatura portuguesa, colaboram Helder Macedo, Rocha Pereira, Carlos Reis, Nelly Novaes Coelho, Ana Hatherly e Donald Schuler.

A «Informação literária» inclui os temas: «O Romantismo em Portugal apreciado no país de Lamartine»; «Fernando Pessoa no Brasil»; «No 60.º aniversário do Orpheu»; «Em honra de Paulo Quintela» e «Trinta Anos de Novelística Portuguesa».

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

SERVIÇO DE BELAS-ARTES Bolsas de Estudo de Especialização para o País e Estrangeiro

De 22 de Março a 22 de Abril de 1976, estará aberta a inscrição para atribuição de bolsas de estudo de especialização, no País e no estrangeiro, para o ano lectivo de 1976/77, nos diversos domínios abrangidos pela actividade do Serviço de Belas-Artes, nomeadamente Estética, História e Crítica da Arte, Arqueologia, Arquitectura e Urbanismo, Artes Visuais, Cinema, Teatro, Museologia e Conservação.

Estas bolsas destinam-se especialmente à frequência de cursos de pós-graduação no estrangeiro e à realização de estágios de aperfeiçoamento, no país ou no estrangeiro.

CONDIÇÕES BÁSICAS DO CONCURSO

- 1) Podem concorrer a bolsas de estudo de especialização os diplomados e também as pessoas que, não sendo diplomadas, exerçam actividade profissional em qualquer dos sectores ou domínios para que o concurso é aberto.
- 2) O número de bolsas de estudo a conceder será determinado pelas disponibilidades financeiras para o efeito e pelos encargos decorrentes da respectiva atribuição.
- 3) Será dada preferência aos pedidos cuja finalidade for considerada de maior interesse para o País.
- 4) Durante o prazo em que decorrer o concurso, os candidatos deverão dirigir-se directamente ao Serviço de Recepção da Fundação Calouste Gulbenkian — Avenida da Berna, em Lisboa — ou, por escrito, ao Serviço de Belas-Artes da mesma Fundação, para o efeito de obterem o boletim de inscrição, acompanhado de um exemplar do respectivo Regulamento.
- 5) Os boletins de inscrição que não dêem efectivamente entrada na Fundação até às 17.30 horas do dia 22 de Abril de 1976 não poderão ser considerados.

Nota: — Os períodos de inscrição para bolsas destinadas à frequência no País, durante o ano lectivo de 1976/77, dos Cursos Superiores de Formação Artística, bem como para Subsídios de Investigação no País e no estrangeiro, serão oportunamente anunciados.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE POMBAL

ANÚNCIO

Faz-se saber que, por sentença de 2 de Abril de 1976, proferida nos autos de acção especial n.º 2775 de justificação de ausência com declaração de morte presumida e justificação da qualidade de interessados e herdeiros, instaurada pelos requerentes Condição de Jesus Carneira, casada em 2.ª núpcias com Augusto Carneira, José de Jesus Santos e mulher Atémira Felegreiros dos Santos, António de Jesus Santos e mulher Marly Lopes Santos, Laurinda de Jesus dos Santos e Hilário de Jesus Santos, menores púberes representados por sua mãe, a requerente, todos residentes na cidade de Tupã, Ruas Bororós, 1412 e Potiguaras, São Paulo, Brasil, foi justificada a ausência de JOÃO DOS SANTOS FAUSTINO, casado, nascido no dia 28 de Dezembro de 1881, filho de José dos Santos e de Maria Pereira, natural do lugar de Picotos, freguesia de Carnide, deste concelho e comarca de Pombal, onde teve o seu último domicílio conhecido e fixada a data da morte presumida em 2 de Abril de 1976, sendo justificada a qualidade de interessados e herdeiros dos requerentes e de Manuel dos Santos e mulher Maria de Jesus; Maria de Jesus, viúva; Manuel Jacinto e mulher Rosa de Jesus; Maria de Jesus Jacinto e marido Manuel Gaspar; Emília de Jesus Jacinto e marido Virgílio Pereira Domingues; Américo de Jesus Jacinto, solteiro, maior, residentes no lugar de Picotos; José dos Santos e mulher Maria Jacinto; Rosa de Jesus e marido António Gaspar Viola e Rosa de Jesus Jacinto e marido Manuel dos Santos, todos estes residentes no lugar de Gutenada, ambos da freguesia de Carnide, deste concelho e comarca de Pombal.

Pombal, 5.4.1976

O JUIZ DE DIREITO,
António Manuel de Abreu David Ferreira da Cunha
O Escrivão do Juízo Secção
Valdemar Duarte Cabral



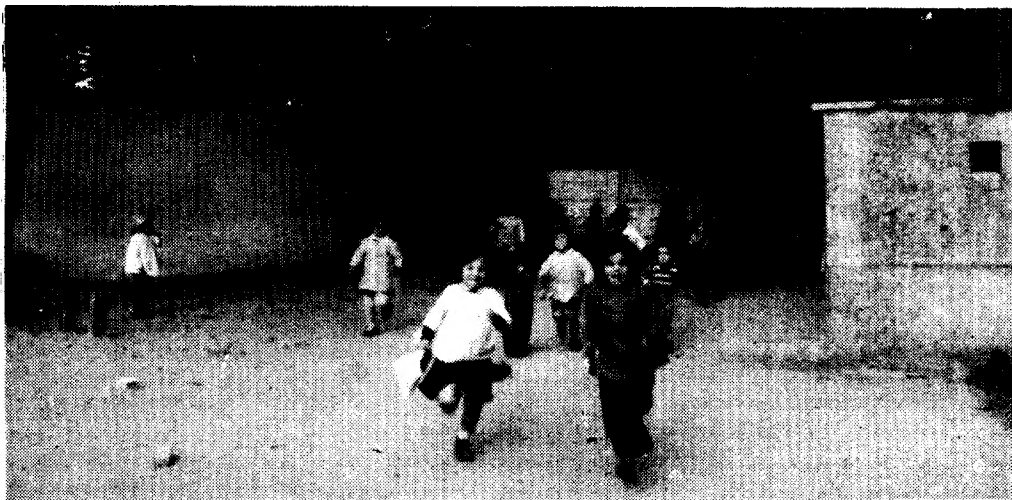
grande cabeleireiro de senhoras EVA, lda.

manicuras, pedicuras, esteticistas, massagistas, sauna, boutique e um simpático serviço de refeições ligeiras e cafeteria

É UM CABELEIREIRO PARA AS SENHORAS QUE TEM POUCO TEMPO E QUE QUEREM GASTAR POUCO DINHEIRO

Pr. Marquês de Pombal, 1 e R. Camilo Castelo Branco, 23 LISBOA

Nacional



OFENSIVA ANTI-PODER POPULAR:

Creche do Campo Grande em risco de fechar

Trinta crianças pobres da Charneca e Telheiras correm o risco de ficar sem a sua creche, em Maio, porque a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa não reconhece o caso como sendo «de prioridade» para efeitos de subsídio. O futuro imediato destas crianças parece ter apenas duas perspectivas: ou a boa vontade de vizinhas e a rua como espaço livre ou o desemprego da mãe e suas consequências no orçamento familiar.

A história «nova» da creche começou, como tantas histórias mais ou menos novas, depois do 25 de Abril.

Instalada na freguesia do Campo Grande, era gerida no regime fascista por uma sociedade particular. A Comissão Administrativa daquela Junta eleita depois de 25 de Abril, não concordou com os moldes em que as crianças ali eram tratadas (falta de higiene, alimentação pouco cuidada, educação repressiva, proibição dos pais entrarem nas instalações

da creche) e decidiu assumir a gestão da creche. Uma das atribuições das juntas de freguesia é, de resto, a fomentação da criação de creches e a população da sexta zona de Lisboa (a que pertence a freguesia do Campo Grande) tem prometidas, porque absolutamente necessárias, a construção de quatro creches que irão servir exactamente os quatro bairros mais pobres da zona: Charneca, Galinheiras, Musgueira Sul e Calvanas.

Como a Misericórdia retirasse o subsídio à creche (embora o mantenha à tal sociedade particular), a CA da Junta do Campo Grande pediu subsídio a várias entidades oficiais, entre elas o Instituto de Obras Sociais e à Santa Casa da Misericórdia.

«Nunca recebemos nenhuma resposta escrita. São sempre verbais», afirmou-nos um elemento daquela CA. «Nem quando pedimos leite e açúcar, nos responderam. Mesmo agora, ainda não recebemos nenhum ofício. Parece que a Misericórdia tehta não assumir a responsabilidade de fechar uma creche».

Como as Juntas de Freque-

sia dependem do Governo Civil, a CA decidiu então apelar para esta entidade, da qual passaram a receber um subsídio mensal de 18 contos e, posteriormente, de 23, porque os salários dos trabalhadores da creche aumentaram entretanto. Com o novo Governador Civil, nomeado na vigência do VI Governo, um ofício informou a CA de que o subsídio deixaria de existir no mês seguinte.

«Pedimos mais três meses e agora veio a recusa», prosseguiu o elemento da CA da Junta do Campo Grande. «Como a Misericórdia não tinha ainda pronunciado, mais uma vez ali nos dirigimos, recebendo a resposta oral de que o subsídio não nos seria concedido porque aquela instituição não considerava esta creche de prioridade. Mas como podemos nós subsistir sem subsídio, se as mensalidades são em média de 350\$00? O nosso esquema é muito simples: as mensalidades cobrem as despesas de alimentação (3 refeições diárias), a Junta dá casa, água, luz, etc., e os empregados seriam pagos com um subsídio».

Caso curioso: a Misericórdia, que não considera de prioridade o caso, considera-

va-o de prioridade, no entanto, quando subsidiava a sociedade particular que anteriormente geria a creche e, mais curioso ainda: mantém o subsídio a essa sociedade que, entretanto, se foi instalar, com seus métodos repressivos, noutra freguesia.

«Este caso é exemplificativo de uma intenção mais vasta de sufocamento gradual de todas as iniciativas populares ou de interesse para as populações» — prossegue o porta-voz da CA da Junta do Campo Grande. «A própria Junta de Freguesia está neste momento a ser remetida para o Código Administrativo e para o seu velho papel de passar atestados de pobreza, de residência e óbito...»

Com muita ginástica, a CA da Junta de Freguesia do Campo Grande conseguiu economizar e fazer sobreviver a creche sem subsídio. Agora, as economias estão a acabar e as crianças que tinham boa alimentação, convívio salutar e apoio pedagógico vão ficar de novo à mercê da «sua sorte», como nos bons velhos tempos.



Portugal e Espanha encontram-se no Porto

PORTO, 17 (JORGE LEITÃO RAMOS) — Estão a decorrer aqui no Porto, desde quinta-feira passada prolongando-se até domingo, as primeiras Conversações Cinematográficas Luso-Espanholas.

Lançadas e organizadas graças ao dinamismo de Henrique Alves Costa, militante cinematográfico de longa data, estas conversações vêm provar antes do mais que é fora dos corredores oficiais que ainda alguma coisa vai sendo levada a cabo neste País. Ainda, e de novo, o Instituto Português de Cinema, com verbas e funcionários a tempo inteiro, fica na cauda onde deveria estar a cabeça. Desta feita, quando lhe foi apresentada a ideia, por Alves Costa, terá declarado não possuir estruturas para uma organização desta envergadura. A pergunta, que, já se eterniza é, evidentemente, para que serve o IPC, para além das alcatifas e dos ordenados que, pontualmente, paga.

Com subsídio da Direcção-Geral da Acção Cultural, materializado apenas no próprio dia do começo destas conversações, Henrique Alves Costa, e dois ou três amigos fixos, criaram eles mesmos as «estruturas» e puseram a ideia em prática. No momento em que escrevemos (sexta-feira à tarde) é curioso referir que a representação dos cineastas portugueses ainda é inferior em número à dos seus congéneres espanhóis, esperando-se, no entanto, (eu diria exigindo-se) que eles compareçam ainda hoje ou, o mais tardar, amanhã.

As conversações abriram informalmente quinta-feira à noite na delegação do MCS, tendo-se começado por lamentar

a ausência do realizador espanhol, António Bardem, preso em Carabanchel, como dirigente da Junta Democrática. Um telegrama de protesto foi enviado pelos participantes ao Governo de Madrid.

O primeiro diálogo travado, rodou em torno de um breve histórico do cinema português desde os anos 20, feito por Seixas Santos, António Pedro Vasconcelos, Alfredo Tropa e Manuel de Oliveira, pontuados por Alves Costa. Ainda nessa noite se exibiria a curta metragem de Jean Rouch, «Cemitério no Penhasco».

A sexta-feira preencheu-se, de manhã, com dois filmes portugueses, «Uma Abelha na Chuva», de Fernando Lopes e «Deus, Pátria, Autoridade», de Rui Simões, tendo-se à tarde exibido a longa metragem catalã «Carnet de Rock» de Francesc Belmont e outra curta metragem de Rouch, «Batalha sobre o Grande Rio».

A noite, uma sessão de trabalho fez avançar alguns pontos das conversações.

É cedo, ainda, para prever a importância que estas primeiras conversações cinematográficas luso-espanholas possam ou não vir a ter. Para já, no entanto, são a prova de que algo mexe. Não sabemos, ainda, é avaliar a extensão desse movimento.

Se algo não sair destes quatro dias de trabalho, a culpa será de assacar aos realizadores pois só deles depende a concretização de palpáveis conclusões. Conclusões que esperamos surjam, pois só assim se corresponderá ao esforço de Alves Costa para erguer este espaço de diálogo.

Raúl Rego continua hospitalizado

O dr. Raul Rego comemorou o seu 63.º aniversário na enfermaria do Serviço de Traumatologia do Hospital de Santo António, em consequência de um desastre de viação.

Contactámos esta manhã o Hospital do Porto que confirmou a hospitalização do dr. Raul Rego, embora a alta seja dada como próxima ao mesmo tempo que se aguarda a sua integração na campanha eleitoral.

PRIMAVERA NA MADEIRA

MAIO e JUNHO
Partidas aos SÁBADOS
de 1 de Maio a 26 de Junho



8 dias desde 2.900\$

- vôos fretados TAP
- magnífica selecção de hotéis (incluindo o Reid's)
- transferes+assistência
- binómio qualidade+economia

VIAGENS RAWES

Lisboa-Correspondência R. Bernardino Costa, 47
Expediente Trav. do Corpo Santo, 15 Tel. 370231
Faro-Rua Conselheiro Bivar, 72 Tel. 23195/6
ou na sua agência de viagens

MADEIRA

Violenta campanha anti-PS a uma semana das eleições

FUNCHAL, 17 — A breves dias das eleições para a Assembleia da República, uma violenta campanha anti-P. S. varre a Madeira.

Ultimamente, a campanha vem sendo apoiada numa «reportagem» do jornal «O Século de Joanesburgo» (n.º 86, edição de 5 do corrente) e polycopiada por detractores do Partido Socialista. Sob o título «Traidor, Traidor», o jornal em questão publica uma fotografia de Mário Soares com ar pensativo, a cabeça entre as mãos, defendendo-se dos ovos podres que lhe atiram. Pretende-se que a fotografia foi obtida quando do último comício do P. S. no Funchal mas, na verdade, trata-se de uma fotomontagem ou, quando muito, de uma imagem obtida noutra local, noutra situação.

Terá sido justamente a hostilidade fomentada contra o P. S., que obrigou o dr. Jorge Campinos a hospedar-se no Hotel Esterilica, quando afinal lhe quarto reservado do Ho-

tel Quinta do Sol e a Polícia guardava o Hotel Bungavilla. Aconteceu na última noite de permanência de Campinos no Funchal, onde o candidato do P. S. sendo atacado por toda a imprensa regional.

NOVO COMUNICADO DA FLAMA

A organização separatista Flama acaba de fazer sair o seu comunicado 9/76.

Trata-se de nova provocação, fora de toda a realidade: pretende-se que os muitos portugueses que se encontram no Funchal a passar férias escolham a Madeira «por ser o único país estrangeiro que ainda recebe escudos».

Noutro ponto do comunicado, a Flama congratula-se — conforme se esperava — com o aparecimento da associação política A. P. A. M. e acusa, mais uma vez, o Governo de incompetente.

Flama explica de outra forma a presença de turistas metropolitanos: eles iriam ali comprar o bacalhau, a carne e a manteiga que já não têm na Metrópole.

UM AVIÃO PARA SÁ CARNEIRO

O secretário-geral do P. P. D., Francisco Sá Carneiro, chegou a esta cidade acompanhado da família, transportado no «Beechcraft» da TAP regional. Trata-se do avião que cobre o circuito Madeira/Porto Santo e que, pela primeira vez, foi fretado. O avião saiu da Madeira para o Porto às 7 da manhã do dia 14 e voltou no dia seguinte, às 12 e 10, com Sá Carneiro, esposa e filhos.

Entretanto, deve realizar-se hoje no Funchal mais um comício do P. P. D.

Por seu turno, o dirigente do C. D. S. Freitas do Amaral é esperado hoje na Madeira, cerca das 20 e 20, no voo «Tap

H O J E, DIA 17, ÀS 23 HORAS
No CASINO PENINSULAR
da FIGUEIRA DA FOZ

APOCALIPSE
SEGUNDO OS SANTOS BARNABÉS

Direcção de: AGUEDA SENA
Canções de: SÉRGIO GODINHO
Projeccções de: MIRA e EDUARDO SÉRGIO
Assistente: FERNANDO ISASCAS

Elenco: SHEICA CHARLESWORTH, MARIA N'ZAMBI, CARLOS MOTA, HELDER CARITA, LUÍS RISO, RICARDO TELMO, Viola JÚLIO PEREIRA.

A PARTIR DE 2.ª FEIRA, E SÓ MAIS 5 DIAS NO

ARCO RUA DE S. TIAGO, 18 (MIRADOURO ST. LUZIA) — T. 872749

TODOS OS DIAS DAS 22 AS 23 HORAS

2 SENSACIONAIS
EXCURSÕES

SUÍÇA AUSTRIA

Partidas: 26 Julho
5, 15 e 25 Agosto
4 Setembro
Berna-Innsbruck
Cortina d'Ampezzo-Viena
Salzburg-Munique-Zurique
Lagos da Suíça-Interlaken
Geneve
11 DIAS DE VIAGEM 11.400\$00

AVIÃO A JACTO TAP-ESTADIA EM BONS HOTÉIS
ACOMPANHADAS POR DELEGADO **abreu**

SUÍÇA ITALIA AUSTRIA

Partidas: 26 Julho
5, 15 e 25 Agosto
4 Setembro
Geneve-Milão-Lagos Italianos
Riviera Italiana-Pisa-Florença
Pádua-Veneza
Cortina d'Ampezzo-Innsbruck
Região do Leman
11 DIAS DE VIAGEM 10.900\$00

ORGANIZAÇÃO EXCLUSIVA

abreu
fundada em 1860

LISBOA Av. da Liberdade, 160
Telef. 320021
FARO Rua Cons. Bivar, 65
Telef. 25095/6

PORTO Av. dos Aliados, 207
Telef. 37921
COIMBRA Rua da Sota, 2
Telef. 27011/2

NORMA, S.A.R.L. — Sociedade de Estudos para o Desenvolvimento de Empresas

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Accionistas

1. De acordo com os preceitos legais e estatutários, temos a honra de submeter à vossa apreciação o relatório, balanço e conta de resultados, relativos à gerência de 1975.

2. A actual Administração, eleita em Assembleia Geral de 22 de Maio de 1975, iniciou as suas actividades num contexto novo para a empresa, decorrente da nacionalização dos seus principais accionistas e numa conjuntura económica que não se mostrava favorável à prestação dos serviços tradicionais da Norma.

Uma e outra situação condicionaram o sentido que imprimimos à nossa actuação e a última reflecte-se directamente nos resultados da actividade de Consultadoria.

3. As vendas globais atingiram 144 706 contos e no exercício concluíram-se 3 032 contos de trabalhos para o imobilizado. No ano anterior os valores foram, respectivamente, de 138 243 contos e 2 467 contos.

Ao Centro de Processamento de Dados - Divisão Teledata cabem 108 850 contos de vendas (88 770 contos em 1974) e à actividade de Consultadoria 35 856 contos (49 473 contos em 1974).

Embora tenha havido acréscimo de produção no processamento de dados, deve-se principalmente à elevação de taxas o aumento verificado na facturação do Centro.

A acentuada quebra da facturação em Consultadoria correspondeu a elevada inactividade da maioria dos Departamentos em parte do ano, bem como à prática de baixas taxas e orçamentos de simples cobertura dos custos variáveis, sendo estas medidas de emergência resultantes de uma grande deslocação de clientela e das dificuldades iniciais de penetração.

4. Naturalmente que os resultados apurados - 9 132 contos de prejuízo - teriam de evidenciar as dificuldades conjunturais acabadas de referir, mas reflectem também o saneamento contabilístico iniciado por esta Administração, donde ressaltaram prejuízos que se encontravam ocultos, dos quais o desenvolvimento da Conta de Lucros e Perdas evidenciou 3 714 contos directamente imputáveis a exercícios anteriores.

5. Apesar do resultado negativo verificado no exercício, considerou-se conveniente efectuar as amortizações dentro de critérios realistas,

pelo que os custos do exercício contemplam 3 076 contos de amortizações do Imobilizado Corpóreo e 5 273 contos do Imobilizado Incorpóreo.

De igual modo constituíram-se provisões para créditos duvidosos dentro de uma política de boa prudência, enquanto se processaram repositões das exageradas provisões para depreciação de existências e para contribuições e impostos constituídas nos exercícios anteriores.

6. Foram realizados investimentos num total de 5 961 contos, todos no sector dos serviços de informática: 1 209 contos em Biblioteca de Programas, 1 720 contos com importações de equipamento e 3 032 contos em packages concluídas.

7. A situação financeira sofreu deterioração, embora se tenha melhorado a regularização de contas com fornecedores e, face à conjuntura que se atravessou ao longo do ano de 1975, mantém-se dentro de limites que se podem considerar normais.

8. A grande atenção dispensada às novas condições da prestação dos nossos serviços, com as correspondentes adaptações de produtos, ajustes internos e fomento da cooperação entre departamentos, permitiu relançar as actividades na parte final do ano, fenómeno que se intensificou nos primeiros meses de 1976, podendo dizer-se que na área da Consultadoria se encontra vencida a crise de conjuntura que a empresa atravessou.

No que se refere ao Centro de Processamento de Dados, a substituição do ordenador 370/158 veio criar perspectivas de melhoria de custos, porém de efeitos insuficientes para compensar a redução de actividade para alguns clientes (instalação de centros próprios e modificações de sistemas de processamento).

Ainda quanto àquele ordenador, deve notar-se a existência de mais de 6 000 contos de valores litigiosos, simplesmente relevados na contabilidade, mas não como custos (na maioria referente a 1974).

9. A actividade da Delegação do Porto, que vinha acarretando prejuízos sucessivos, foi reduzida a um simples apoio administrativo, enquanto a Delegação de Luanda suspendeu as suas actividades no fim de Outubro, data até à qual mantivera regularidade de funcionamento.

10. Encaminhada a resolução de alguns problemas imediatos, particularmente nos domínios financeiro e comercial, haverá que dar atenção prioritária à perspectivação dos condicionantes futuros da NORMA, no novo contexto em que a empresa se integra.

Neste sentido, iniciou os seus trabalhos uma Comissão de técnicos de informática dos principais accionistas, em apoio ao Conselho de Administração para equacionar a evolução aconselhável da Divisão Teledata, tem-se cooperado com alguns organismos oficiais na apreciação das condições de trabalho no sector, criou-se um grupo de trabalho interno para levantamento das novas necessidades a que a Consultadoria tem de dar resposta, iniciou-se a colaboração com outras empresas de serviços nacionalizadas para estudo da problemática que lhes é comum.

Tendo de solucionar-se vícios estruturais herdados, a acção que se vem desenvolvendo e que no imediato deverá ser colocada no primeiro plano das preocupações de gestão, tem de conduzir ao equilíbrio económico da nossa actividade e ao incremento desta, como nos impõe a circunstância de sermos a principal empresa do sector.

11. Não queremos terminar este relatório sem uma justa palavra de apreço pela colaboração dos trabalhadores da NORMA e pelo empenho que, através dos seus órgãos representativos, têm posto no contributo à resolução de variadas questões internas e externas.

Registamos, com agrado, a preferência com que os nossos clientes têm continuado a distinguir-nos e ao Conselho Fiscal agradecemos a colaboração prestada.

12. Propomos que o prejuízo apurado de Esc.: 9 132 593\$30, transite para o próximo ano em saldo da Conta de Lucros e Perdas.

Lisboa, 12 de Março de 1976

O Conselho de Administração

Presidente Companhia Nacional de Navegação, representada por Dr. Virgílio da Silva Valadas
Administrador-Delegado Banco Totta & Açores, representado por Dr. Herberto de Castro Goulart da Silva
Administradores Companhia de Seguros Império, representada por Luís Armando Rodrigues Matias
 Companhia União Fabril, S.A.R.L., representada por Eng.º António José Cardoso da Silva
 Lisnave - Estaleiros Navais de Lisboa, S.A.R.L., representada por Dr. Afonso Howell

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO 1975

1.º MEMBRO

ACTIVO

DISPONÍVEL

Tesouraria	164.815\$40	
Caixa	3.742.435\$70	3.907.251\$10
Depósitos à Ordem		

REALIZÁVEL

Tesouraria		
Transf. em Curso	1.221.791\$90	
Clientes	34.518.360\$40	
Efeitos a Receber	15.711\$10	
Devedores e Cred. Div.	4.777.655\$30	40.533.518\$70
(-) Prov. p.º Cred. Cob. Duv.		(-) 1.381.362\$80
Existências		

Economato	1.307.623\$90	
(-) Prov. p.º Dep. Exist.	(-) 130.762\$40	1.176.861\$50

Obras em Curso p.º 1976	2.617.035\$80	42.946.053\$20
-------------------------	---------------	----------------

IMOBILIZADO AFECTO À EXPLORAÇÃO

Corpóreo	45.407.552\$90	
(-) Reintegração	(-) 29.598.431\$70	15.809.121\$20
Incorpóreo		
Gastos Plurien.		
Iniciais	1.012.396\$10	
Gastos Plurien. não Iniciais		
Imp. Máquinas	6.156.668\$70	
Bib. Programas e Packages	13.969.428\$10	
Diversos	3.360.300\$40	23.486.397\$20
	24.498.793\$30	
(-) Amortização	(-) 12.212.348\$40	12.286.444\$90
Trabalhos em Curso p.º Imob.	652.354\$50	28.747.920\$60
TOTAL DO ACTIVO		75.601.224\$90

REGULARIZAÇÕES DO PASSIVO

Diversos	7.124.255\$00	
TOTAL DO ACTIVO E REGULAR. DO PASSIVO		82.725.479\$90

CONTAS DE ORDEM

Acções em Caução	225.000\$00	
Garantias Prestadas	181.500\$00	406.500\$00
TOTAL DO 1.º MEMBRO		83.131.979\$90

2.º MEMBRO

PASSIVO

EXIGIVEL A CURTO PRAZO

Fornecedores	26.223.139\$10	
Devedores e Credores Diversos	12.762.210\$70	
Dividendo a Pagar	794.993\$60	
Efeitos a Pagar	15.987.456\$40	55.767.799\$80

EXIGIVEL A MÉDIO PRAZO

Empréstimo Bancário	15.000.000\$00	
---------------------	----------------	--

TOTAL DO PASSIVO

REGULARIZAÇÃO DO ACTIVO

Diversos	23.316\$20	
TOTAL DO PASSIVO + REG. ACTIVO		70.791.116\$00

SITUAÇÃO LIQUIDA ACTIVA

DE CONSTITUIÇÃO

Capital	20.000.000\$00	
(-) Acções Próprias	(-) 200.000\$00	19.800.000\$00

DE ACUMULAÇÃO

Reserva Legal	112.847\$90	
Reserva Livre	1.154.109\$30	1.266.957\$20

ADQUIRIDA

Resultado Exercício	(-) 9.132.593\$30	11.934.363\$90
---------------------	-------------------	----------------

TOTAL DO PASSIVO E SIT. LIQ. ACTIVA

82.725.479\$90

CONTAS DE ORDEM

Responsab. p.º Acções em Caução	225.000\$00	
Responsab. por Garant. Prestad.	181.500\$00	406.500\$00
TOTAL DO 2.º MEMBRO		83.131.979\$90

O TÉCNICO DE CONTAS

Rui Emídio de Sousa Figueiredo

O Conselho de Administração

Presidente

Administrador-Delegado

Administradores

Companhia Nacional de Navegação, representada por Dr. Virgílio da Silva Valadas
 Banco Totta & Açores, representado por Dr. Herberto de Castro Goulart da Silva
 Companhia de Seguros Império, representada por Luís Armando Rodrigues Matias
 Companhia União Fabril, S.A.R.L., representada por Eng.º António José Cardoso da Silva
 Lisnave - Estaleiros Navais de Lisboa, S.A.R.L., representada por Dr. Afonso Howell

Nacional

ENCERRADO HA 16 MESES

Museu dos Coches reabre em Junho

O Museu dos Coches, encerrado desde Novembro de 1974 na sequência do desabar de uma das suas paredes laterais, irá reabrir ao público em Junho, segundo declarou ao nosso jornal o arquitecto Fernando Peres, técnico da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

De acordo com a mes-

ma fonte, as obras estão já na fase de acabamentos, decorrendo neste momento o restauro de valiosas pinturas danificadas durante o sinistro, a cargo de artistas pertencentes à Direcção-Geral dos Assuntos Culturais.

Entretanto, os coches que integram aquela que é considerada como uma

das mais creditadas co-

lecções do género existentes na Europa, encontram-se expostos num dos pavilhões do Museu da Marinha, juntamente com naus e galeões dos séculos XVII e XVIII e com o avião em que Gago Coutinho e Sacadura Cabral fizeram a célebre travessia do Atlantico Norte.

«Expostos em péssimas condições», esclare-

ceu-nos o dr. Maia, conservador daquele Museu, «pois estes coches e barcos, face aos materiais que os compõem, são profundamente sensíveis às alterações climáticas e este pavilhão não reúne o mínimo de condições para esta função.» E para ilustrar a sua tese referiu-se à intensa luminosidade ali existente (cerca de mil



Entre naus e galeões, duas dezenas de coches encontram-se expostos num pavilhão do Museu de Marinha, em condições que colocam em perigo a sua manutenção

«luxes») quando os peritos não aconselham sequer cento e vinte.

E diz-nos ainda o dr. Maia: «A verba necessária para colocar este pavilhão nas condições ideais é de vinte mil con-

tos, considerada de momento incomportável pelos serviços responsáveis. Mas para a perpetuação de colecções tão raras todos os sacrificios devem ser feitos, pois a arte não tem preço.»

NORMA, S.A.R.L. — Sociedade de Estudos para o Desenvolvimento de Empresas

CONTA DE LUCROS E PERDAS

Exercício de 1975

TRABALHOS EM CURSO			
Em 1/1/75 - RECTIFICADO		3.446.256\$70	
ENCARGOS DE EXPLORAÇÃO			
Com os Órgãos Sociais	685.020\$60		
Ordenados	39.738.728\$50		
Outras Remunerações	14.649.660\$90		
Encargos Sociais Obrigatórios	9.622.826\$80		
Formação do Pessoal	119.135\$80		
Encargos Financeiros	3.563.428\$10		
Encargos Fiscais	481.984\$60		
Encargos Diversos:			
Publicidade	163.816\$30		
Deslocações	913.829\$10		
Rendas de Casa	3.685.200\$00		
Outros	2.619.369\$90	7.382.215\$30	
Outros Encargos Diversos		175.531\$40	
Seguros		1.289.606\$50	
Conservação		3.006.759\$20	
Telecomunicações		1.384.811\$50	
Aluguer de Equipamentos		54.127.802\$40	
Consumos:			
Material Mecanográfico	5.135.618\$00		
Energia Electrica Industrial	1.571.363\$10		
Material Não Mecanográfico	1.359.420\$40	8.066.400\$90	
Amortizações e Reintegrações		8.349.371\$30	
		152.643.283\$80	
TRANSFERENCIAS E RESULTADOS DIV.			
Provisões para Créd.Cob.Duvid.		404.185\$00	
RECT.RESULTADOS DE EXERC.ANTER.			
Rectificações	1.576.755\$00		
Diferença Valorização de			
Obras em Curso (74/75)	3.903.681\$50	5.480.436\$50	
		161.974.162\$00	
TRABALHOS EM CURSO			
Obras para 1976	2.617.035\$80		
Imobilizado em Curso	652.354\$50	3.269.390\$30	
PRODUÇÃO			
Vendas	144.706.413\$60		
Produção pã.Imobilizado	3.031.994\$50	147.738.408\$10	
TRANSFERENCIAS E RES.DIVERSOS			
Proveitos Diversos		67.002\$20	
RECT.RESULTADOS DE EXERC.ANTER.			
Regularização das Provisões			
pã.Depreciação Existas.	314.848\$10		
Regularização das Provisões			
pã.Contrib. e Impostos	494.646\$50		
Rectificações	891.844\$00		
Diferenças de Inventário	36.112\$50		
Recuperação de Impostos	29.317\$00	1.766.768\$10	
SALDO DO EXERCÍCIO			
Prejuízo Verificado		9.132.593\$30	
		161.974.162\$00	

O TÉCNICO DE CONTAS

Rui Emídio de Sousa Figueiredo

O Conselho de Administração

Presidente

Administrador-Delegado

Administradores

Companhia Nacional de Navegação, representada por Dr. Virgílio da Silva Valadas
Banco Totta & Açores, representado por Dr. Herberto de Castro Goulart da Silva
Companhia de Seguros Império, representada por Luís Armando Rodrigues Matias
Companhia União Fabril, S.A.R.L., representada por Engº António José Cardoso da Silva
Lisnave - Estaleiros Navais de Lisboa, S.A.R.L., representada por Dr. Afonso Howell

PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. A Contabilidade, o Balanço, as contas de Resultados e o Relatório do Conselho de Administração satisfazem as disposições legais e estatutárias.
2. O Conselho Fiscal examinou regular e periodicamente os elementos contabilísticos da empresa, tendo-lhe sido facultados todos os esclarecimentos solicitados, verificando que:
 - 2.1 No último trimestre do exercício se deu início ao saneamento da contabilidade, estando já as rectificações apuradas, nas contas verificadas até ao momento, reflectidas na Contá-de Ganhos e Perdas.

- 2.2 Os critérios valorimétricos adoptados foram alterados, satisfazendo os requisitos legais e apresentam-se quanto a este Conselho mais de harmonia com os seus princípios da contabilidade e da gestão da empresa.
3. Em conclusão, somos de parecer que:
 - 3.1 Aproveis o Relatório e Contas.
 - 3.2 Que do mesmo modo aproveis a proposta da administração para que o saldo da Conta de Lucros e Perdas se mantenha nesta conta.

- 3.3 Que aproveis um voto de louvor ao Conselho de Administração.
- 3.4 Que aproveis ainda um voto de louvor a todo o restante pessoal da empresa.

Lisboa, 15 de Março de 1976

O Conselho Fiscal

Presidente Fundo Fides, representado pela Sra. Dra. Eugénia Margarida Dias Antunes Cunha
Vogais Maria Rita Corrêa Henriques Moraes de Almeida
João Manuel Barbosa de Guimarães Serôdio

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CENTRO

RESOLUÇÕES DA ASSEMBLEIA GERAL DE 9/ABRIL/1976

1. ANÁLISE DA APLICAÇÃO TOTAL DO NIVELAMENTO MOÇÃO

1. Considerando que o Nivelamento das Condições Laborais do Sector Bancário assinado pelos Sindicatos e pelos Ministérios das Finanças e do Trabalho em 2 de Setembro de 1975, tem vindo a ser sistematicamente boicotado na sua aplicação.
2. Considerando que os impasses e hesitações por parte da acção governativa tem aberto a porta a todos os «cozinhos» para tentar ilegalizar o Nivelamento.
3. Considerando que todas estas questões se inserem num contexto mais largo da recuperação capitalista e do derrube das conquistas já alcançadas pelos trabalhadores nomeadamente no capítulo da Banca Nacionalizada.
4. Considerando que o Governo não tomou até agora uma posição firme de combate àquelas manobras, pelo contrário, até aumentou os Conselhos de Gestão de 30 para 40 contos mensais o que na presente conjuntura económica é uma afronta para os trabalhadores.

OS TRABALHADORES BANCÁRIOS REUNIDOS EM ASSEMBLEIA GERAL EM 9 DE ABRIL DE 1976, DELIBERAM:

- A) QUE O MINISTÉRIO DO TRABALHO PUBLIQUE IMEDIATAMENTE A PORTARIA S/O NIVELAMENTO NO SEU BOLETIM PARA AFASTAR DE UMA VEZ POR TODAS AS DÚVIDAS FORMAIS DA SUA LEGALIDADE.
- B) QUE O MINISTÉRIO DAS FINANÇAS ORDENE AOS CONSELHOS DE GESTÃO A APLICAÇÃO IMEDIATA E TOTAL DO NIVELAMENTO E RETIRE AS HESITAÇÕES E AMBIGUIDADES QUE O TÊM CARACTERIZADO.
- C) QUE A DIRECÇÃO SOLICITE DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, DO CONSELHO DA REVOLUÇÃO E DO PRIMEIRO-MINISTRO, UMA ENTREVISTA NA QUAL FAÇA SENTIR A NECESSIDADE URGENTE DA RESOLUÇÃO DE TODOS OS PROBLEMAS, POR FORMA A EVITAR FORMAS DE LUTA QUE OS TRABALHADORES BANCÁRIOS POSSAM TOMAR E QUE PODERÃO SER APROVEITADAS NA PRESENTE SITUAÇÃO POR FORÇAS ANTIDEMOCRÁTICAS CONTRÁRIAS AOS INTERESSES DOS TRABALHADORES.
- D) QUE A DIRECÇÃO PUBLIQUE E DISTRIBUA ESTA MOÇÃO POR TODOS OS TRABALHADORES, PELOS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E DE CONHECIMENTO AO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO SUL E ILHAS E AO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO NORTE.

(Aprovada por expressiva maioria).

2. BASES GERAIS DO PROJECTO DA LEI DA GREVE MOÇÃO

1. Considerando que a GREVE é um direito inabalável de todos os trabalhadores e a sua principal arma na defesa dos seus interesses de classe.
2. Considerando que as Bases Gerais agora propostas pelo famigerado «DROT» pouco ou nada adiantam em relação à anterior Lei porquanto em vez de consignar na prática o direito à Greve o limite, e coarta.
3. Considerando que ao admitir a possibilidade de enquadramento militar das empresas e trabalhadores, sujeitando-os à disciplina militar, inflecte neles o terror bem à moda fascista.

OS TRABALHADORES BANCÁRIOS REUNIDOS EM ASSEMBLEIA GERAL EM 9/4/76 EXIGEM:

1. A IMEDIATA REVOGAÇÃO DO DEC-LEI 392/74 COMO CONTENDO MEDIDAS LESIVAS DOS INTERESSES DOS TRABALHADORES.
2. O RECONHECIMENTO DO DIREITO A GREVE SEM QUALQUER LIMITAÇÃO IMPOSTA PELO PODER POLÍTICO.
3. A DIVULGAÇÃO DESTA MOÇÃO ATRAVÉS DOS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.

(Aprovada por Unanimidade).

3. HORÁRIO DE TRABALHO NACIONAL MOÇÃO

1. Considerando a crise de emprego que se verifica, em que a taxa corresponde a 11% da população activa.
2. Considerando a necessidade urgente da criação de novos postos de trabalho.
3. Considerando a existência de subemprego em vários sectores, nomeadamente na BANCA.
4. Considerando que a recuperação capitalista que se verifica neste País é uma ameaça para as conquistas dos trabalhadores.
5. Considerando o facto, de nem sempre a um aumento de horário de trabalho corresponder um respectivo aumento de produção.

OS TRABALHADORES BANCÁRIOS REUNIDOS EM ASSEMBLEIA GERAL EM 9/4/76 DECIDEM:

1. REJEITAR O ANTEPROJECTO DO DEC-LEI SOBRE O HORÁRIO DE TRABALHO NACIONAL.
2. APOIAR A JUSTA LUTA DOS TRABALHADORES COM HORÁRIO SUPERIOR A 40 HORAS SEMANAIS, PARA A SUA REDUÇÃO.
3. NÃO ADMITIR QUE NO CASO DA BANCA, E ATÉ QUE O PROJECTO DE SOCIEDADE SE DEFINA EM FAVOR DOS TRABALHADORES, O SEU HORÁRIO DE TRABALHO SEJA AUMENTADO E LUTAR PARA QUE SE MANTENHA O EXISTENTE CONTRATUAL.
4. A DIVULGAÇÃO DESTA MOÇÃO POR TODOS OS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.

(Aprovada por Unanimidade).

Coimbra, 9 de Abril de 1976.

A MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CENTRO

Nacional

Lei da pornografia entra hoje em vigor

«Entende-se que proibir a importação ou a edição de obras de conteúdo pornográfico abriria as portas a um expediente de censura facilmente aproveitável para intoleráveis extensões e extrapolações». Esta passagem foi tirada do texto do Decreto-Lei 254/76 que hoje entra em vigor sobre a pornografia.

De acordo com a nova lei, não é a importação ou edição de obras pornográficas que está em causa residindo o «excesso» fundamentalmente na sua exibição e venda pública. Assim, o acesso ao público passa a ser feito em estabelecimentos especializados, «a pessoas e por pessoas de maioria, ou de idade qualificada». De igual modo, fugiu-se a qualquer forma de censura de filmes. Neste domínio, preconiza-se a sua classificação como pornográficos e não pornográficos. Aos primeiros, serão aplicados sobretaxas para que sejam «destimulantes da sua importação e da sua procura». Ao mesmo tempo, proíbe-se que às respectivas exposições assistam os menores de 18 anos.

A partir de hoje, excepto nos estabelecimentos especializados «é proibido afixar ou expor em montras, paredes ou em outros lugares públicos, pôr à venda ou vender, exhibir, emitir ou por outra forma dar publicidade a cartazes, anúncios, avisos, programas, manuscritos, desenhos, gravuras, pinturas, estampas, emblemas, discos, fotografias, filmes, e em geral quaisquer impressos, instrumentos, de reprodução mecânica e outros objectos ou formas de comunicação audiovisual de conteúdo pornográfico ou obsceno».

«A gente antes vivia sem isto e agora também se vai arranjar», afirma uma jornalista referindo-se aos lucros que as publicações pornográficas sempre iam trazendo ao seu bolso de mulher pobre. «O meu filho é que se ia buscar, eu tenho vergonha dessas coisas», acrescentou.

Outro vendedor, com a banca ali mesmo ao pé da estação do Rossio, diz-nos que «os clientes mais frequentes» eram



A venda pública de obras pornográficas foi hoje interdita passando a ser feita em estabelecimentos especializados, em termos a regular

os homens de 42 a 43 anos mas também havia senhoras e algumas delas com um aspecto... quem havia de dizer?

Enquanto de uma maneira geral os jornaleiros se vão habituando à ideia de perder uns escudos que sempre vêm a propósito nos seus magros ordenados, mantém-se a questão

das elevadas somas conseguidas pela exploração do corpo. De facto, os lucros elevadíssimos vão continuar certamente bem perto dos estabelecimentos dedicados a este novo tipo de comércio.

A par da rede económica capitalista que a pornografia sustenta, são também os valores

culturais que estão em causa. A pornografia considerada como um processo de desmitificação do sexo para alguns, é certamente uma das evidências mais dolorosas da ideologia machista que diviniza o culto da mulher-objecto a quem se nega qualquer dignidade como ser humano.

Malefícios do tabaco serão lembrados ao consumidor

A Comissão Nacional de Ambiente elaborou um projecto de decreto-lei sobre publicidade do tabaco, em cujo preâmbulo preconiza: «É necessário (...) informar devidamente o públi-

co sobre os malefícios do tabaco e limitar as formas de promoção de vendas que encorajem o seu consumo».

Acrescenta a CNA que, demonstrado o risco para a saúde que representa o consumo de tabaco e sendo impossível impor a toda a população a redução do consumo do produto, «é indispensável encorajar os fumadores a renunciarem ao seu hábito, ou, pelo menos, a reduzir o consumo de tabaco, e para desencorajar os jovens de começar a fumar». A exemplo de legislação vigente noutros países, a CNA salienta a «instante necessidade de estabelecer os

princípios jurídicos de uma prevenção generalizada, que definam as acções públicas requeridas para a sua prossecução».

Entretanto, a Junta Administrativa e de Desenvolvimento da Madeira, adiantando-se às conclusões da CNA, deliberou que a partir de hoje todos os anúncios de tabaco divulgados nos meios de Comunicação Social do arquipélago devem incluir: «Este produto é susceptível de prejudicar a sua saúde», legenda que a partir do dia 1 do próximo ano será inscrita em toda a embalagem de tabaco posta à venda, feita em Portugal ou importada.

Mestres de Cardiologia num seminário em Lisboa

Reputados cardiologistas europeus vão estar presentes em Portugal, de 19 a 24 do corrente, para participarem num Seminário Internacional organizado pelo Serviço de Cardiologia do Hospital de Egas Moniz (ex-Hospital do Ultramar).

Além de cardiologistas portugueses, vindos de diversos pontos do País, são esperados na capital o prof. Pérez Gomes, da Faculdade de Medicina de Madrid; os profs. John Goodwin e Betall e drs. Jane Somerville, Bertrand Wells, Walter Somerville e Waterstone, respectivamente do Royal Post Graduate Medical School Brompton Hospital, Cardiothoracic Institute, Hospital for Sick Children e Middlesex Hospital; prof. Slama, do Hospital Lariboisière de Paris; prof. Teicholtz e dr. Mary Allen Engle, de Nova Iorque; prof. Gensini, da Universidade de Siracusa e prof. Mara Kniazev, da Universidade de Moscovo.

O Seminário decorrerá na Aula Magna do Instituto de

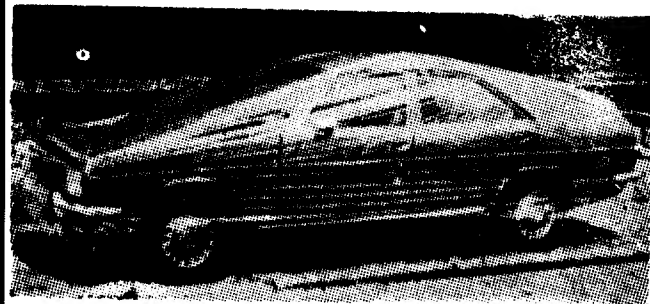
Saúde Pública e Medicina Tropical, iniciando-se com uma sessão inaugural em que deverão discursar o secretário de Estado da Saúde, o prof. Madeira Pinto, presidente da comissão organizadora daquela reunião científica, um representante dos convidados estrangeiros e o presidente da Sociedade Portuguesa de Cardiologia.

Os temas a tratar serão os seguintes: «Novos Métodos de diagnóstico em Cardiologia»; «Hipertensão Arterial — Função Renal»; «Doença Coronária — Unidades de Cuidados Intensivos»; «Cardiopatias — Malformações Cardíacas Congénitas» e «Cirurgia Cardíaca — Análise dos Resultados à Distância».

VENDE-SE ROULLOTE

3-4 pessoas — Tel. 23955 TORRES VEDRAS

CAPAS HELE AUTOMÓVEIS
EM PLÁSTICO PARA
PARA PROTECÇÃO DE POEIRAS E CHUVA
4 TAMANHOS DESDE 290\$ — 320\$ — 350\$ — 390\$
PRÁTICAS POUCO VOLUME RESISTENTES
ENVIA-SE A COBRANÇA



HELE — Portela de Baixo - Gulpilheres - Estrada 109
Porto - Espinho - V. N. de Gaia - T. 961556

Quem impede a reabertura da Joaquim Francisco dos Santos?

«O senhor ministro da Habitação não deseja que a Francisco dos Santos reabra. Apenas pretende ganhar tempo, impedir os trabalhadores de receberem o seu salário no fim do mês, procurando lançar o desespero e a divisão entre eles, para mais à vontade entregar a empresa a conde-

náveis métodos de exploração», afirma hum comunicado à população, a comissão de trabalhadores da Sociedade Joaquim Francisco dos Santos.

O ministro da Habitação eng. Eduardo Pereira, colocou novos obstáculos ao inquérito, contradizendo-se com o despacho por ele próprio emitido no

dia 23 de Março. Enquanto, neste momento, o ministro se manifesta contra a presença na comissão de inquérito, de um observador licenciado em direito, da confiança dos trabalhadores, no despacho previa-se que o referido observador pudesse também averiguar a actuação do delegado do Governo na comissão administrativa.

Perante isto, os trabalhadores denunciam o facto de o encerramento da empresa estar a custar ao País, cerca de «800 contos por dia e o iminente desemprego para os seus 600 trabalhadores». A comissão de trabalhadores de Joaquim Francisco dos Santos tudo tentado para conseguir a reabertura da empresa. Aceitou, inclusivamente, conforme sugestão dos seus camaradas suspensos, aceitar a sua suspensão durante os 30 dias exigidos pelo Conselho de Ministros. Mas nem isto levou à reabertura da empresa Joaquim Francisco dos Santos. Talvez para depois das eleições. Quem venha atrás que... abra a porta. Provável raciocínio, mas que está a custar cerca de 800 contos por dia. Quem paga o prejuízo? A Joaquim Francisco dos Santos tem intervenção estatal. Logo, é o povo que paga. Neste caso, no entanto, isso parece não ter importância.

Um tractor e alfaia para os "pioneiros" de Trás-os-Montes

Consumou-se, esta tarde, a oferta de um tractor e alfaia agrícolas à unidade colectiva de produção «Os Pioneiros», situada nos Cortiços, em Macedo de Cavaleiros, Trás-os-Montes. O acontecimento foi assinalado com uma verdadeira festa popular.

A oferta foi feita pelos operários da Siderurgia Nacional, através do C. R. A. R. A. Inicialmente inedita em Trás-os-Montes, «Os Pioneiros» foram legalizados em Janeiro, constituindo um passo significativo no caminho da Reforma Agrária no Norte. São cerca de 200 hectares de terras da antiga Junta

de Colonização Interna, ocupadas em Julho do ano passado por trabalhadores agrícolas dos Cortiços, numa demonstração de que o espírito colectivo também existe naquelas paragens.

É claro que na região tem sido feita uma campanha contra a unidade colectiva de produção e os seus impulsionadores mas, conforme nos disse um deles «toda a aldeia está ao nosso lado porque já estava farta dos outros mandões».

Saliente-se que no campo produtivo «Os Pioneiros» têm ultrapassado em muito o desenvolvimento e o cultivo feitos antes da ocupação.

TRABALHADORES DA HOTELARIA:

"E o alojamento dos retornados?"

A definição urgente por parte do Governo de uma política em relação ao alojamento dos retornados que se encontram nos hotéis, foi exigida numa assembleia de trabalhadores da Indústria Hoteleira da Costa do Sol, realizada no antigo Casino do Estoril.

Esta posição resulta da proximidade da época balnear e dos pedidos de reserva que começam a ser feitos que, sendo poucos, estão condicionados pelas medidas que o Governo

vier a tomar em relação aos retornados das ex-colónias.

Em relação às afirmações do ministro do Comércio Externo e do Turismo, dr. Jorge Campinos, depois da sua recente visita pela Europa, segundo as quais, aquele responsável governamental, teria assegurado o contrato para 226 mil dormidas, foi esclarecido para alerta dos trabalhadores que, feitas as contas, esse «número apresentado para fins eleitorais», corresponde à lotação de

três hotéis de 300 quartos cada, de Abril a Outubro.

Durante a reunião foi também considerada a necessidade de aplicação das conclusões do 1.º Encontro Nacional da Indústria Hoteleira, realizada no mês passado, no Hotel Estoril-Sol, como único meio de reestruturar o sector, defendendo os interesses dos 55 mil profissionais nele inseridos. As medidas então aprovadas incluem a dinamização do turismo interno e social a par do internacional.

dade de gerente; tal exame encontra-se presentemente em curso.

6 — O não pagamento por inteiro dos salários referentes ao mês de Março, é consequência directa da gestão incorrecta anteriormente praticada pelo técnico de contas, o qual retirou à Sociedade como oportunamente se provará, toda e qualquer possibilidade de recurso ao crédito, quer bancário, quer de fornecedores.

7 — Ao técnico de contas foi instaurado, nos termos da legislação em vigor, processo disciplinar, para cujo desfecho em muito concorrerão os resultados do exame oficial à escrita.

8 — A gerência informa os trabalhadores que está a desenvolver os seus melhores esforços no sentido de resolver os problemas financeiros com que veio a deparar após retornar à gestão da empresa, ao mesmo tempo que os alerta para a inconsequência de atitudes da Comissão de Trabalhadores, a qual com a sua actuação está a prejudicar largamente os trabalhadores dos Laboratórios Intercolor, pondo verdadeiramente em risco os seus postos de trabalho, caso continue na sua acção divisionista e provocatória.

9 — A seu tempo, e em conformidade com a lei, virão a ser tomadas as medidas de natureza penal que se afigurem convenientes.

INTERCOLOR

O patrão desmente a Comissão de Trabalhadores

O proprietário da firma Intercolor, enviou-nos, para publicação, ao abrigo da Lei de Imprensa, o seguinte esclarecimento sobre uma conferência de Imprensa dada pela Comissão de Trabalhadores daquela firma, e de que publicámos notícia, no dia 12 do corrente mês:

«Inseriu o jornal de que V.Ex.ª é distinto director notícia referente a uma «conferência de Imprensa» dada pela Comissão de Trabalhadores da empresa Laboratórios Intercolor..., do qual sou gerente e, com minha mulher, únicos proprietários.

Porque tal notícia contém em si, no teor reprodutivo das declarações da referida comissão, não só matéria difamatória para os signatários, como também graves inexactidões quanto à situação em curso, venho por este meio, e no artigo do direito de resposta que me é concedido pelo Art.º 16.º do Decreto-Lei 85-C/75.

Solicita-se que dê a adequada divulgação do seguinte:

1 — A revogação da procuração do técnico de contas em

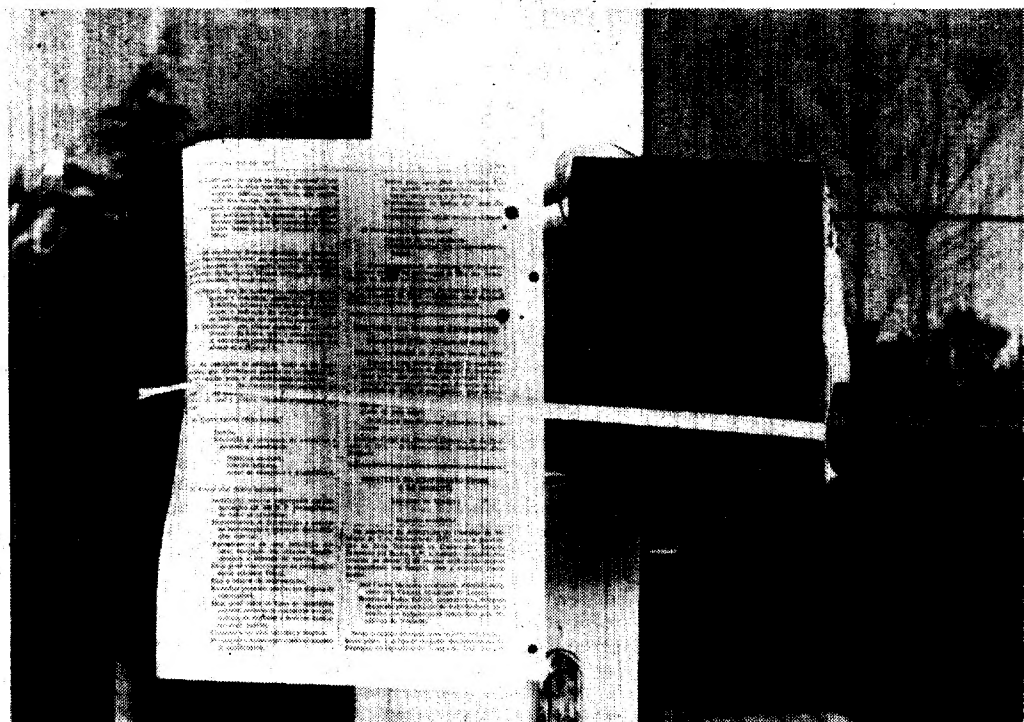
causa foi imperiosamente ditada pela situação em que a sociedade então já se encontrava.

2 — Na verdade — e não obstante as suas específicas responsabilidades — o técnico de contas em causa não cuidou de elaborar a escrita quer de 1974, quer de 1975.

3 — Por essa razão torna-se neste momento ainda impossível qualquer controle sobre os números da sociedade.

4 — Na intenção de reconstruir a escrita praticamente inexistente, tentou a gerência dos Laboratórios Intercolor que uma firma especializada efectuasse uma auditoria às escrituras, o que foi sistematicamente boicotado por alguns trabalhadores manipulados pela referida Comissão de Trabalhadores.

5 — De tal forma a situação se afigurou grave ao signatário que requereu ele próprio no Ministério das Finanças um exame oficial à escrita da sociedade, muito embora conhecendo as eventuais responsabilidades que lhe possam vir a ser assacadas na sua quali-



A Joaquim Francisco dos Santos foi fechada com enorme aparato policial no dia 1 de Abril. Porquê e para quê? Por quem? Pelo Governo.

O "caso Timex"

Solução idêntica para outras multinacionais?

Entre 200 a 300 operários da Timex deverão abandonar a empresa, graças ao acordo assinado recentemente entre o Ministério do Trabalho e a administração. Em plenário de trabalhadores, este acordo também mereceu a aprovação dos trabalhadores.

Os trabalhadores que aceitem voluntariamente o despedimento receberão indemnizações como se de despedimento sem justa causa se tratasse. Para aqueles que ficarão, haverá uma redução de trabalho para três dias, o que «não inclui a redução do pagamento dos cinco dias semanais, que passará a processar-se através de um fundo especial para o qual participam, em partes iguais, de um terço, os trabalhadores, o Governo e a Timex».

Este acordo vigorará até ao fim do próximo mês de Junho, altura em que será revisto, «face à nova situação económica que provavelmente se apresentará, devendo, entretanto, o Ministério da Indústria ter realizado um estudo de reconversão da empresa», segundo afirmou o secretário de Estado do Emprego, eng.º Tito de Moraes. Anunciou ainda que está a proceder-se a estudos relativamente a outras multinacionais e, embora a experiência Timex seja muito específica, mesmo assim deverá ser «considerada».

Recordamos, por outro lado, que o acordo será revisto no fim do mês de Junho. Ora, a administração ameaçou fechar a empresa nessa altura, se não lhe fossem satisfeitas as suas reivindicações.

O eng.º Tito de Moraes, falando aos jornalistas, disse a certa altura: «No entanto, certos órgãos de informação, como o «Diário Popular» e o «Diário de Lisboa», fazendo-se

eco de um dos sindicatos intervenientes nas conversações, atribuíram ao Ministério do Trabalho responsabilidades

que ele não tinha, dificultando, assim, a resolução do problema, o que felizmente não aconteceu».

TIMEX:

"tempo de ser firme"

«No entanto, certos órgãos de informação, como o «Diário de Lisboa» (...), fazendo-se eco de um dos sindicatos intervenientes nas conversações, atribuíram ao Ministério do Trabalho responsabilidades que ele não tinha, dificultando, assim, a resolução do problema, o que felizmente não aconteceu».

Esta declaração foi proferida pelo secretário de Estado do Emprego, eng.º Tito de Moraes, referindo-se ao problema da Timex.

Atribuímos responsabilidades ao M. T. que ele não tinha? Apenas salientamos, por diversas vezes, a necessidade de assegurar os postos de trabalho. O próprio M. T. sentiu as suas responsabilidades, quando o ministro do Trabalho fez várias declarações sobre o problema. Acusou a administração. Colocou-se ao lado dos trabalhadores. Em palavras, é certo. Mas fez-o. Por exemplo: em 28 e 31 de Janeiro.

Dificultámos a resolução do problema? Não terá sido antes a administração da Timex, que, afinal, conseguiu impor os seus pontos de vista? E em fins de Junho, o acordo será efectivamente renovado? Sempre dissemos que não era fácil resolver o problema desta multinacional. Não a consideramos um «tigre de papel». Mas atenção, Timex: «É tempo de ser firme».

F. M.

Greve suspensa na France Press

A Comissão de Negociação dos Trabalhadores de Lisboa da agência France Press «decidiu tomar a responsabilidade de suspender a greve de zelo», iniciada no passado dia 13, considerando as novas propostas apresentadas pela direcção

e que esta mostra disposição em encontrar soluções concretas para as suas reivindicações.

«A direcção da AFP comprometeu-se — afirma-se no comunicado dos trabalhadores — a reunir com a Comissão de Negociação até ao dia 20 de Abril, às 19 e 30, no sentido de encontrar uma solução para os pontos ainda em litígio. A Comissão de Negociação dos trabalhadores da AFP-Lisboa assume no caso de impossibilidade de chegar a um acordo com a direcção da AFP, a responsabilidade de recomendar aos delegados sindicais que decretam a greve nos moldes aprovados em AGT de 29/3/76».

PETARDO EM VILA MEA

Pouco antes da 1 da manhã drugada, rebentou um petardo, em Vila Meã, Amarante, junto da montanha de uma farmácia, propriedade de um elemento do P.P.D., candidato às próxi-

mas eleições.

O petardo causou prejuízos na farmácia e da residência do candidato à Assembleia da República tendo a G.N.R. tomado conta da ocorrência.

Nacional

A REFORMA AGRÁRIA NA BEIRA BAIXA

Egitânia: a terra já não é do Marrocos

TEXTO DE LOURDES FÉRIA



Se não fossem as inscrições revolucionárias que em abundância sobressaem nas paredes das casas, talhadas em pedra, diríamos que Idanha-a-Velha era uma aldeia fantasma. Que tinha permanecido inalterável ao longo dos séculos. Uma terra sem presente. Nem futuro. A aparência de tempo parado, não obsta, porém, a que os ventos da história tenham alterado radicalmente tudo. O 25 de Abril chegou ali com força. Entranhou-se nas pessoas. Dai que o povo sinta necessidades de extravasar através da escrita mural os seus pensamentos. Marcar uma posição. Vingar bem que não aceita mais exploradores.

A configuração arquitectónica de Idanha-a-Velha apresenta um aspecto uniforme. Nada ali destoa. Nem mesmo a casa senhorial em volta da qual, durante anos, gravitou tudo. Hoje não passa de uma mansão abandonada olhada pelo povo com indiferença. Mas que ainda não teve coragem para a ocupar, a fim de fazer dessa casa, onde viveu o carrasco, uma creche para os filhos dos camponeses. Lembra o patrão, o senhor. O proprietário das casas, das terras, das pessoas. Que não existe mais. Que caiu do pedestal permitido pelo fascismo. O nome de Frederico Marrocos, o explorador, surge com frequência nas inscrições de parede para que o povo não esqueça quem lhe sugou o sangue.

Marrocos era o latifundiário. Dono de terras em Idanha, em Pedrogão, em todo o distrito. Algumas delas expropriadas. Nos 1700 hectares que rodeiam Idanha-a-Velha nasceu a cooperativa agrícola da Egitânia que integra mais de metade da população da aldeia. Nela trabalham os casais «com saúde». Os velhos também aderiram, embora possam dar um fraco contributo. No entanto, em Idanha-a-Velha há ovelhas ranhosas. Como em todo o lado. Há meia dúzia de laiaios que preferiram ficar ligados ao patrão. São apontados a dedo pelos trabalhadores da cooperativa.

«Começámos a trabalhar em 17 de Fevereiro de 1976 depois das terras terem sido abrangidas pela lei da expropriação. Primeiro organizámo-nos e depois contactámos o Centro da Reforma Agrária. Esta cooperativa é talvez uma das mais pobres do distrito. Não temos máquinas... E o gado, do qual ainda podíamos tirar algum rendimento, dizem os do Centro que é fruto pendente. A gente não percebe, mas garantiram-nos que a partir do S. Pedro já podemos ter o gado. Por enquanto somos obrigados a recorrer ao crédito agrícola de emergência» — afirma um membro da Comissão de Trabalhadores.

MÁQUINAS

Os assalariados agrícolas com quem falámos, ao entarde-

cer, em Idanha-a-Velha, vinham do trabalho. Enfarruscados pelo carvão. Neste momento é um dos seus recursos.

«Estamos a fazer carvão para conseguirmos dinheiro. Já semeámos parte das batatas. Agora aguardamos que entreguem as máquinas, pois não podemos lavar com as mãos. Andámos com uma junta de bois, mas isso não resolve o problema. Há sítios onde só é possível lavar com máquinas. A enxada não serve...»

Marrocos, como todo o bom latifundiário que se preza, era absentista. As suas terras estavam arrendadas a João Dias Rato, homem que explora o gado até Junho, segundo a «lei dos Frutos Pendentes» — uma triste invenção do Ministério da Agricultura que vem prejudicar os trabalhadores. Esse indivíduo trazia quatro herdades de renda. Perdeu a Egitânia, mas ainda tem três. Uma delas faz parte da herdade Alcafozes. Trabalham nela os laiaios do João Rato. Se o Marrocos não está bem visto pelo povo, o rendeiro Rato ainda conseguiu pelas suas façanhas deixar pior lembrança. Figura ligada ao Centro Democrático Social, fascista convicto, animador, no distrito da famigerada CAP.

«Esse tipo, o Rato, é um dos que andam por Rio Maior. Consta que ele esteve nos acontecimentos de Portalegre» — acrescenta um trabalhador.

Os camponeses da Egitânia não sabem o que é a CAP, mas têm consciência de que não se trata de coisa boa. Qualquer organização onde o Rato esteja envolvido causa péssima impressão aos trabalhadores. Reconhecem nele o inimigo. O grande rendeiro João Rato exigiu ao Centro da Reforma Agrária uma indemnização de 50 mil contos, relativamente à herdade da Egitânia. Desfrutou do gado. Desviou material da cooperativa. Deve salários a

vários trabalhadores, alegando não ter dinheiro. Espalhou boatos. Diz para quem o quer ouvir que depois das eleições «tudo vai mudar». Ameaçou que quando se der a reviravolta mata todos os comunistas.

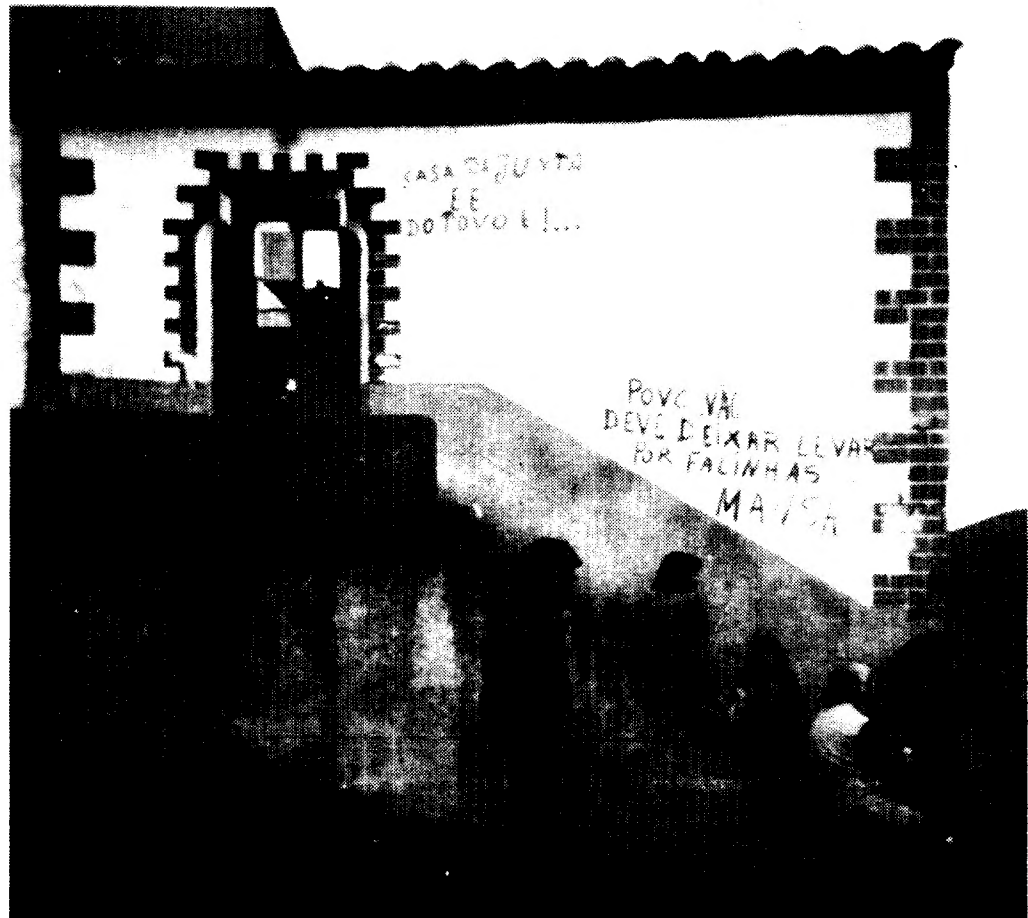
«Nós pretendíamos que o Rato nos entregasse as 1390 ovelhas que desviou para outras herdades, que nos devolvesse as máquinas, mas o Centro da Reforma Agrária até agora tem demonstrado não se importar com o assunto.»

PELA ESTRADA FORA

Os trabalhadores rurais de Idanha-a-Velha, como muitos de outras aldeias, foram gigantes no sacrifício. Viveram na miséria, no obscurantismo, na incerteza de ganhar o pão que precisavam de comer. Muitas vezes tinham de deslocar-se a terras distantes à procura de trabalho. Abandonavam a casa e a família. Pela estrada fora calurreavam quilómetros de merenda às costas...

«Eu costumava sair às segundas-feiras por volta das três da manhã de Idanha com a merenda para toda a semana às costas. Fazia 20 quilómetros a pé. Não podíamos chegar ao trabalho atrasados, senão despediam-nos. Só eu sei o que tenho padecido... E para nos darem trabalho ainda era preciso andarmos de chapéu na mão. E para quê? O que ganhávamos durante uma semana nem sequer dava para um talego de trigo. Já pagavam, fora do distrito, ordenados a 16\$00 por dia — e o Marrocos pagava ainda a 8\$00. Trabalhei em Faro, em Lisboa, no Porto. Até estive nas minas de Moncorvo umas quatro semanas» — conta um homem que viveu a amarga experiência de «besta de carga».

Os trabalhadores de Idanha-a-Velha não esquecem as humilhações. Dizia Manuel Pi-



Os camponeses da Egitânia não sabem o que é a CAP, mas têm consciência de que não se trata de coisa boa. As inscrições dizem tudo...

na, pequeno rendeiro, que aderiu à cooperativa e ao serviço dela pôs o seu tractor que «os trabalhadores de Idanha andavam desprezados». Pois por isso mesmo eles não querem voltar ao passado. Acreditam num futuro sem Marrocos, sem Ratos. Um futuro sem exploradores.

Os primeiros passos para a «ocupação» autorizada foram iniciados por um tal Fernandes Praça, de Castelo Branco, elemento do Partido Socialista,

que, vendo as modas mal paradas, depressa abandonou o empreendimento. Algum tempo depois, o operário agrícola Manuel Barreira Esteves, apoiado pela anterior direcção do CRA, convenceu os outros trabalhadores a avançarem para a herdade. Ai o rendeiro Rato mobilizou alguns reacçãoários do distrito conjuntamente com outros indivíduos de Rio Maior, afectos à CAP. Numa caravana de carros dirigiram-se a Idanha-a-Velha e ameaçaram os cooperadores com armas na mão. Nesta missão destacou-se pela sua actividade o regente agrícola Ladoeira.

Todos estes actos de terrorismo tiveram efeito contrário àquele que os seus autores pretendiam. Se os laiaios de Rato fizeram uma opção, os trabalhadores também fizeram a sua. Escolheram a Revolução.

CRÉDITO

Também o comerciante da aldeia, homem velho que conserva intacta a lucidez, está ao lado da cooperativa. A sua pequena loja, onde se misturam carrinhos de linhas com detergentes, latas de conserva e bebidas, é frequentada pelos trabalhadores da cooperativa. Foi lá que os encontramos.

«Eu não pertenço à cooperativa porque já não tenho idade para trabalhar no campo, mas faço força para que ela vá para a frente» — diz o comerciante, um homem que sabe umas letras e que nos ralhó por os jornais progressistas não chegarem a Idanha-a-Velha.

As terras onde assenta a cooperativa da Egitânia são ferrentas. De fertilidade média. Os trabalhadores pensam em semear, no Verão, um pouco de milho, de feijão frade e de grão de bico. Nos planos está a

possível aquisição de 6 vacas leiteiras e a construção de uma barragem. Transformar a casa palacial em refeitório, creche, posto médico, cooperativa de consumo, sala de convívio (bar e cinema). Tudo para o povo.

«A barragem permitia colheitas de dois em dois anos. Quanto à casa palacial estamos à espera de uma resposta do Centro da Reforma Agrária» — informa um membro da Comissão de Trabalhadores.

A cooperativa da Egitânia tem cerca de dois hectares de vinha, 150 de olival e um pomar de pequenas dimensões. Englobados na propriedade há catorze moradias para os «criados» em péssimo estado, duas vacarias, dezoito palheiros, uma malhada, uma adega, dois poços e um lagar de azeite que não funciona...

As dificuldades mais gritantes coincidem com a ausência de máquinas e a concessão de crédito. Os trabalhadores estiveram meses e meses a viver das suas magras economias e das pequenas hortas que alguns possuem.

«Hortas roubadas ao rio, de tamanho reduzido, onde cultivamos uma leira de tomate ou feijão para consumo da família» — explica um trabalhador.

Quanto ao crédito estava programado da seguinte forma: 90 contos mensais até perfazer o montante de 1000 contos. Segundo os trabalhadores, verificou-se um boicote na concessão do crédito. Primeiro, porque faltava um documento; e depois, as assinaturas nos cheques.

Os trabalhadores da Egitânia, todavia, continuam unidos. Brigando contra ventos e marés gravam nas paredes de Idanha-a-Velha um pouco da sua história. Da sua luta — que é a luta de classes.



Figuras do tempo passado que se tornaram figuras do tempo presente. Esta mulher já de muita idade, por exemplo...

Nos primeiros dias de Agosto de 1975, na estrada que liga as Furnas a Vila Franca do Campo (S. Miguel, Açores) teve lugar uma cena de violência, de que saíram feridos três jovens, um deles professor de filosofia do liceu de Ponta Delgada.

Dois automóveis ocupados por vários elementos pertencentes à Frente de Libertação Açoriana (FLA), cortaram o caminho ao carro em que viajavam aqueles três jovens, na deliberada intenção de os perseguir e agredir — acabando por levar até ao fim os seus intentos.

Esta seria uma das muitas acções terroristas levadas a cabo pela FLA no Verão de 75, porque a 12 do mesmo mês de Agosto, cento e vinte indivíduos pertencentes àquela organização separatista, voltaram a Vila Franca do Campo e, investindo sobre a população à cacetada, à pedrada, à correada e com ameaças de armas de fogo, estabeleceram ali o pânico, enviando não poucas pessoas para o hospital. Claro que houve resistência e vários FLas tiveram de ser hospitalizados com as suas vítimas. Posteriormente, na Horta, em Ponta Delgada, na Ilha Terceira (Angra do Heroísmo) foram destruídas sedes de partidos progressistas, houve tentativas de assassinio, incêndios, pilhagens. Sobre isto e contra isto que fizeram as autoridades? É certo que se prenderam, após os primeiros incidentes, alguns membros da FLA. O que aconteceu é que pouco depois foram postos em liberdade e com tais garantias de impunidade que continuaram paulatinamente as suas «caçadas» sem que fossem incomodados. Prometeu-se um inquérito aos acontecimentos. Prometeu-se tomar medidas que assegurassem um mínimo de respeito pelo processo democrático nos Açores. Pergunta-se: estas promessas foram cumpridas?

A verdade é que a FLA continua a campear como grupelho antiprogressista que é, que assim se demonstra até à insaciabilidade. Mas eis que neste nosso jornal, surgem elementos da FLA a afirmarem categoricamente a sua posição de força em relação à «independência» açoriana, ao mesmo tempo que se dizem «patriotas» e «pluralistas».

Em entrevista concedida ao nosso jornal e que publicámos no passado dia 29 de Março, a FLA autodenomina-se um «movimento popular» e até progressista... com algumas limitações, sugere-se. Por exemplo: em relação à entrevista com um dos membros da FLA, e conseguida em situação bem estranha, diz-se a certo passo: «O CDS açoriano tem procurado identificar-se com o povo açoriano, lógico portanto que apareçam semelhanças desse partido nos Açores com certos objectivos da FLA. Mas a Frente de Libertação sabe que tal identificação se deve apenas à circunstância de o CDS ser um partido de oposição».

O POVO NÃO QUER A FLA

Diz a FLA que o CDS açoriano se identifica com as suas linhas de conduta. Também já ouvimos — e lemos — que é a FLA quem se identifica com as linhas do CDS. Os compadres compõem-se entre si.

Quatro elementos da Liga de Acção Patriótica Para os Açores (LAPA) depõem agora no nosso jornal sobre as declarações da FLA. Naturalmente, se a FLA se arroga o direito e a prudência — ela, que manda e pode nuns Açores onde hierarquicamente parece perfeitamente «coberta» — de fazer surgir os seus entrevistados através de um «corajoso» anonimato, os seus adver-

L.A.P.A. denuncia:

"A F.L.A. é contra os interesses do povo açoreano"

sários tomam, por razões bem claras e às quais não são alheias os casos dos «ataques selvagens» de Julho e Agosto aos elementos progressistas açorianos, idênticas precauções.

Assim, os entrevistados do «DL», embora não sendo personagens de mera ficção, preferem que os seus nomes fiquem no anonimato. Apesar de se encontrarem a viver em Portugal, todos eles possuem familiares nos Açores. E eles (os da LAPA) sabem como a sanha da FLA se abate, fácil e impunemente, sobre as famílias dos que, na clandestinidade, lutam contra a sua sede de autoridade e de prestígio político — que afinal não têm.

Portanto, os nomes que aqui aparecem são nomes meramente supostos. Apresentamos a entrevista apenas em jeito de parada e resposta, para que mais facilmente se tirem conclusões evidentes. Contra a «FLA» falamos, pois, quatro elementos da LAPA (Liga de Acção Patriótica Para os Açores).

Inicia-se a entrevista.

«DL» — Vocês são açorianos. Conhecem, portanto, as motivações que levaram à criação da FLA e as formas de implantação escolhidas por essa organização separatista e, segundo certas notícias, pró-americana, portanto com interesses que podem levar a uma transformação da vida açoriana que, desligada dos seus laços com Portugal, acabará, ineludivelmente, por se tornar uma «colónia» norte-americana.

Como falaria sobre o caso?

Laurindo — Começariamos pela história da FLA.

Em pleno spinolismo, surge o chamado Movimento de Autodeterminação Para os Açores (MAPA), que se anuncia como uma força que procuraria assegurar uma regionalização e descentralização do poder em relação aos Açores. Em 16 de Março de 1975, muda de nome: passa a chamar-se Frente Revolucionária para a Independência dos Açores (FRIA), o que já sugere outra linguagem e outro rumo de actuação. À FRIA, sucede-se a MIRA (Movimento de Independência para os Açores), que garante os mesmos objectivos da FRIA. Até aqui, a direita açoriana pretendia jogar com uma certa capa esquerdista, que abandona logo após a fuga de Spínola. A uma actuação meramente verbalista, seguem-se as linhas de força e entra no terrorismo. Era preciso, sobretudo, agitar o espantinho da independência, até que os Elps, os Mdps e os CDs ganhem importância e tenham confiança no Governo Central. As origens da FLA, a começar no MAPA, apontam todas no mesmo sentido: subtrair ao povo açoriano a possibilidade de escolha e permitir que se mantenham os privilégios de casta das classes mais altas. Era natural que, logo à nascença, o MAPA se visse repudiado pelas classes trabalhadoras açorianas e pelos pequenos proprietários. Os nomes de Luís Franco, José Franco e João Gago da Câmara, que nas suas deslocações a Lisboa se hospedavam no 'Sheranton' para tratar dos problemas do MAPA e, na sua linguagem de mentira, dos

problemas do povo açoriano, são bem elucidativos do germe que levou à implantação da FLA, sobretudo se considerarmos as suas excelentes ligações com exploradores do povo das ilhas como, por exemplo, o visconde de Botelho, e seu filho, o 'senhor conde'. Mas a partir do MAPA, a FLA superou-se, isto é, ultrapassou as linhas iniciais de actuação, tornando-se mais poderosa no aspecto político...

Valdemar — Importa dizer quando se fala em Poder político da FLA, não se está a afirmar que ela tenha implantação popular, pelo contrário. O povo açoriano não quer a FLA. O seu Poder político advém do

a incluir nestes números as muitas centenas de milhares de norte-americanos e canadianos por nascimento, que por acaso tiveram uma avó ou um bisavô açoriano, não existe nessa afirmação uma ponta de verdade. Ainda por cima, os restantes acabam por se deixar assimilar quase totalmente pelas sociedades onde vivem e os seus laços com a terra onde nasceram passam a ser os do simples turista. Nesta perspectiva, verifica-se como ficam tremendamente reduzidos os números respeitantes aos emigrantes, com que a FLA esgri-

ENTREVISTA DE JOSUÉ DA SILVA

no. Que a sua actuação visa unicamente manter o povo açoriano no obscurantismo e sob a pata do grande capital.

LAPA CONTRA A FLA

Agora o contraponto: — Quais são os propósitos da Liga de Acção Patriótica Para os Açores?

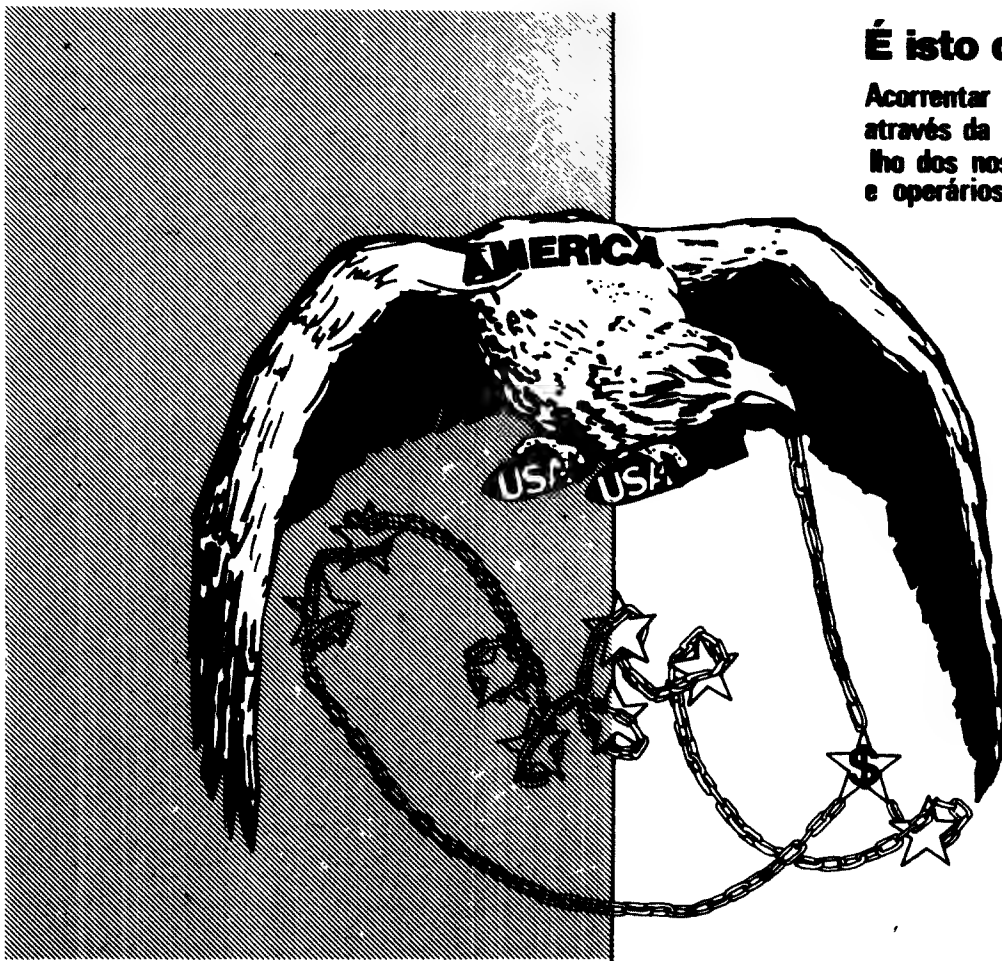
Responde Laurindo: — A LAPA é um movimento que se propõe unir todos os açorianos, com ou sem partido político, considerados patriotas e que queiram continuar a ser portugueses. Propomo-nos lutar contra os separatistas fas-

portugueses que as povoaram, que com o seu esforço as tornaram produtivas, foram os portugueses que nela criaram civilização. Os açorianos não descendem, nem dos Mais, nem dos Cacondos. São portugueses como os habitantes do Minho, das Beiras, do Alentejo ou do Algarve. Como é que, nestes termos históricos, se vai pretender que os Açores sejam uma nação à parte do contexto lusitano? Os açorianos provaram-no, aliás, no decurso da história portuguesa: sempre que o Continente corria perigo, as ilhas levantavam-se em armas, porque era mesmo povo atacado. Quando os senhores da FLA usam a débil demagogia da *independência para o povo açoriano*, como se se tratasse de um povo *conquistado* e submetido pela força das armas, jogam um dado falso, segundo os mais elementares conhecimentos históricos...

— Além disso — intervém Ernesto — mesmo que o Povo Português dos Açores encontrasse razões para se separar do resto do território nacional, essa reivindicação nunca deveria surgir por intermédio de meia dúzia de indivíduos que

É isto que a FLA quer

Acorrentar as ilhas para melhor explorar, através da burguesia micaelense, o trabalho dos nossos camponeses, pescadores, e operários



seu poder económico e dos apoios que encontra em partidos como o CDS e o PPD. Depara-se-nos aqui a verdadeira face da FLA: antiprogressista e decidida a defender, através da sua cúpula elitista, os interesses das minorias exploradoras, nem que para isso, ao contrário do que se afirma na entrevista do «DL» de 29/3/76, tenha de colocar os Açores na dependência directa de, por exemplo, os Estados Unidos.

Trata-se, pois, de um movimento com opção neocapitalista. Note-se que sob a sua égide, o partido continental que mais pode ter ganho nos Açores é precisamente o CDS, que relega o PPD para segundo plano e «abre guerra» ao próprio PS com a ajuda da sua aliada FLA.

AÇORIANOS DOS ESTADOS UNIDOS: UM MITO

«DL» — A FLA fala na força de opção dos milhões de açorianos que vivem nos Estados Unidos. O que é que pensam sobre isto?

Miguel — Os milhões de açorianos nos Estados Unidos e no Canadá, são mais um «bluff» da FLA. A não ser que os senhores da FLA estejam

me.

«DL» — A FLA considera-se o cimento de uma social-democracia nos Açores. Como entendem vocês esta afirmação?

Ernesto — Bom... repare-se que mesmo no continente, ao falarmos para um jornal, temos de tomar o cuidado de não nos identificarmos muito — e o nosso interlocutor sorri. — Ora onde quer que existam pessoas na clandestinidade, que têm de defender os seus pontos de vista na clandestinidade, será possível pensar-se em democracia? A FLA impõe aos açorianos, já, neste momento, uma ditadura mais violenta que a que nos foi imposta pelo próprio regime fascista. Como é que, nestes termos, se ousa apregoar uma social-democracia e o pluralismo? De resto, isto não é novidade nenhuma. Mesmo o general A'tino de Magalhães conhece os processos ditatoriais da FLA. Sabe-se como a FLA persegue, expulsa, ataca membros do Governo, terroriza as populações açorianas. Sabe-se. Mas quem se opõe? Respeita-se a FLA, em nome de quê? Já vimos, pelo que se disse atrás, que a FLA não passa de um núcleo de vendilhões do povo açoria-

cistas, traidores a Portugal e exploradores do povo açoriano.

Parecia que estava tudo dito. Mas era necessário aclarar alguns pormenores. Foi o que tentámos fazer, inquirindo:

— Nessa declaração de princípio não existe uma aparente contradição fácil de permitir que dela tirem partido os da FLA? Que dizer: quando se afirma que a LAPA é um movimento de patriotas que não querem deixar de ser portugueses, não se estará a criar uma implicação e um mal-entendido em torno de qualquer hipótese de independência escolhida pelo povo açoriano?

Laurindo: — Não. Neste momento, o povo açoriano não está interessado em qualquer hipótese de independência. Bate-se, sim, por uma autonomia real, mas não pretende, nem de longe, desligar-se de Portugal. O que, aliás, seria absurdo. Ora repare-se: porventura a história dos Açores será a história de uma conquista pela força, da opressão de um povo por outro povo? Claro que não. Quando os portugueses chegaram aos Açores, as ilhas estavam completamente desertas. Foram os

de açorianos têm apenas um passado de exploração e ganância contra os seus conterrâneos. Alguém viu, durante os cinquenta anos de fascismo, tais indivíduos lutarem pela emancipação local e lançarem-se tão corajosamente como o fazem agora, contra a opressão do regime fascista? Não. Nessa altura, os irmãos da família Índio, dos Franco, dos Botelho, alinhavam perfeitamente com os pides de Salazar e Marcelo. Como todos os que compõem a, felizmente estreita família FLA. Então, onde existe a coerência? Só depois do 25 de Abril é que lhes chega o *fanatismo* da independência, está-se mesmo a ver: a intenção é deliberadamente reacçãoária, contrária aos interesses de um Portugal livre. Uma intenção francamente pró-americana, ou seja, neocolonialista. Porque não há dúvida que para a FLA, tornar os Açores uma colónia americana do Atlântico, seria oiro sobre azul. Seria a maneira mais fácil de eles manterem as suas grandes propriedades e os lucros arrancados aos braços dos trabalhadores açorianos. A FLA é o contrário dos interesses do povo açoriano. A FLA é a grande mentira.

Geral

A SEMANA

SÁBADO

Bosta Georgiou, o «coronel Calan», mercenário responsável pelo assassinio de 14 dos seus colegas e pelo massacre de mais de cem angolanos, é um dos mercenários que vão ser julgados proximamente por um tribunal internacional em Luanda. William Etaki, secretário-geral da OUA (Organização da Unidade Africana) declarou numa entrevista que a África não tem quaisquer objecções a pôr contra o auxílio militar soviético e cubano aos movimentos de libertação e acusou os EUA de apoiarem os regimes racistas. Nos termos dum acordo EUA-URSS, revelado por Henry Kissinger, os norte-americanos poderão, pela primeira vez, observar explosões atómicas subterráneas na URSS. Amplo movimento estudantil em França contra uma reforma proposta pelo Governo sobre carreiras universitárias faz temer a repetição dum «Maio 1968». Manifestações diversas e prisões assinalaram este dia de luta dos universitários franceses.

DOMINGO

George Marchais, secretário-geral do PCR, que se encontra de visita ao Japão, a convite do PC local, acusou em Tóquio a China pela sua política externa contrária aos interesses dos trabalhadores amantes da paz. Os dois partidos irmãos publicam um comunicado conjunto, no qual consideram o imperialismo americano como inimigo comum e reafirmam o propósito de alcançar o poder por meios pacíficos e em aliança com os partidos socialistas. Dirigentes políticos italianos consideram inevitáveis as eleições gerais antecipadas.

O Parlamento libanês aprovou por maioria esmagadora uma emenda constitucional que permite a substituição do presidente da República. O Governo de Cuba apresentou um vigoroso protesto às autoridades dos EUA pelo ataque cometido contra dois pesqueiros cubanos em águas internacionais.

SEGUNDA

Prolongada até ao fim do mês a trégua no Líbano, enquanto se iniciam consultas para escolher novo chefe de Estado. A China promete auxílio ao Egipto, depois de este país ter rompido o tratado de amizade que havia assinado por 15 anos com a URSS. A revista «Newsweek» anuncia que Kissinger iniciou uma campanha a favor do ingresso da Espanha na NATO. Greve geral de estudantes convocada para hoje em França. Começou em Praga o XV Congresso do PC da Checoslováquia, cujo secretário-geral, Gustav Husak, salientou que a amizade com a URSS continua a nortear a política externa do seu país.

TERÇA

Portugal propõe no Conselho de Segurança da ONU, onde decorre um debate sobre Timor, a convocação dum conferência internacional para solução do problema. A OLP e a esquerda comunista ganharam as eleições municipais na Cisjordânia ocupada por Israel. Estas eleições contaram pela primeira vez com a participação eleitoral das mulheres. Yasser Arafat enviou uma mensagem a Sadat do Egipto denunciando aquilo a que a resistência palestina está sujeita no Líbano e as tentativas de aniquilar a OLP naquele país, substituindo o seu dirigente por chefe da SAIKA (organização palestina de tendência Baas-síria). Israel e a África do Sul vão criar uma comissão ministerial mista que visa o reforço das relações comerciais e económicas entre os dois países. Subiu-se em Israel depois da visita amigável que o primeiro-ministro sul-africano, John Vorster, fez durante quatro dias, àquele país. O Governo espanhol anunciou a prisão de 87 pessoas suspeitas de pertencerem à ETA.

QUARTA

Shampan, dirigente Khmer vermelho, substituiu o príncipe Sihanouk na chefia do Estado cambojano. O presidente Sadat do Egipto regressa ao seu país após uma viagem de duas semanas pelo ocidente europeu.

QUINTA

Setenta mil estudantes desfilaram em Paris, numa manifestação de protesto que degenerou em violência devido a recontros com a polícia. Idênticos desfiles se verificaram em toda a França em diversas cidades universitárias. Um congressista negro norte-americano revelou que Kissinger se avistará este mês com o presidente moçambicano, Samora Machel, por ocasião da digressão que o secretário de Estado fará por seis países africanos. Marrocos e a Mauritânia dividiram entre si o território do Sara Ocidental, concretizando assim o acordo celebrado em Novembro passado. A Zâmbia anunciou o reconhecimento da República Popular de Angola. Voltaram a registar-se violentos combates no Líbano que causaram 72 mortos. A Índia vai enviar um embaixador para Pequim, terminando assim uma interrupção de 14 anos nas relações diplomáticas entre os dois países. Democratas cristãos italianos propõem um diálogo limitado ao PCI, numa tentativa de evitar eleições gerais antecipadas.

SEXTA

Terminou em Praga o XV Congresso do PC da Checoslováquia: Gustav Husak foi reeleito secretário-geral do Partido. Congresso da União Geral de Trabalhadores realizou-se em Madrid com a presença de cerca de mil delegados e individualidades estrangeiras, David Elazar, que em 1973 se demitiu do cargo de chefe de Estado-Maior do Exército Israelita, faleceu em Telaviva. Uma plataforma de perfuração de petróleo submarino afundou-se no Golfo do México tendo morrido 12 homens.

RELAÇÕES SOVIETO-SUECAS:

Um exemplo de desanuviamento

«A União Soviética e a Suécia contribuíram, por todos os meios, para o desanuviamento internacional e para a consolidação da Paz, não só na Europa como no Mundo. Declaram os dois países que o desanuviamento tem, cada vez mais, de ser realizado por intermédio de medidas concretas. Por isso, ambos os Governos consideram de enorme significado a acta final da Conferência Europeia e confirmam o seu empenhamento na realização de todos os seus artigos e assumem essa responsabilidade» — pode ler-se no comunicado final publicado após a visita à URSS do primeiro-ministro sueco, Olof Palme.



Olof Palme

Segundo os jornais dos dois países, «a cordialidade que caracterizou esta visita, os resultados práticos de cooperação que originou, traduzidos em vários acordos relativos a várias matérias, e a evidente concordância em tantos pontos



Leonid Brezhnev

fundamentais de aspecto económico, social e político, provam a justeza da política de desanuviamento internacional.» Acentua-se que «a coincidência de opiniões sovieto-suecas sobre os principais problemas internacionais podem considerar-se exemplares; o Governo social-democrata da Suécia pensa, tal como a União

Soviética, que é necessário um esforço diplomático para alcançar uma justa política de desanuviamento; que é preciso reforçar o papel e a eficácia da ONU como instrumento primordial de reforço da Paz e da segurança internacionais; que é fundamental uma política de boas relações entre todos os povos e governos na base do absoluto respeito consignado na carta das Nações Unidas.»

Ambos os Governos «exprimem a sua profunda preocupação face à grave situação no Médio Oriente e sublinham a necessidade de obter, tão breve quanto possível, uma política de estabilidade e Paz duradouras».

Adianta ainda a Imprensa da Suécia e da URSS que «dois países com sistemas governativos muito diferentes, mas com intenções bem claras no que diz respeito à sua repulsa ao fascismo e à guerra, dialogam, entendem-se e cooperam».

Uma multa a favor da guerra

PARIS 17 — (Especial para o «Diário de Lisboa») — Quase dois anos depois do 25 de Abril, os problemas dos «desertores e refractários» em França, continuam por resolver. Depois de múltiplas medidas provisórias de adiamentos e mais ou menos facilidades para o regresso a Portugal de todos os jovens que durante a guerra colonial recusaram, por diversas formas, participar nessa guerra, o Conselho da Revolução subscreeu a 21 de Novembro de 1975 (publicado no «Diário do Governo» do 25 de Novembro, oh, coincidência!) um Decreto-Lei que regulariza a situação dos desertores e refractários, penalizando-os, isto é, terão de pagar uma multa, a que chamam «taxa» de 2400 e 1200 escudos anuais para os refractários e desertores, respectivamente, durante um período de 25 anos.

Continua a pensar-se, nas esperas que detêm o poder de

decisão, que a «redenção» dos desertores e refractários se processa através do pagamento de uma multa. Isto para além da exorbitância do preço que a dita «taxa militar» custa: um refractário (que constitui a maioria dos jovens em situação irregular) terá de pagar 60 contos, um desertor 48.

«Uma forma como outras a que se submetia a população antes do 25 de Abril, para encher os cofres do Estado» — afirmava um desertor há dias no Consulado-Geral de Paris.

Um certo número de associações de emigrantes (1) pôs em circulação um texto enviado ao Conselho da Revolução (de que ainda não obteve resposta), onde se refere o contributo dos desertores e refractários para o movimento do 25 de Abril.

E as associações de emigrantes consideram que «as diferentes etapas que Portugal

tem vivido na via de uma transformação social e política em nada alteram a tomada de posição de milhares de desertores e refractários, que não querem ver o seu acto julgado através de uma maior ou menor quantia de dinheiro, mas sim com uma atitude coerente contra uma guerra que os povos de todos os Países reprovam».

«Trata-se, pois, de revogar o referido decreto e permitir que todos os desertores e refractários possam gozar dos seus direitos de cidadão, podendo entrar e sair do País sem obrigação de evocar a sua situação militar, sendo a licença paga nos termos em que é aplicada a todos os portugueses».

A varíola já não mata na Guiné-Bissau

A Guiné-Bissau é um dos quinze países do Oeste Africano que se libertaram da variedade mortal da varíola — anunciou ontem o Departamento para a África da Organização Mundial da Saúde, em Brazzaville.

Esta comunicação foi feita após um cuidadoso estudo efectuado por uma comissão internacional, da qual se con-

tes, com ou sem prestação de serviço militar».

Como afirmavam as associações de emigrantes, o 25 de Abril ou serve para «varrer definitivamente os erros e as injustiças do passado, ou continua-se a querer manter situações de discriminação entre os emigrantes e a restante população de Portugal».

(1) São as seguintes associações que já assinaram o documento: Associação de Cultura Popular de Colónias, Associação de Cultura e Promoção de St. Denis, Associação Encontro Português de Puteaux, Associação dos Jovens Trabalhadores de Ivry, Associação Portuguesa Cultural e Social de Pontault-Combault, Associação Portuguesa de Gentilly-Arcueil, Associação dos Portugueses de Chelles, Associação dos Portugueses de Melun, Associação dos Trabalhadores Portugueses de Belleville e Clube dos Trabalhadores do Centro de Paris.

Lei de Nacionalização de Terras em Angola prevista para breve

Será publicada brevemente em Angola uma «lei sobre nacionalização das terras» — anunciou o presidente Agostinho Neto durante a sua recente visita a S. Tomé. Segundo o presidente, esta medida visa «basear o poder popular no poder económico».

Anteriormente o presidente tinha dito em Angola, numa comunicação ao país, que havia necessidade imediata de organizar cooperativas de produção e empresas estatais, acrescentando que deveriam ser aproveitadas, para já, as fazendas ou roças abandonadas pelos colonos e que agora pertencem ao povo angolano.

Agostinho Neto salientou, porém, que o seu Governo tencionava manter a propriedade privada, desde que esta seja pequena e assegure a subsistência do indivíduo ou agregado familiar.

O presidente acrescentou que estes princípios seriam extensíveis à pecuária e à produção industrial.

Entretanto, anuncia-se em Brasília que o Brasil venderá

a Angola 200 autocarros avaliados em 8 milhões de dólares. Esta venda, financiada pelo Banco do Brasil, é considerada o primeiro resultado concreto do novo acordo económico e comercial entre os dois países. Por seu lado, o Brasil vai iniciar trabalhos de exploração de petróleo em Angola, comprando também café àquele país. Prevê-se ainda o fornecimento de cinco mil toneladas de arroz brasileiro a Angola.

Observadores internacionais têm salientado que o Brasil poderá vir a ser a testa de ponte do imperialismo norte-americano em Angola. Defendendo-se destas acusações, Paulo e Lima, chefe da delegação brasileira às negociações com Angola declarou numa entrevista ao «Jornal de Angola», publicada ontem em Luanda, que o Brasil «não tem o menor designio expansionista nem a menor vocação de grande potência».

Foi anunciado entretanto em Manila que o Governo brasileiro reconheceu a República Popular de Angola.

OFICIAIS E AJUDANTES ELECTRICISTAS

Admite importante empresa para entrada imediata.

Oferece-se: Ordenado compatível. Semana de 5 dias, regalias sociais e bom ambiente de trabalho. Resposta manuscrita com «currículo» detalhado e ordenado pretendido, a este jornal ao n.º 1637.



MARIA GERTRUDES CARDEIRA ESTADÃO
AGRADECIMENTO

Seu esposo, filhos, netos, genro, netas e mais família agradecem a todos quantos se interessaram durante a sua doença e a acompanharam à última morada.

Estrangeiro

Fogo posto em Itália
atribuído a extremistas

ROMA, 17 (R) — Grandes incêndios em fábricas italianas, que se crê serem obra de incendiários políticos, provocaram receios de nova vaga de violência extrema quando o país caminha para prováveis eleições prematuras, que poderão levar os comunistas ao Poder.

Ontem, registaram-se fogos na fábrica de automóveis Fiat, em Turim, numa fábrica de sapatos, em Ascoli, e nos armazéns Standa, em Roma, o maior estabelecimento em Itália de uma cadeia de supermercados.

Os comunistas acederam ontem em travar consultas, a partir da próxima terça-feira, com os democratas-cristãos, que ocupam o Poder, sobre a crise política e económica, mas observadores de Roma opinavam que era improvável que o diálogo evitasse uma consulta às urnas.

Classificando como atrasada e ambígua a oferta dos democratas-cristãos para um diálogo com os outros partidos, os comunistas afirmaram estar ainda dispostos a estudar «qualquer pos-

sibilidade, por ténue que fosse, de um acordo entre as forças democráticas de Itália».

A acedência comunista foi considerada como sendo motivada por questões de tática. Na verdade, o P. C. não tem escondido o seu desejo de adiamento das eleições prematuras, a despeito de previsões do que poderia surgir como o principal partido do país se os italianos votassem agora.

A posição oficial comunista é a de que a crise económica que a Itália atravessa torna indesejáveis eleições prematuras.

Observadores pensam que os comunistas, nada tendo a perder e conscientes dos graves problemas que enfrentariam, prefeririam aguardar mais um ano, a fim de consolidarem a sua posição.

No entanto, uma eleição geral, em Junho, é considerada quase como inevitável a seguir ao apelo para dissolução imediata do Parlamento, feito pelo Partido Socialista, cujo apoio é vital para o fraco Governo minoritário de Aldo Moro.

APÓS OS INCIDENTES DE PARIS

Novas manifestações de estudantes
vão ser organizadas em França

PARIS, 17 — (R.) — Estudantes universitários de toda a França decidiram organizar novas manifestações de protesto contra as controversas reformas do ensino, que já provocaram recentes violentos entre militantes e a Polícia.

Representantes de organizações de estudantes da esquerda e do pessoal das universidades reunir-se-ão hoje em conferência em Toulouse, no sudoeste da França, para traçar a acção futura, após uma semana de recontros violentos com a Polícia em Paris, Nantes, Perpignan e outras cidades da província.

Os planos anunciados, até agora, incluem dois «dias de acção», nas próximas quarta e quinta-feira. Estudantes de todo o país concentrar-se-ão em Paris, na quinta-feira, de manhã, antes de realizarem outra manifestação contra as reformas, que visam introduzir cursos mais orientados para emprego nas 75 universidades de França.

Entretanto, alguns jornais franceses criticam hoje o comportamento da Polícia, durante as grandes manifestações de quinta-feira, em Paris, devido às quais ficaram feridos 17 guardas e número desconhecido de estudantes.

Pouco depois do protesto principiar, estudantes que seguiam à frente da manifestação envolveram-se em luta com elementos da Polícia de Choque, que dispararam granadas de gás lacrimogénico, após serem apedrejados.

8 Registaram-se, depois, cenas de pugilato entre alguns manifestantes e os elementos de segurança nomeados pelos próprios estudantes para manter a ordem. Ocorreram vários outros recontros com a Polícia, durante o protesto.

O jornal direitista «L'Aurore», que tem salientado a oposição entre os estudantes aos protestos, conjectura que os fomentadores de desordem não são estudantes e pergunta por que razão a Polícia não conseguiu prendê-los.

Um joalheiro ficou com as montras do seu estabelecimento partidas e que as viu, depois, serem pilhadas, afirmou que os culpados foram indivíduos de cerca de 35 anos e que «certamente não eram

estudantes» — nota o jornal.

«L'Aurore» prossegue dizendo que uma companhia da Polícia de Choque «tinha carregado brutalmente sem provocação» enquanto estudantes discutiam com um oficial superior da Polícia na margem esquerda do Sena.

O jornal comunista «L'Humanité» alega que os manifestantes violentos eram provocadores da Polícia que se infiltraram deliberadamente entre os estudantes, a fim de desacreditarem o seu movimento.

A reunião de hoje em Toulouse efectua-se após representantes dos estudantes e do pessoal docente das universidades serem informados pela subsecretária de Estado para

as universidades, Alice Sautier-Seite, de que as reformas se concretizariam custasse o que custasse, embora deixasse a porta aberta para novas consultas.

EXPLOSÕES
EM PARIS

As primeiras horas de hoje, uma bomba explodiu num bloco de apartamentos perto das Embaixadas da Síria e da Costa do Marfim na capital e outra deflagração danificou seriamente as instalações de uma companhia de seguros, segundo informou a Polícia. 8 Nenhuma das explosões causou vítimas.

Aniversário no Camboja

BANGKOK, 17 (R) — O Camboja comemorou hoje o seu primeiro aniversário como um Estado comunista lançando um ataque contra os Estados Unidos «por espalharem propaganda contra o novo Governo».

Khieu Samphan, que foi nomeado, há três dias, chefe do Estado do Camboja, prestou homenagem num comício, que se realizou ontem em Phnom

Penh, ao milhão de pessoas que, segundo disse, foram mortas durante os cinco anos de guerra e atacou os Estados Unidos pelo seu papel no país, antes e durante a conflagração, quando apoiou o Governo do marechal Lon Nol.

O presidente cambojano notou que o país progredira rapidamente num ano, desde que os khmeres vermelhos assumiram o poder.

Aceleração das reformas
esperada em Espanha

PALMA DE MAIORCA, 17 — (R.) — O rei Juan Carlos interrompeu as suas férias da Páscoa para travar conversações com o primeiro-ministro Carlos Arias Navarro sobre a aceleração de reformas constitucionais, segundo revelaram hoje fontes bem informadas.

O soberano chamou ontem, à noite, Arias Navarro ao Palácio de Marivent, a sua residência de Verão que domina a baía de Palma de Maiorca. O chefe do Governo está também a passar as férias nesta ilha do Mediterrâneo.

As mesmas fontes disseram que os dois discutiram um importante discurso político que o primeiro-ministro deverá proferir, na próxima semana, para todo o país, ao fazer uma aparição rara na Televisão.

Aguarda-se que Arias Navarro anuncie a aceleração das reformas, submetendo-se à pressão de uma aliança oposicionista, formada recentemente entre comunistas, socialistas e democratas-cristãos, a

fim de recuperar para o Governo a iniciativa política.

Ministros reformistas pretendem que um referendo sancione o programa de reformas governamentais, a ser apresentado entre Junho próximo e o Outono, e que eleições gerais, planeadas originalmente para o próximo ano, se efectuem após o Verão.

CONGRESSO
DA U. G. T.

MADRID, 17 — (R.) — O dirigente do Partido Socialista Espanhol, Felipe Gonzalez, advertiu que a Espanha se encontra numa encruzilhada perigosa e aconselhou a oposição a manter a cabeça fria na sua campanha pelas liberdades democráticas.

Discursando no primeiro congresso da socialista União Geral dos Trabalhadores (U. G. T.) que se realiza em Espanha desde a Guerra Civil de 1936-39, Gonzalez frisou, po-

rém, ante as aclamações dos delegados, que o Partido Socialista Operário Espanhol (P. S. O. E.) não renunciará ao seu objectivo de construir uma sociedade socialista.

As palavras apaziguadoras do secretário-geral do P. S. O. E. seguiram-se a um feroz discurso de abertura do secretário-geral da U. G. T., Nicolas Redondo, que disse que a política do Governo do rei Juan Carlos carecia de toda a credibilidade.

Só a ruptura com as instituições vigentes, legadas por Franco, poderá trazer a democracia à Espanha — afirmou Redondo.

«O momento não é para demagogia. Pode vir como um balde de água fria — ser revolucionário é ser político e não utilizar simplesmente uma linguagem radical» — disse ainda Gonzalez aos 500 delegados que participam no congresso de três dias.

Caleidoscópio

■ PRAGA, 17 (R) — O presidente Gustav Husak da Checoslováquia foi reeleito ontem secretário-geral do Partido Comunista checoslovaco no final do XV Congresso do Partido.

■ ATENAS, 17 (R) — O ministro grego dos Negócios Estrangeiros, Demetrios Bitsios, regressou ontem a Atenas, vindo de Washington, onde rubricou um acordo com o secretário de Estado Henry Kissinger sobre defesa.

■ BOSTON, 17 (R) — Frank Sinatra ofereceu recentemente os seus serviços à Agência Central de Informações (CIA) — revelou o «Boston Globe».

■ SALISBÚRIA, 17 (R) — Os planos do primeiro-ministro Ian Smith para introduzir negros na administração serão apresentados ao partido governante da frente rodesiana e anun-

ciados publicamente dentro de 10 dias — anunciaram círculos governamentais.

Estes círculos comentavam a notícia publicada pelo jornal «Rhodesia Herald» segundo o qual os planos de Smith provocaram uma grave cisão no gabinete rodesiano.

■ CARMEL (Califórnia), 17 (FP) — A actriz Doris Day (de 52 anos) casou-se pela quarta vez. O novo marido da vedeta é arry Comden, de 41 anos.

■ TELAVIVE, 17 (R) — O general David Elazar, chefe do Estado-Maior israelita durante a Guerra de Outubro de 1973, faleceu vítima de ataque cardíaco — anunciaram funcionários do Ministério da Defesa. Contava 51 anos.

■ ROMA, 17 (R) — Milhares de peregrinos de todas as par-

tes do mundo afluem hoje a Roma para assistir ao momento culminante das cerimónias da Páscoa da Igreja Católica — a bênção tradicional do Santo Padre no domingo de Páscoa.

Ontem, à noite, o Papa Paulo VI comemorou o martírio e a morte de Jesus Cristo levando uma cruz de madeira, com 1,30 metros de altura, através da tradicional via Crucis — o caminho da cruz —, situado perto do antigo Coliseu de Roma, onde os primeiros cristãos foram massacrados.

■ CORPUS CHRISTI (Texas), 17 (R) — Mergulhadores da Marinha encontraram 12 homens mortos numa cápsula de sobrevivência depois de uma plátforma de exploração petrolífera se ter afundado no golfo do México — declarou a guarda costeira.

AGORA em LISBOA no
SABADO 17 ESTREIA LAURA ALVES

O MAIS FAMOSO E INÉDITO ESPECTÁCULO DO MUNDO

SÓ 10 DIAS

SEXYSHOW

UMA PRODUÇÃO **E.F.C.**

COM A FAMOSA VEGETA JAPONESA DE FAMA **YUKIE SPINA**

MUNDIAL e do grande actor comico

SPINA

e um extraordinario elenco de

Strip tease internacional

DOMINGO à tarde às 16 horas

HOJE 2 SESSÕES às 20,30 e 22,45

OS ARTISTAS PORTUGUESES
ALDA PINTO
Maria Clara
Ricardo Barreto

UM SEXY ÊXITO

m/18 anos

A GRANDE ATRACÇÃO

JOE PET & SUE

PELA 1ª VEZ EM PORTUGAL

Um candidato a deputado, burguês claro.
Um retrato que talvez nos diga respeito.
Veja antes de votar.

CHINA VIZINHA

(LA CINA E VICINA)

hinasagra



universal

UM FILME DE

MARCO BELLOCCHIO

EM EXIBIÇÃO ÀS 15 H., 19 H. E 21 H.

As 17 h. e 23 h. — **DEUS, PÁTRIA, AUTORIDADE** — um filme de Rui Simões

Hoje, às 9.30 h. — **A MORTE DUM LENHADOR** — um filme de GILES CARLE (interdito a men. de 18 anos)

EMPRESA PÚBLICA DAS ÁGUAS DE LISBOA

Esta Empresa aceita propostas até às 17 horas do dia 30 de Abril, na Secção de Compras, Avenida de Berlim — Olivais, para a compra de Materiais Diversos, que poderão ser vistos nas instalações do Beco do Fogueiro — Campo de Ourique.

Para mais esclarecimentos poderão dirigir-se à Secção de Compras.

Lisboa, 13 de Abril de 1976

Pela EMPRESA PÚBLICA DAS ÁGUAS DE LISBOA

Presidente da Comissão de Fiscalização

Eng.º João Bau

JUNTA DE TURISMO DA COSTA DO SOL

CONCERTOS POPULARES

Domingo, 18 de Abril de 1976 — às 17 horas

AUDITÓRIO DO PAVILHÃO DE CONGRESSOS ESTORIL

QUARTETO DE CORDAS DE LISBOA

OBRAS DE:

MOZART, STRAVINSKY E RAVEL

PREÇO ÚNICO: 15\$00

QUATRO SOLDADOS e um acordeão

Texto e encenação de Richard Demarcy
colaboração de Teresa Mota.

no TEATRO DA COMUNA

Praça de Espanha — Metro de Palhavã — Telef. 76 26 24

Do dia 17 até 29 de Abril (só 13 representações)

diariamente às 21.30 e domingos às 18.00 horas

(espectáculos para maiores de 13 anos)

Este espectáculo é apoiado pela Direcção-Geral de Acção Cultural

Espectáculos

O DIREITO AO TEATRO

Depoimento do grupo "Os Cómicos"

O grupo Os Cómicos é um dos mais recentes dos nossos grupos independentes. Surgiu em 1975 composto por actores profissionais e actores que tinham acabado o curso da escola de teatro e assim se estreavam em palcos profissionais. À frente do grupo um jovem — Ricardo Pais — que o 25 de Abril trouxera de Londres onde estudara e fizera teatro, além de outras coisas.

A estreia de Os Cómicos deu-se na sala do Instituto Alemão com a peça de Carl Sternheim «As Cuecas — Ou A Vida Heróica da Burguesia». Espectáculo notavelmente encenado e interpretado, logo garantiu a presença de um grupo com que o novo teatro português podia contar. O espectáculo seguinte — «A Noite dos Assassinos», de José Triana, numa encenação de Angel Fácio — confirmou a capacidade do grupo. Depois de feito este inquérito, Os Cómicos estrearam o seu primeiro espectáculo desta temporada: «A Mandrágora», de Maquiavel, outra bela criação de Ricardo Pais e dos actores do grupo.

Este encontra-se actualmente em digressão por Itália. Dirigimos ao grupo Os Cómicos o questionário que submetemos aos outros grupos independentes e que os leitores do «DL» já conhecem. Quisemos saber as razões do atraso da estreia; as dificuldades do grupo com subsídios, e outras; os programas relacionados com a promoção dos seus espectáculos; as relações que mantêm, ou não, com os órgãos de poder popular; qual a atitude do grupo em relação à nova política oficial neste campo; qual a sua posição para a resolução dos problemas surgidos.

Eis a resposta de os Cómicos:

Atraso da Estreia — Os

Cómicos grupo de teatro mantiveram-se em actividade mesmo antes da estreia do seu espectáculo, tendo até Dezembro último realizado espectáculos com a peça «A Noite dos Assassinos», tanto na nossa sala de teatro, no Teatro do Bairro Alto, como na sala da Comuna, como em vários pontos do País.

A demora que se verificou na apresentação da primeira peça da temporada deveu-se ao atraso com que foram concedidos os subsídios para esta época. O pedido para os mesmos foi feito em Junho do ano findo e só na segunda quinzena de Novembro foi atribuído e a «título provisório». A peça programada exigia aumento de elenco (actores, músicos, técnicos). Obviamente, o grupo não ia tomar compromissos que não tinha a certeza de poder cumprir.

Finalmente, e apesar da contingência de «os subsídio provisório» a qualquer altura poder acabar definitivamente, decidiu-se ir para a frente com a montagem de «A Mandrágora», de Maquiavel. Portanto, o

atraso deveu-se única e exclusivamente à demora na concessão dos subsídios. Claro que o montante de um subsídio há tempo pedido e só tardiamente concedido está desactualizado, dado o constante aumento do custo de vida, de material e até de Previdência, que aumentou na ordem de mais de 10 por cento).

O nosso primeiro espectáculo é, pois, «A Mandrágora», de Maquiavel, numa tradução de Alexandre O'Neill, com encenação de Ricardo Pais. Estão programadas para posteriormente, «A Boda dos Pequenos-Burgueses», de Brecht, e «O Despertar da Primavera», de Wedekind.

Relações do Grupo — Os Cómicos — Grupo de Teatro têm mantido sempre contactos com organizações de base da zona, e outras. Realizou uma digressão pelo País com «A Noite dos Assassinos» e tem já marcada outra com «A Mandrágora», de colaboração com a FAOJ, e com diversas casas de cultura. Paralelamente, tem aberto as portas da sua sala,

T.E.P. participa no Festival de Caracas

A fim de dar a conhecer da participação da companhia profissional do TEP no «III Festival Internacional de Teatro de Caracas», subsidiada pela UNESCO a direcção do Circulo de Cultura Teatral promoveu no Porto, no Teatro António Pedro, uma conferência de imprensa.

No decorrer da reunião foi dito que o Festival terá a duração de 15 dias e que nele participam cerca de 40 companhias de todo o Mundo. Dai ser também conhecido pelo «Festival do Terceiro Mundo».

O TEP é a única companhia portuguesa que participará no certame já que a «Cornucópia» não pode estar presente por dificuldades financeiras, facto que foi lamentado. A possibilidade de deslocação do TEP fica a dever-se a um subsídio da Gulbenkian. Foi revelado ainda que a companhia portuguesa foi também convidada para dar dois espectáculos na República Dominicana.

«O Soldado e o General» — texto e encenação do chileno Roberto Merino — é a peça a apresentar naquele festival.

Cantar o Antigo Testamento

É possível que em breve a Bíblia seja cantada como se fosse no Templo de Jerusalém, há três mil anos. É pelo menos, o que afirma a musicóloga Suzanne Haik Ventura, que teria descoberto a tradução musical que acompanha a grafia dos textos sagrados.



trabalhadores de teatro da CASA DA COMÉDIA

OS ENCANTOS DE MEDEIA

ANTÓNIO JOSÉ DA SILVA (O JUDEU)

enc. norberto barroca

terça a sábado 21,30 h.
domingo só às 18 h.



r.ª. francisco borja 24
lisboa 607299

ÚLTIMOS DIAS

Sábado às 21.30 h.
Domingo às 18 h.

CASINO ESTORIL

SLOT MACHINES JAMES DE 71 ANOS TORRE DE DIAS 1940 AL 1941 SALA DE JOGOS

LYN PAUL

VEDETA DA RADIO E DATV INGLESA

DUO LANKA

NATALINA JOSÉ
com
RAUL SILVA e NOBRE COSTA

The FINNAN'S FOLIES

POLI TRIO and DANA ADAMS
"MOZAMBEATS"
ORQ. CASINO ESTORIL dirigida por Ferrer Trindade

LES MILIFRED

"STRIP-SHOW" SONOWONDER BAR

SALA RESTAURANTE às 23.30 (não aconselhável a M./13)
WONDER BAR a 1.00 (interdito a M./18)
Consumo mínimo, Sábados 1.0500* Restaurantes dias 1.20500
(taxas e impostos incluídos)

MATINÉE aos DOMINGOS às 17 horas
Chá completo, 70500 (taxas e impostos incluídos)

CARLOS PORTO

no Teatro do Bairro Alto, a vários grupos amadores e profissionais que apresentaram vários espectáculos infantis. Também na sala de Os Cómicos se realizaram vários concertos musicais.

Publicidade — A publicidade dos nossos espectáculos, bem como daqueles que temos patrocinado, tem sido feita por nós e a expensas nossas. Competiria talvez ao Ministério da Comunicação Social promover a divulgação dos espectáculos e das actividades dos grupos subsidiados, quer com cartazes dos grupos, uma secção informativa em todos os jornais, e um espaço na televisão (que não o TV-Palco).

Orientação do Grupo — Os Cómicos — Grupo de Teatro são um grupo independente de teatro e como tal recusam quaisquer directrizes oficiais de carácter cupulista e não só, pugnando sempre pela não ingerência externa dentro do grupo, seja ela a que nível for. Encontramo-nos porém disponíveis para encetar ou acompanhar qualquer forma de luta para uma dinamização cultural das massas, e em prol de um teatro popular não alienatório, e válido.

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E ENERGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, e na Secretaria da Câmara Municipal do Concelho de Odemira em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Companhia Eléctrica do Alentejo e Algarve, a que se refere o processo 8.55512, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia de Vila Nova de Milfontes, concelho de Odemira, de uma linha mista a 15 kV com 755 metros, constituída por um troço aéreo com 745 metros, e um troço subterrâneo com cerca de 10 m, do poste n.º 156 da linha para Vila Nova de Milfontes ao Posto de Transformação do Estaleiro da ZAGOFÉ em Vila Nova de Milfontes.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo. Repartição de Licenciamento, em 8 de Abril de 1976.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

Televisão

Hoje



A Casa de Jaina

I PROGRAMA

- 17.00 Andebol de 7. Transmissão directa de Évora do jogo da final do Nacional de Juniores. Comentários de João Cgutinho.
- 18.30 Banda da Guarda Nacional Republicana — Um programa gravado no Teatro de S. Luís em Lisboa.
- 19.10 A Casa de Jaina. O famoso romance de Mazo de la Rocha.
- 20.00 Cartaz TV. Selecção dos programas da semana por Jorge Alves.
- 20.30 Telejornal — 2.ª edição. Noticiário do país e do estrangeiro.
- 21.00 Campanha eleitoral — Partido Popular Democrático (P. P. D.); Partido da Democracia Cristã (D. C.); Partido Comunista Português (P. C. P.); Partido Comunista de Portugal (P. C. de P. (m-l)).
- 21.05 Bach: Missa em si bemol. Orquestra e Coro Bach, de Munique, com os solistas Gundula Janowitz, Hertha Toepper, Horst Lamberthane e Herman Pray, sob a direcção de Karl Richter.
- 00.05 Telejornal — 3.ª edição.

II PROGRAMA

- 20.00 Abertura e directamente do Porto: Recital de Canto, por Isabel Malaguerra. «Stabat Mater», de Vivaldi. Realização de Adriano Nazareth.
- 20.30 Noite de cinema. «13, Rua da Madalena». Um filme realizado por Henry Hathaway. Ano de produção: 1946. Interpretes: James Cagney, Anabella e Richard Conte.
- 22.10 Telejornal. Em diferido a edição transmitida no I Programa às 20.30.



Amanhã

10.45 Abertura e Eurovisão — Transmissão directa da Basílica de S. Pedro em Roma, da Missa da Páscoa e benção «Urbi et Orbi»; 12.20: Expedição: 12.45: Uma vida, uma profissão. Livro de crianças; 13.15: Telejornal — 1.ª edição; 13.30: Hoje pode ver — Os programas do teatro e do cinema e da TV; 13.40: Desenhos animados — Heidi; 14.05: Tarde de Cinema — «A Menina da Rádio». Um filme produzido em 1944 e realizado por Artur Duarte com Maria Eugénia, Curado Ribeiro, Maria Matos, António Silva e Ribeirinho; 16.00: Eurovisão. Transmissão directa de Liège da prova de ciclismo Liège-Bastogne-Liège; 17.30: PIF-PAF — Programa Infantil; 18.25: TV Rural — um programa pelo ano. Sousa Veloso; 19.05: A Folha do Acer — «O Fugitivo» com François Tasse e Carole Lavre. Realização de Aimée Davis. Quando a França e a Inglaterra disputavam o Canadá, o país era traído por civis e soldados, enquanto o rei se preocupava com as Marquesas, um espionagem inglês escapava-se de cadeia e refugiava-se no domínio dos Bellores; 20.00 Campanha eleitoral — Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (M. R. P. P.); Partido Socialista (P. S.); Centro Democrático Social (C. D. S.); 20.30: Telejornal — 2.ª edição; Noticiário do país e do estrangeiro; 21.05: «Romeu e Julieta». A comemoração dos 200 anos do Grande Teatro (Bolshoi) de Moscovo sugeriu a realização de um magnífico espectáculo de televisão, segundo o espírito do Acordo de Helsínquia; 23.50: Telejornal — 3.ª edição; 00.10: Fecho.

II PROGRAMA
20.00: Abertura e encontro — Entrevista com Matilde Rosa Araújo; 20.25: Foi feito na TV — «O Capitão Kloss» — série filmada de origem polaca; 21.20: Em qualquer parte aprendemos — Transmissão dos Estudos do Porto; 22.10: Telejornal — Em diferido a edição transmitida às 20 e 30 no I Programa; 22.45: Fecho.

PARA REPARAÇÃO DO SEU TV

SOS-CLÍNICA DE TELEVISÃO

COM RADIO-TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA

DESLOCAÇÃO E ORÇAMENTO GRATIS — SERVIÇO PERMANENTE

Telefs. 722786-834271

Avenida S. João de Deus, 13-B - Rua Macau 8

Crítica de Cinema

JORGE LEITÃO RAMOS

"A corrida dos malucos" de Claude Zidi



Rir um pouco, demasiadamente pouco

Ficha:

Título original: La course a l'echalote

Realização: Claude Zidi (França-Alemanha-1975)

Argumento e diálogos: Claude Zidi, com a colaboração de Michel Fabre e Jean-Luc Voulfow

Fotografia (panavision e east-mancolor): Henri Decae

Música: Vladimir Cosma

Montagem: Robert e Monique Isnardon

Interpretação: Pierre Richard (Pierre Vidal), Jane Birkin (Janet), Michel Aumont (comissário Brunet), Amadeus August (Gunter), Claude Dauphin (De Rovere), Catherine Allegret (Nicole), Luis Rego (Frautz), etc.

Distribuição em Portugal: Filmes Castello Lopes

Cinemas: Alvalade e Condes

Classificação: Não aconse-

lhável a menores de 13 anos
Duração: 100 minutos
Não há dúvida que isto de insistir numa receita (a de A

mostarda sobe-me ao nariz) nem sempre resulta. Principalmente quando ela assenta no triunvirato Zidi-Richard-Birkin, com as limitações decorrentes. E se uma vez (e com outro argumento) essas limitações se ultrapassaram com um certo ritmo, uma certa descontração e alegria, em A corrida dos malucos elas afloram à tona do écran, irremediavelmente.

Há, é certo, um tom inocente, uma bonomia continuada, um lado agradável, digamos, neste realizador despretensioso. Mas há também carências fatais. Citemos aquela que mais se evidencia: a falta de domínio do tempo, do ritmo da acção, uma irregular explanação dos gags e das sequências. O filme alterna entre o francamente bom (cena quase final, no palco, com Pierre Richard abatendo as colunas gregas) e a vulgaridade (quase todas as cenas do banco)

aquele absurdo total que o burlesco sempre necessita quase nunca faz a sua aparição e o fim é de uma inegável pobreza. Fazer além disso um filme depender de quase um só actor, Pierre Richard, portanto da sua capacidade de comediante, só muito raramente o enquadrando numa acção que o empurre ou sustente, é tarefa demasiada. Richard não é Woody Allen ou Jerry Lewis, capazes de, eles mesmos, alterarem o «cenário» à sua imagem. Richard está sempre com um pé no «real» e outro no «fantástico», um meio termo indefinido. Se o burlesco é a festa, o circo, o prazer lúdico sem culpa nem justificação, a irrupção da desordem e de anarquia, bem se pode constatar quão longe dos mestres está Zidi, o maior dos quais talvez Mack Sennett, que, pelos vistos, não tem ainda continuador em França, já que o burlesco parece ter ancorado nos Estados Unidos e teimar em não sair.

MARIA VITÓRIA HOJE 2

(Não aconselhável a menores de 18 anos) 20.30 e 22.45

A PLURALREVISTA DO POVO PARA O POVO

FORÇA, FORÇA, CAMARADA ZÉ!

SALVADOR MARIA DULCE

HENRIQUE SANTANA

CARLOS GONÇALVES LURDES LIMA ANTÓNIO SEMEDO LUIS MARIO

Atracção nacional: CIDADIA MOREIRA

Num momento da abertura da revista ZITA DUARTE

Aos Sábados:

TEATRO INFANTIL às 16 h. (para todos)

O PRÍNCIPE DAS ORELHAS DE BURRO Entradas a 10\$00, 15\$00 e 20\$00 (só!)

P. DE MAIORCA

Avião + Hotel com banho + Pensão completa + Transfers + Assistência

UMA SEMANA, desde 5.225\$

DUAS SEMANAS, desde 6.560\$

Partidas semanais aos Domingos de 11 de Abril a 26 de Setembro

ALGARVE

Férias agradáveis nas belas praias Algarvias.

APARTAMENTOS · RESIDENCIAIS · HOTELS

Reserve com antecedência as suas FÉRIAS ALGARVIAS

PROGRAMAS E INSCRIÇÕES

VIAGENS RAWES

Expediente: Travessa Corpo Santo, 15
Correspondência: R. Bernardino Costa, 47
Lisboa 2 - Tel. 370231

"DEUS, PATRIA E AUTORIDADE"

Trabalhadores da Lisnave

exigem que a RTP transmita o filme de Rui Simões

Os trabalhadores da Lisnave, reunidos em AGT no dia 13, aprovaram uma moção na qual exigem que a RTP transmita, até ao dia 24 do corrente, o filme de Rui Simões «Deus, Pátria e Autoridade», no período de maior audição.

Esta decisão dos trabalhadores tomou em conta a «grande importância do período eleitoral que neste momento decor-

re, e a actualização do filme «Deus, Pátria e Autoridade» que mais do que nunca se impõe que seja visto pelo povo português».

O filme é considerado «um documento histórico que reflecte a ascensão e queda do fascismo em Portugal».

«Deus, Pátria e Autoridade» foi projectado há semanas para os trabalhadores da Lisnave.

Tauromaquia

Próximas corridas

CAMPO PEQUENO, 18

Cavaleiros: Luis Miguel da Veiga e António Raul Brito Pais, que tomará a alternativa. Matadores: José Trincadeira, que reaparecerá depois de longo afastamento, e Juan Montiel. Forcados amadores da Moita. Serão lidados oito touros de Ortigão Costa.

CORUCHE, 18

David Ribeiro Telles e Frederico Cunha na «lide» equestre. Parreirita Cigano e António de Portugal na parte à espanhola. As pegas estão a cargo dos Forcados Amadores de Coruche.

NAZARÉ, 18

Corrida mista com os cavaleiros Gustav Zenkl e Correia Lopes e os matadores José Júlio e Fernando dos Santos. Pegarão os amadores da Chamusca.

ALTER DO CHÃO, 18

Corrida à portuguesa com José Cortes, Alfredo Conde, João Moura e os Forcados Amadores de Portalegre e de Sousel.

REDONDO, 18

Novilhada popular na qual actuará o cavaleiro Cunha Palha e os novilheiros Pisco, Joselito Afonso e Vicente Vidigal, com os Forcados da Moita.

CARTAZES
EXECUÇÃO RÁPIDA
A PRETO
OU A CORES

Consulte os serviços comerciais da RENASCENÇA GRAFICA

R. LUZ SORIANO, 44.

Tel. 321154/5
320271/2/3
320228

AMORTECEDORES

Reparo e Reconstruo todas as marcas, com garantia

MENDES Tel. 76 84 23

R. Capitão Ramires, 2-A (Ao Campo Pequeno)

REPRESENTANTE dos amortecedores «J. M.»

SURDEZ

Recupere a Sua audição com os modernos e garantidos aparelhos auditivos MYKROSON. Um modelo para cada caso de surdez. Consulte-nos sem compromisso.

MICROSON — Organização especializada em prótese auditiva.

LISBOA: Av. Almirante Reis, 75-1. Esq.

PORTO: Praça da Batalha, 3-4 — FARO: Rua Ivens, 24-26

Desporto

D.G.D. ACTUA

Planos de desenvolvimento beneficiam 14 modalidades

Andebol, basquetebol, futebol, badminton, rãguebi, natação, ciclismo, ginástica desportiva, vela, voleibol, atletismo, remo, esgrima e xadrez consubstanciam dezasseis dos planos de desenvolvimento que decorrem, já a nível executivo, sob a égide da Direcção-Geral dos Desportos. A sua coordenação, de acordo com as declarações feitas aos órgãos da Comunicação Social por alguns dos responsáveis pela planificação daqueles programas, processam-se em conjugação com os sectores escolar, popular e federado.

Os planos de promoção e desenvolvimento acima referidos dirigem-se prioritariamente aos escalões etários mais

baixos, isto é, idades entre os 6 e os doze anos, e, no que concerne à sua forma e modalidades de execução estas, processam-se na organização e coordenação de equipas de trabalho à escala nacional. Essas mesmas equipas estão organizadas em formas de actuação com base nas delegações distritais da DGD, logo, regionalizando as tarefas.

Os planos de desenvolvimento representam uma forma organizada de simplificar a participação das populações na solução dos problemas relativos à organização da sua própria prática desportiva e dirigem-se a quantos quiserem colaborar e participar no alargamento e democratização dessa prática desportiva.

RECURSOS DISPONÍVEIS

Como participar? Como obter apoio? Para responder a estas questões foi aplicado que em todos os distritos — e a nível de cada sede de distrito — existem delegações da D. G. D. com capacidade para, de acordo com os recursos disponíveis, responder às solicitações das populações, oferecendo-lhes a possibilidade de (aos que nisso estiverem interessados) participarem em cursos de formação de animadores e monitores das diferentes modalidades. As delegações receberão as inscrições para esses cursos e quando o número for rendível organiza e convoca os interessados. Os cursos serão feitos

em fim-de-semana.

Os planos incluem material desportivo de fabrico simplificado e adaptado às idades escolares a quem se destina. Serão também organizados convívios e troca de conhecimentos, torneios e competições, nos quais todos os grupos poderão participar. Essas actividades vão desde a organização de critérios e outras provas ao nível local, até à realização de quadros competitivos (nos casos de algumas modalidades com fases).

COLABORAÇÃO DAS FEDERAÇÕES

Os técnicos da D. G. D. reconhecem que em relação a alguma modalidade os planos de desenvolvimento não têm obtido a indispensável colaboração das federações por duas grandes razões: falta de compreensão quanto à importância das acções programadas na sua própria actividade, ou carência de capacidade organizativa. Uma e outra dessas dificuldades procura a D. G. D. ultrapassar com o completo esclarecimento dos objectivos a alcançar ou com o apoio material necessário.

Apoios para os objectivos apontados e formas de participação no movimento desportivo que, como acima salientamos, decorrem em todo o País a cargo dos representantes distritais da D. G. D., assim como o âmbito dos planos de desenvolvimento — igualmente referenciados atrás —, foi o que justificou a reunião entre os responsáveis pela planificação e execução desses planos e os representantes dos órgãos da Informação na Direcção-Geral dos Desportos.

Indo mais longe, e de harmonia com outras indicações que nos foram fornecidas, no sector da formação está prevista a realização de 781 cursos destinados a animadores, juizes e árbitros e monitores; 3110 acções de convívio, torneios e outras competições (a nível de freguesia e concelho, de distrito, de região e nacional); 7639 núcleos de actividades (escolas, clubes e outros) no escalão etário dos 6 aos 12 anos.

No tocante ao enquadramento técnico, revelou que estão em actividade, neste momento, 70 coordenadores (nacionais e distritais) e 698 monitores, prevendo-se que o número de animadores atingirá, no final do ano, doze mil.

Relativamente à massa de praticantes mobilizados por todas as acções dos planos, foi de 153 mil em 1975, prevendo-se para este ano um aumento de 300 mil, elevando-se assim, a 453 mil.

HOJE E AMANHÃ HÁ FUTEBOL

Portimonense-Barreirense e duas festas de homenagem

Hoje há futebol, pois claro, depois de ontem o Odivelas se ter deslocado ao campo da Hortinha, em Alhandra, desafio enquadrado na série C da III Divisão Nacional. Hoje, ainda na mesma divisão, teremos um encontro da série A, que deve estar a decorrer, em Lamego, entre a equipa local e o Paços de Brandão.

Mas é o Portimonense-Barreirense (jogo n.º 898 no livro da F.P.F.), que prende as atenções gerais. O início do prélio está marcado para as 17 horas em Portimão, onde os locais são favoritos, não só para não perderem a rota cimeira da classificação geral, como pelo facto de terem amendoas, bem algarvias, para vender e «exportar». Ou até para dar como obsequio desportivo.

Além desse encontro, outros dois, mas para amanhã, estão na agenda do Belenenses, Cuf, Atlético e Sporting, que actuam na Tapadinha, e Vitória

(campeão distrital de Setúbal), Santiago de Cacém, Vitória de Setúbal de hoje e um outro «clubes», este formado de emergência, incorporando o Vitória de Setúbal antigo. Os embates da Tapadinha e estes dois últimos, no Bonfim, constituem festas de homenagem a Candéias e Correia, respectivamente do Atlético e do Vitória de Setúbal.

No Bonfim o primeiro jogo, entre o Vitória (distrital) e o Santiago de Cacém começa às 14 horas, o primeiro da categoria de juvenis e o Santiago como campeão distrital da II Divisão. A fechar (entre os dois jogos) haverá um desfile ginástico um saboroso Vitória de «hoje» contra um saudoso Vitória de «ontem».

Na Tapadinha, é esta a ordem dos jogos: às 15 horas, Belenenses-Cuf, e às 17, Atlético-Sporting. Os bilhetes para estes jogos, como para os de Setúbal já estão à venda.

UM A FORMA DE MASSIFICAÇÃO Amadora quer recuperar a patinagem artística?

Com o apoio da Direcção-Geral dos Desportos e numa iniciativa da Comissão de Patinagem Artística da Federação Portuguesa de Patinagem, tiveram há dias lugar, no Pavilhão da Associação Académica da Amadora e da Juventude Salesiana os primeiros «testes elementares», dos I e VI graus, o que constitui, à semelhança do que acontece nos países desenvolvidos neste campo, exercitamento de crescente dificuldade.

Prestaram provas cerca de 400 crianças com idades compreendidas entre os quatro e os dezasseis anos, representando o Clube Desportivo de Paço de Arcos, Associação Académica da Amadora, Sport Lisboa e Benfica, Núcleo de Patinagem de S. Domingos de Benfica, Centro Cultural de Olivais Sul, Núcleo de Patinagem Escola Ferreira de Castro (Damaia), Casa do Povo de Rio Maior e Clube Desportivo de Torres Novas.

Com esta iniciativa, inédita no nosso país, pois é virada totalmente para a criança, tendo em vista o desenvolvimento de um desporto que é arte, pretende a F.P.P. alargar aos mais variados sectores da população «saltando» da privilegiada área de Lisboa para todo o País, a prática da patinagem artística.

Massificada como já está em muitos países, a patinagem artística em Portugal quase não existia, vivendo unicamente de iniciativas esporádicas e sem grande significado. Criando na criança o gosto pela prática deste desporto-arte,

fundamental para um desenvolvimento harmonioso da infância, a F.P.P. contribui de modo decisivo para um repensar do desporto em Portugal, que terá necessariamente de ter o seu melhor argumento na criança, e apontado, decisivamente, para a massificação e alargamento a todas as camadas da população.

SPORTING E BENFICA EM PONTA DELGADA

Benfica e Sporting vão inaugurar, em encontro que se aguarda com grande expectativa, o Estádio Municipal de Ponta Delgada, na ilha de S. Miguel, quarta-feira próxima.

Para este jogo, que fechará um programa minuciosamente elaborado e em que se inclui a presença da banda do Comando Militar Territorial, um desfile, uma alocução que o presidente de Junta Geral preferirá e a exibição simultânea de vários ranchos folclóricos do arquipélago, estão já esgotados todos os lugares. Das ilhas Terceira e Horta dois aviões transportarão para S. Miguel todos os que já adquiriram o rectangularzinho de papel para o «match» que oporá as duas mais credenciadas equipas metropolitanas.

Aos participantes no programa serão distribuídas medalhas comemorativas do acontecimento.

Está na forja a Olimpíada de 1980

MOSCOVO, Abril (APN) — «Estou verdadeiramente esperançado nos Jogos Olímpicos de 1980, ano em que expira o meu mandato de presidente do Comité Olímpico Internacional (C. I. O.)», declarou Lorde Killanin, actual dirigente da mais alta instância mundial da modalidade ao exprimir a sua satisfação pelos preparativos de Moscovo da «Olimpíada de 1980».

Do mesmo tempo Killanin in-

dos Jogos de Inverno de 1980, em Lake Placid (E. U. A.), passam por grandes dificuldades. «A cidade», declarou o presidente do Comité Olímpico Internacional «não possui meios financeiros que possam cobrir as despesas exigidas pela organização dos jogos».

De acordo com uma notícia do jornal soviético «Sovietsky Sport», Killanin pensa que a popularidade dos Jogos Olímpicos, longe de diminuir, não possa de aumentar. A-

Avery Brundage, o novo presidente do Comité Internacional Olímpico defende a tese segundo a qual os Jogos Olímpicos de Inverno são uma «manifestação necessária».

Killanin afirma que «após a boa organização dos Jogos de Innsbruck de 1976, a importância dos Jogos Olímpicos de Inverno salta aos olhos de todos, uma vez que as modalidades praticadas nesta estação tornam-se cada vez mais interessantes em quase todas as

PUB

FEDERAÇÃO DOS SINDICATOS DAS INDÚSTRIAS DE PANIFICAÇÃO, PRODUTOS ALIMENTARES E AFINS

AOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DE PANIFICAÇÃO

A TODO O POVO PORTUGUÊS

Apesar de reconhecido como lei continua o horário de trabalho dos trabalhadores da Indústria de Panificação (horário diurno) a ser contestado pelo Ministério do Trabalho em conluio com o patronato.

Continuam as manobras para roubar aos trabalhadores as conquistas que, na luta de tantos e tantos anos, conseguiram, após o 25 de Abril de 1974, alcançar. Através de pseudo-inquéritos dos quais nada de positivo resulta a favor das teses que defendem, tentam os patrões e aqueles que os representam no Ministério do Trabalho voltar o povo consumidor contra os trabalhadores da Panificação e, falando em nome dos consumidores (cujos interesses não representam nem detendem), pretendem impor de novo à nossa classe um horário de escravidão e segregação social.

Só porque se alterou um horário de fabrico e venda de pão que, como qualquer alteração de horários, modifica os hábitos das pessoas, mas cujos efeitos não vêm afectar o consumidor, uma vez que continua a haver pão (e com fartura) e até em melhores condições para o consumo nas grandes refeições diárias, pretendendo o Ministério do Trabalho e os patrões fazer dessa alteração de horário um «elevado» problema nacional, para o qual só segundo a sua mente doentia vêm difíceis, senão impossíveis, soluções.

Afinal que lógica existe na actuação do Ministério do Trabalho, se não a encarmos como enquadra na protecção aos interesses do capital, do patronato?

Se o nosso horário deveria ser objecto de inquérito junto ao público, então por que razão não procederam a idêntico inquérito o mesmo Ministério do Trabalho, e o Ministério do Comércio Interno ao povo consumidor sobre a subida escandalosa dos preços de outros bens de primeira necessidade e sobre a sua escassez, como é o caso, entre outros, da carne, da batata, do bacalhau, e tantos outros, que só em grandes bichas e após intermináveis horas de espera se conseguem adquirir e, mesmo assim, dada a exorbitância dos preços, a maioria dos trabalhadores nem sequer lhes consegue chegar?

Nestes casos o consumidor não teve que ser consultado, não é verdade senhores do Ministério do Trabalho e do Comércio Interno?

Quando em 27 de Novembro foram congelados os salários, apareceu porventura algum desses «democratas» que agora e de novo pretendem analisar o nosso horário de trabalho através de inquérito, a perguntar à esmagadora maioria da população — aos trabalhadores — se concordava com essa medida?

CLARO QUE NÃO

Nestes casos não tem o consumidor que ser consultado. Com certeza, nestes casos não há nada a fazer, contra os interesses dos monopólios, intermediários, dos grandes capitalistas e da sua recuperação como classe exploradora do Povo, nada há a fazer!

Mas quando se trata dos interesses de uma classe altamente explorada e marginalizada que nada tem de seu a não ser a sua força de trabalho e a firme disposição para lutar por uma sociedade mais justa em que lhes seja garantida a justiça por que há tantos e tantos anos anseiam, aí o problema já é outro; aí há que recorrer a todos os expedientes (mesmo) a inquéritos aparentemente muito democráticos) para prolongar a sua escravidão ao serviço dos interesses sempre insaciáveis do capital e do patronato reaccionário, que só vê, pela sua cegueira de lucro, na continuação da exploração dos trabalhadores ou dos consumidores (também e sobretudo trabalhadores) a quem sempre enganaram, a resolução dos seus problemas.

Não há novidade nenhuma nessa maneira de agir por parte do Ministério do Trabalho e do Ministério do Comércio Interno, já os Salazaristas e os Marcelistas e a escumalha que representavam procediam da mesma forma, simplesmente não lhe davam nomes pomposos de inquéritos ou consultas aos trabalhadores e aos consumidores para tudo o que decidiam nas suas costas.

Estamos fartos, nós sabemos quem defende os nossos interesses e sabemos muito bem que não é com as pessoas que agora estão no Ministério do Trabalho, Comércio Interno e outros que tais, que podemos contar para a resolução dos nossos problemas.

Nós sabemos bem que:

UNIDOS, FIRMES, CONSCIENTES E MOBILIZADOS VENCEREMOS!

Lisboa, 14 de Abril de 1976

PELO SECRETARIADO

Desporto

Presente e presenças

O MAGO

Muhammad Ali defenderá o seu título mundial de boxe dos pesos-pesados contra o britânico Richard Dunn no pavilhão olímpico de Munique às primeiras horas de 25 de Maio. Foi assinado um contrato para o combate a iniciar à uma hora de (de Lisboa) de 25 de Maio para que o encontro pudesse ser transmitido em directo para os Estados Unidos. O

embate está dependente de Dunn vencer o alemão ocidental Bernard August, numa disputa para o título vago de campeão europeu dos pesos-pesados no «Royal Albert Hall», em Londres, na noite de amanhã.

Os bilhetes para o combate Ali-Dunn custando entre 30 e 1000 marcos, seriam postos à venda em 8 de Abril. Ali receberá uma bolsa garantida de 1,6 milhões de dólares e Dunn tem desde já garantidos 125.000 dólares pelo combate.

JUSTIÇA DA F.P.F.

Muitos jogadores tiveram amêndoas

Vai sendo difícil instaurar um clima de «jogo democrático» nos campos de futebol que em quase todas as partes do País existem. A questão é tanto mais grave quanto é irrefragável que a essa ausência nem sempre (diríamos mesmo que quase raramente) se verifica nos relvados da I e II Divisões Nacionais.

Muitas foram as amêndoas com sabor a azedo que o Conselho de Disciplina da Federação Portuguesa de Futebol esta semana «avalizou», designadamente para a III Divisão, onde com cinco, quatro e um jogo foram mais de cinco dezenas os futebolistas «contemplados». No Nacional de Juniores também há um jogador (Sousa Fernandes, do Vianense), além de Pereira Pardal, do Alcochetense, «obsequiado» com três jogos de suspensão, o mesmo se verificando, infelizmente, em relação aos juvenis. Claro, que há, igualmente, um dirigente (não podia faltar), do Naval 1.º de Maio e, para rematar todo este ramalhete, também um massagista, este do Odemirense (bolo: dois meses de suspensão e 500 «paus» de multa).

Vamos aos nomes da I Divisão: um jogo Vitor Manuel Santos Fernandes (Académico) e Carlos João Pinto Coelho (Atlético), por faltas leves; Joaquim Adaberto Mecha Monteiro (Estoril) e António Carlos Bernardino (V. Setúbal), por

atitude incorrecta para com o árbitro, no que são reincidentes. Advertência António Augusto Gomes Sousa (Beira-Mar), por falta leve.

II Divisão: seis jogos José António Pedro (Chaves), por tentativa de agressão ao árbitro, com acumulação e sucessão de faltas.

Cinco jogos José Carlos Carvalho Mateus (Oriental), por injúrias ao árbitro, com sucessão de faltas.

Três jogos José Carlos Salcedas Coimbra (Covilhã), por agressão a um adversário.

Um jogo Joaquim Fernando Gonçalves Ferreira (Salgueiros), António Manafá Djancó (Varzim), Manuel Joaquim Mendes Alves Castanheira (Lousosa), Augusto Dourado Santos (Gil Vicente), António Manuel Miranda Silva (Gil Vicente), Evaldo Oliveira Paula (Marinhense), Alcino António Vicente Matias (Sintrense), António Pereira Santos (Montijo), por faltas leves; Jorge Manuel Graça Almeida Costa (Fafe), Marco Aurélio Berg (Varzim) e Carlos Manuel Ramos Franco (Caldas), por atitude incorrecta para com o árbitro.



Começou ontem, com os encontros Espanha-Itália, Suíça-Holanda, Alemanha-Itália e Suíça-Espanha, o Torneio de Montreux, ao qual Portugal, como detentor do título em disputa e o mais apetrechado candidato ao triunfo final deste ano, concorre. Ontem de folga, os hoquistas portugueses defrontam hoje a Holanda, às 21 horas. Amanhã, às 15 horas, vamos medir forças com a poderosa selecção italiana, e às 22 horas teremos uma boa «rifa»: a Suíça. Para que conste, aí vão os nomes do nosso seleccionados (Torcato Ferreira é o técnico: Basílio, Castro, Casimiro, Fernando Pereira, Manuel Pereira, Sobrinho Rosado, Vale e Gomes da Costa, que se vêem na gravura

Ginastas portuguesas em Moscovo

Estiveram recentemente em Moscovo, no último prémio «Moscow News» as jovens desportistas portuguesas Filomena Palma e Avelina Alvares, alunas da treinadora Paulina Cardoso. Filomena Palma é campeã juvenil de Portugal e Avelina Alvares conquistou no ano passado o título de melhor ginasta do País.

Manuel Correia Robalo Gouveia, presidente da Federação Portuguesa de Ginástica, disse em entrevista concedida ao correspondente da APN:

«É esta a primeira vez que as nossas ginastas se deslocam à União Soviética. Sem dúvida que as grandes competições internacionais da envergadura do torneio «Moscow News» têm uma grande importância para o desenvolvimento da ginástica. A participação

das nossas desportistas contribuiu para o desenvolvimento das relações desportivas de Portugal com outros países, e em primeiro lugar com a União Soviética. Os portugueses conhecem bem os êxitos dos desportistas soviéticos nos campeonatos da Europa, do Mundo e dos Jogos Olímpicos. Admiramos muito especialmente a arte de Ludmila Turicheva e de Andrianov.»

O terceiro torneio internacional «Moscow News» terminou para alguns desportistas. Esta talvez tenha sido a última prova antes dos Jogos Olímpicos de Montreal. Para outros ginastas, porém ela foi provavelmente a primeira tentativa séria para obter o direito de participar no Jogos Olímpicos de 1980, em Moscovo.

• lavar os dentes é luxo?

sim ☐
não ☒

• um bom dentífrico é necessariamente caro?

sim ☐
não ☒

Gidaril 88 é agora o dentífrico mais económico! Veja o seu preço especial de lançamento e compare com o dos outros! É mesmo económico!

Gidaril 88 elimina por completo o mau hálito deixando na sua boca uma nova e agradável sensação de frescura... e mantém os seus dentes limpos e brilhantes.

Gidaril 88

HÁLITO NOVO. JOVEM... FRESCO!



Fabricado em Portugal

INSIGNIA - GID.02/75

PUB

TRIBUNAL CÍVEL DA COMARCA DE LISBOA

1.ª Vara

ANÚNCIO

São citados os credores desconhecidos que gozem de garantia real sobre os bens penhorados aos executados para reclamarem o pagamento dos respectivos créditos, pelo produto de tais bens, no prazo de dez dias, depois de decorrida a dilação de vinte dias, que começara a contar da data da 2.ª publicação deste anúncio.

Execução ordinária n.º 7787 1.ª secção. Exequentes — Dr. Abílio Dias Cardoso. Executado — José de Sousa Cintra, divorciado, comerciante, ausente em parte incerta e com última residência conhecida na Rua Luciano Cordeiro, n.º 83, 2.º, esquerdo, em Lisboa.

Lisboa, 10 de Abril de 1976

O CORREGEDOR

(José Artur Pessoa Monteiro Marques)

O ESCRIVÃO DE DIREITO

(João Alves)

AOS TRABALHADORES DOS TÊXTEIS, LANIFÍCIOS E VESTUÁRIO CONTRATO COLECTIVO UNIFICADO

Informam-se os cerca de 300 000 trabalhadores do sector que, na sequência das decisões do I Congresso, que consumou a fusão das duas ex-Federações de Sindicatos numa só, se encontra em fase de ultimacão o ANEPROJETO DE CONTRATO COLECTIVO unificado para todo o sector «têxtil (algodoeiro, lançeiro, malhas, vestuário, etc)» o qual será editado e distribuído aos trabalhadores antes do fim do corrente mês de Abril.

De acordo com decisão do último plenário dos Sindicatos do sector, efectuada no dia 8 de Abril, no Porto, será depois de um prazo para discussão do anteprojecto entre todos os trabalhadores, em todos os Sindicatos, por todo o País.

O processo deverá culminar com a realização de Assembleias Gerais em todos os Sindicatos no fim-de-semana de 15 a 16 de Maio. Destas Assembleias Gerais deverão sair as propostas de cada Sindicato para um Conselho Geral do qual sairá a proposta final a apresentar pela Federação.

Participemos activamente na discussão do anteprojecto pois só assim poderemos apresentar uma proposta que melhore os Contratos anteriores e que sirva integralmente os nossos interesses!

EM FRENTE PELO CONTRATO UNIFICADO E VERTICAL!

UNIDOS E ORGANIZADOS. VENCEREMOS!

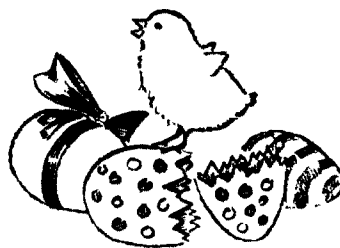
O SECRETARIADO da

FEDERAÇÃO DOS SINDICATOS DOS TRABALHADORES TÊXTEIS, LANIFÍCIOS E VESTUÁRIO DE PORTUGAL.

MEGAFONES

TETRA — TÉCNICOS DE ELECTRÓNICA, TELEVISÃO E RADIO, LDA.

R. Pereira Sousa, 17/17-A — Tel. 680004 — LISBOA



SURDOS CASA SONOTONE

DESEJAMOS PÁSCOA FELIZ A TODOS OS NOSSOS CLIENTES E AMIGOS; E A TODA A IMPRENSA QUE CONNOSCO COLABORA

É uma tristeza não ouvir bem! Aproveitem esta altura da Páscoa para oferecerem aos seus familiares um aparelho auditivo, a fim de serem felizes voltando à alegria de viver. Os exames são gratuitos. Temos o que há de mais moderno para corrigir a surdez. Aparelhos de bolso, atrás da orelha e óculos via aérea e baseado estes últimos de encostar ao mastoide sem fios nem pilhas. Pilhas de todas as voltagens. LARINGS ELECTRONICAS para os operários à laringe. Fazemos trocar e prestamos assistência técnica a todos os aparelhos sejam ou não vendidos por nós de qualquer casa de confiança. Esperamos a vossa visita com um grande OBRIGADO em:

LISBOA — Poço do Borratém, 33, S/L — Telef.: 868352

PORTO — Praça da Batalha, 92-1.º — Telef. 02-315602

Geral

Jovem de 17 anos sequestra mulher de 36

Um jovem de 17 anos, João Manuel Caparica, solteiro, pintor de automóveis, foi recentemente preso na Praça da Alegria. A detenção deveu-se à indicação de uma senhora de 36 anos que reconheceu no Manuel Caparica o jovem que, no passado dia 12, na companhia de outro rapaz, a forçou a entrar para um automóvel, sob a ameaça de uma pistola.

O sequestro verificou-se na Rua Nova do Carvalho, tendo os sequestradores levado a sua vítima para o Parque de Monsanto.

BACALHAU, ARROZ E CAMISOLAS

No prosseguimento da sua actividade, a Comissão de Mordedores de S. João Ocidental leva a cabo amanhã uma prova de ciclismo inteiramente dedicada a crianças, que se reveste de aspectos inéditos não só porque os comerciantes locais alugaram as bicicletas para os jovens desportistas, mas porque os prémios são constituídos por objectos utilitários e géneros alimentícios.

A queixosa reconhece que os jovens não a violaram e que não foi, sequer, vítima de sevícias. Despojaram-na, contudo, de todos os valores e documentos.

Roubos e Assaltos

TABERNA

A pouca sorte do jovem Armando Ferreira, que hoje tem 19 anos, começou quando veio da sua terra natal, Fundão, para se formar e vir a ser um homem útil à sociedade. Porém, em vez de ir aprender Letras ou Ciências, coube-lhe em sorte ser moço de taberna. Enquanto os da sua idade estudavam ou faziam que estudavam, o Armando avia copos de tinto ou branco, instruindo-se com os diálogos dos fregueses ou com os monólogos dos bêbados.

Não admira assim que o jovem Armando resolvesse completar a sua formação, subtraindo ao seu patrão, Alcides Gonçalves Paredes, 11 contos que representavam nem mais nem menos que a receita da taberna onde o Armando tirava



tempo

Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava pouco nublado e o vento era fraco ou moderado de Nordeste.

TEMPERATURAS DO AR 09.00 H.

PORTO	13°
P. DOURADAS	—
COIMBRA	12°
PORTALEGRE	8°
LISBOA	11°
FARO	14°
FUNCHAL	15°

TEMPERATURAS EXTREMAS

RÉGUA	Máxima	23,5°
PENHAS DA SAÚDE	Mínima	1,7°

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR	BAIXA-MAR
6.08 4,2 m	11.41 0,8 m
18.29 4,2 m	—
Dia 18	
6.57 4,0 m	0.09 0,8 m
19.17 4,0 m	12.28 1,1 m
Dia 19	
7.50 3,7 m	1.00 1,1 m
20.10 3,8 m	13.19 1,4 m

PREVISÃO GERAL ATÉ ÀS 24 H. DE AMANHÃ

Céu pouco nublado excepto no Algarve onde poderá apresentar-se muito nublado; vento moderado de Nordeste; possibilidade de aguaceiros no Algarve.

AMANHÃ

NAScer AS 6.56

OCASO AS 20.16

Delegação de competência no governador de Macau

Um despacho da Presidência da República, publicado no «Diário da República» delega no governador de Macau a «competência para as relações com países estrangeiros e a celebração de acordos ou conversações internacionais».

nais quanto a matérias do interesse exclusivo do território de Macau, salvo quanto à sua recificação».

O despacho acrescenta que sempre que o governador «tiver que exercer a competência delegada dará prévio conhecimento».

DROGA

Um indivíduo de nome José Pires, de 35 anos, solteiro, natural do Crato, sem profissão nem morada certa, foi detido na Travessa da Cara, ao chamar a atenção de um guarda da P. S. P. pelo insólito comportamento, pois rebolava-se pelo chão enquanto espumava pela boca e apresentava os olhos vermelhos, acompanhando tudo isto com insultos às pessoas que por ali passavam entreteendo os ditos com palavras de recorte obscuro.

O agente da autoridade «diagnosticou» tratar-se de um drogado e na verdade encontrou no Pires um pacote cujo conteúdo não duvida ser estupefaciente. Aliás, o Pires, já em Março havia sido detido pelo mesmo motivo.

AUTOMÓVEL

Quando procediam ao arrombamento de um automóvel de matrícula espanhola, M-4129 BB2, cujo proprietário ainda não foi identificado, foram caçados por alguns decididos populares no Largo da Anunciada, já alta madrugada, os «sócios» José Palheira de 33 anos, solteiro, empregado de mesa, Herculano Pereira, de 21 anos, solteiro e com a mesma profissão e Manuel Costa, de 21 anos, solteiro, operador mecânico, que procedia à operação tão intempestivamente interrompida.

Confessaram que a «sociedade» já se mantinha em actividade de há tempos a esta parte e que foram coroadas de êxito várias e sortidas operações.

As autoridades deram-lhes o destino devido, interrompendo-lhes por algum tempo a operacionalidade.

SANIMAR

A VERDADE SIM, DETURPAÇÃO NÃO!

Os 163 Trabalhadores da Sanimar, querendo manter a opinião pública e os seus camaradas trabalhadores informados, por causa das calúnias, boatos e mentiras espalhados pela não identificada Comissão de Luta, afirmam:

- 1 — Continuam a ser os mesmos dez elementos que formam a C. T. Só houve quatro que se demitiram já no ano passado, e um, que por ter de ingressar na Comissão de Gestão, onde aliás se mantém, o Pimentel, teve de a abandonar. Também não é verdade que o seu mandato cesse dentro de dias, a menos que os trabalhadores entretanto, em plenário elejam outro.
- 2 — A responsabilidade do não pagamento dos salários do mês de Março pertence ao Governo que elegeu arbitrariamente uma Comissão de Gestão nas costas de todos os trabalhadores, ignorando os princípios e as propostas democráticas, múltiplas vezes por eles defendidos.
- 3 — Quanto aos salários de Novembro de 1975, só não foram pagos os daqueles funcionários bem instalados na vida, que fizeram greve nas lojas para apoiar o regresso do ex-administrador, contra a vontade dos seus camaradas de trabalho. No que se refere a Fevereiro de 76, recusaram-se a marcar os cartões de ponto, como também só não foram pagos os dos mesmos boicotadores conforme decisão tomada em plenário, norma esta que desde sempre foi praticada nas fábricas.
- 4 — É falso que os trabalhadores da Sanimar, ou outros, tivessem violado a selagem das instalações. O que fizeram foi defender os seus posos de trabalho antes da invasão das forças da G. N. R./P. S. P., que aliás só os fez sair de lá à bastonada.

Os 163 Trabalhadores que se mantêm unidos à volta da sua Comissão de Trabalhadores avisam que preferem esperar indefinidamente a solidariedade dos outros trabalhadores que também não têm faltado, do que ceder às tristes e vergonhosas manobras de neofascistas, que tentam sem pejo o regresso do ex-administrador.

Quanto ao dinheiro recebido, ele já está há muito a ser equitativamente distribuído pelos Trabalhadores, à medida que vai chegando, ao SINDICATO dos RODOVIÁRIOS.

Finalmente os Trabalhadores afirmam, que já estão a acionar o processo judicial para apuramento das responsabilidades, daqueles que sem vergonha prejudicam irremediavelmente quem só tem como única riqueza, a sua força diária de trabalho.

NÃO À RECUPERAÇÃO CAPITALISTA!

Lisboa, 15 de Abril de 1976.

A COMISSÃO DE TRABALHADORES

BARES • BOITES

RESTAURANTES TÍPICOS

DANCINGS

NINA — Dancing com atracções. Rua Paiva de Andrade, 7-13 Telef. 344999/265197. Rosy Striptease.

CASINO ESTORIL — Jogo autorizado. Variedades internacionais. T. 261461/164522/294596/264621/264646

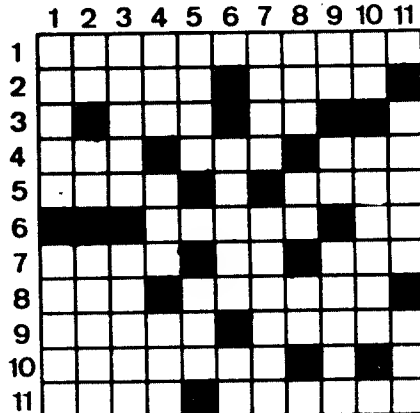
palavras cruzadas

COM PROVERBIO

PROBLEMA N.º 11 348

HORIZONTAIS:

- 1 Salpicaríamos.
- 2 Serra de Portugal. Acido.
- 3 Nome que os japoneses dão aos religiosos budistas. Rádio (s.q.).
- 4 Preposição. Pequeno simio do Brasil. Artigo indefinido.
- 5 Lavras. Ninhos.
- 6 Aparar. Reis.
- 7 Cabeleira. Em partes iguais. Sirga.
- 8 Rio do estado de Mato Grosso. Queimais.
- 9 Direcção. Indício.
- 10 Assassinar.
- 11 Anéis. Tostado.



VERTICAIS:

- 1 Nome de peixe. Bonança.
- 2 Medida itinerária do Japão. Sufixo que designa estado. Preparar com ópio.
- 3 Indignar. Disfarce.
- 4 Caminha para cá. Senhora. Tens.
- 5 Pegas. Artigo definido. Rio da Suíça.
- 6 Asas. Tempo do verbo ir.
- 7 Palmeirada Amazónia. Atravessadas.
- 8 Nome de letra. Sódio (s.q.). Nesse lugar.
- 9 Abreviatura da palavra inglesa mister. Interjeição de dor. Defeito (fig.).
- 10 O sono das crianças. Vagabunda.
- 11 Afrouxa. Liame.

Resolheu completamente este problema?

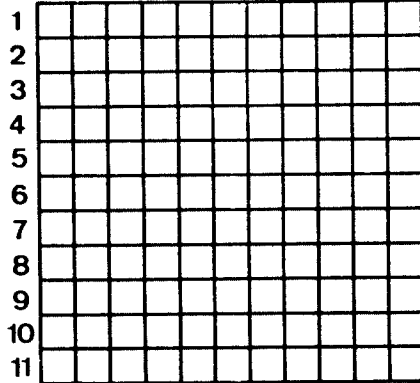
Procure agora em segundo passatempo o PROVERBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE

PROBLEMA N.º 7508

HORIZONTAIS:

- 1 República da América Central, entre a Costa Rica e Honduras.
- 2 Fizeram enjorar.
- 3 Rio do estado do Amazonas. Freguesia do concelho de Marvão. Alumínio (s.q.).
- 4 Estive unido por aderência. Acometo.
- 5 Nome de fruto. Um gosto no meio de muitos dissabores.
- 6 Ruínas. Prasiódimo (s.q.).
- 7 Bário (s.q.). Sobrara.
- 8 Uma das cinco cidades incendiadas com Sodoma e Gomorra, cujas ruínas foram encontradas por Sauley, em 1850. Trásbordas.
- 9 Tinge. Tempo do verbo ir.
- 10 Aves de rapina, o mesmo que gaviões.
- 11 Unirias por casamento.



VERTICAIS:

- 1 Notavam. Deus do vinho.
- 2 Efeminado.
- 3 Prefixo de negação. Ave pernalta. Rã (pop.).
- 4 Mamíferos rum inantes, fêmeas dos bodes. Madres.
- 5 Limpo com areia. Rádio (s.q.). Bário (s.q.).
- 6 Monarca. Lã. Oceano.
- 7 Irmão de Moisés. Senhor. Niquel (s.q.).
- 8 Agradecida. Corte.
- 9 O mesmo que uma (ant. e pop.). Antigo instrumento de tortura em forma de X (pl.). Artigo definido.
- 10 Irritais.
- 11 Ligações. Pega.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11 347

HORIZONTAIS:

- 1 Abanaremos.
- 2 FOME. Assina.
- 3 Alo. Mit.
- 4 Mã. Aia. DE.
- 5 Grã. Úbios.
- 6 Dr. Aramara.
- 7 Ais. Ata.
- 8 Soas. Crisma.
- 9 Nemai. Ab.
- 10 Abade. Adite.
- 11 Cores. Menos.

VERTICAIS:

- 1 Afamados. Ac.
- 2 Bola. RIO. Bo.
- 3 Amo. Sarar.
- 4 Na. Ara. SEDE.
- 5 Miar. Mês.
- 6 Raia. Ca.
- 7 Etruriam.
- 8 Ms. Abati. DE.
- 9 Ois. Irás. In.
- 10 Sn. Doa. MATO.
- 11 Aves. Sabes.

PROVERBIO: FOME DE RIO SEDE DE MATO

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7507

HORIZONTAIS:

- 1 Ruão. Juram.
- 2 Mirro. Eta.
- 3 In. Adeg. Er.
- 4 AAA. Elar. Ac.
- 5 Morena. Porã.
- 6 Rua. Farã.
- 7 Mie. Varra.
- 8 Ardiam. Erre.
- 9 Taã. Só. Saim.
- 10 Arrã. Le.
- 11 Assombrar.

VERTICAIS:

- 1 Fiam. Matar.
- 2 Não. Irar.
- 3 Um. Arredara.
- 4 Aia. Eu. As.
- 5 Ordenavas.
- 6 Relã. Amolo.
- 7 Joga. Fr. Em.
- 8 Arpares.
- 9 Re. Orara.
- 10 Ateara. Rima.
- 11 Marcassem.

armazéns de serviço

LISBOA

TURNO E-1
ATÉ ÀS 22 HORAS
ALVALADE
 Belo, Avenida de Roma, 53-A (Tel. 776314)
AVENIDAS NOVAS
 Vale, Avenida Marquês de Tomar, 45-49 (Tel. 773043)
BAIRRO ALTO
 Gonçalves, Rua da Rosa, 176-187 (Tel. 362687)
BAIRRO DA ENCARNACÃO
 Anselmo, Praça Norte, 11-A (Tel. 311216)
BAIXA
 Simões Pires, Rua da Prata, 115 (Tel. 362350)
BENFICA
 Macedo, Estrada do Poço do Chão, 69-C (Tel. 703697)
CAMPOLIDE
 Imparcial, Rua General Taborda, 28 (Tel. 680931)
ESTRELA
 Linaide, Rua Ferreira Borges, 30 (Tel. 660955)
GRAÇA
 Mourão, Largo da Graça, 63 (Tel. 860700)
LUMIAR
 Douro, Alameda das Linhas de Torres, 93-A/B (Tel. 791311)
SANTO AMARO
 Teles, Rua João de Barros, 2, frente (Tel. 638176)
S. SEBASTIÃO DA PEDREIRA
 S. Sebastião, Largo de S. Sebastião da Pedreira, 1-9 (Tel. 48642)

TURNO E-2
TODA A NOITE
ALTO DE S. JOÃO
 Vitalis, Rua Moraes Soares, 69 (Tel. 841779)
ANJOS
 Guerra, Rua Andrade, 32-36 (Tel. 845513)
ALVALADE
 Marbel, Avenida de Roma, 131-A (Tel. 776235)
AMEIXOIRA
 S. Bartolomeu, Vila Paulo Jorge, 1 (Galinheiras-Charneca) (Tel. 790969)
ANJOS
 Magalhães, Avenida Almirante Reis, 4-D/F (Tel. 49479)
AREIRO
 Garantia, Avenida Padre Manuel da Nóbrega, 5-A/B (à Praça do Areiro) (Tel. 727300)
AVENIDAS NOVAS
 Saldanha, Avenida Praia da Vitória, 53 (Tel. 43938)
BENFICA
 S. João Estrada da Luz, 124-A (Tel. 78179)
CAMINHOS DE FERRO
 Frazão, Rua Cruz de Santa Apolónia, 90 (Tel. 847019)
ESTRELA
 Andrade Ribeiro, Avenida Infante Santo, 66-B (Tel. 666971)
PICHELEIRA
 Mariuz, Calçada da Picheleira, 140-A/C (Tel. 720703-728395)

OLIVAIS-SUL
 Antunes Rosa, Praça da Cidade do Luso, lote 199 (Tel. 313610)

REGO
 Universitária, Rua Alfredo Roque Gameiro, 29-D (ao Hospital de Santa Maria) (Tel. 778953)

RESTELO
 Tanara, Rua Rodrigo Reinol, 3-A (à encosta do Restelo, próximo dos Moinhos) (Tel. 611814)

S. PAULO
 Central, Rua e S. Paulo, 108 (Tel. 320389)

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
 Miarmar, R. Ernesto Silva, 81 (T. 2112048)

PAÇO DE ARCOS
 Pargana, Av. Enq. Bonneville Franco (T. 2435147). Toda a noite

DEIRAS
 Oeiras, L. Henrique Paiva Couceiro (T. 2430691). Até às 22 horas

NOVA OEIRAS
 Leal, Até às 22 horas

CARCAVELOS
 Central, Toda a noite

S. DOMINGOS DE RANA
 Godinho da Silveira, Av. Sabóia, 29-B (T. 260085). Até às 22 horas

PAREDE
 Macau, R. J. Elias Garcia, 60-C (T. 2471785). Toda a noite

S. JOÃO DO ESTORIL
 S. João, Quinta da Carreira, 29-A (T. 261186). Toda a noite

AMOREIRA
 Amoreira, Toda a noite

CASCAIS
 Marginal, Av. Marginal (T. 288078). Até às 22 horas; Nova, E. de Alvide, Fontainhas (T. 281044). Toda a noite

LINHA DE SINTRA

AMADORA
 Dias, Av. Marquês de Pombal, lote 9 (T. 934589); Campos, R. Elias Garcia, 185 (T. 930072); Clabell, R. António Sardinha, 23-D (T. 938551)

DAMAIA
 Confiança, E. Militar, lote D (T. 9710231)

VENDA NOVA
 Girassol, R. Elias Garcia, 17-C (T. 974161)

QUELUZ
 Correia, L. do Mercado, 3 (T. 950908)

CACÉM
 Central, R. Elias Garcia, 55 (T. 2940034)

MEM MARTINS
 Miranda Garcia, 173-B (T. 2914103)

S. PEDRO DE SINTRA
 Valentim (T. 980456)

SINTRA
 Misericórdia, Vila (T. 2930391)

COLARES
 Abreja (T. 299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
 Gameiro, L. António dos Santos Jorge, 15 (T. 234100)

ALHOS VEDROS
 Portugal, Av. da Bela Rosa, 8 (T. 204250)

ALMADA
 Castro Rodrigues, R. Capitão Leitão, 21-A (T. 2750076)

BAIXA DA BANHEIRA
 Nova, Fátima, E. Nacional, 244-A (T. 2040141)

BARREIRO
 Picarra, Av. do Bocado (T. 2074771). Até às 19 horas

as: Central, Av. Alfredo da Silva, 48 (T. 2073207). Serviço permanente

COVA DA PIEDADE
 Morgado, R. Cabo da Boa Esperança, 25-A (T. 2767356)

MOITA
 Silva Rocha, P. da República, 16 (T. 239029)

MONTUJO
 Higiene, R. José Joaquim Marques, 142 (T. 2310370)

SESIMBRA
 Lopes, R. Cândido dos Reis, 21 (T. 2233028)

SETÚBAL
 Higiene, R. Frei Agostinho da Cruz (T. 22408); Portugal, R. Camilo Castelo Branco (T. 23211)

SEIXAL
 Soromenho, R. Paiva Coelho, 38 (T. 2218560)

PORTO

TURNO 23
ATE ÀS 22 HORAS

Pasteleira, R. Andre de Rezende, 92 Almeida Cunha, R. Formosa, 327 Contumil, R. de Contumil, 540 Sampaio, R. d. Cedofeita, 636 Vaz Teixeira, R. do Heroísmo, 56 Costa Lima, Av. da Boavista, 855 Marques de Mendonça, R. do Ameal, 251 São Jerónimo, R. d. Santos Pousada, 622

TODA A NOITE

Oriental, R. do Bonjardim, 727 Cardona dos Santos, R. de D. Manuel II, 90 Birra, P. da Liberdade, 125 Monte Cativo, R. do Monte Cativo, 444

COIMBRA

Nezará, Rua Ferreira Borges, 135 (Tel. 22605); Santa Isabel, Av. Sa da Bandeira, 28 (Tel. 24916); Solum, Rua Carolina Michaelis, 20 (Tel. 33120)

cinemas

CASTIL
 T. 530194 15, 17, 19 e 21.15
 Int. a men. 18 anos
 Catherine Deneuve, Bernadette Lafont
NOITADAS DE PARIS
 (Zig Zag)

IMPERIO
 T. 555134 15.15-18.30 e 21.15
 Não acons. a menores de 13 anos
 Marcello Mastroianni / Catherine Deneuve
«O ACONTECIMENTO MAIS IMPORTANTE DESDE QUE O HOMEM CHEGOU À LUA»
 2.ª Semana

POLITEAMA
 T. 326305 14.15, 16.30, 19 e 21.30
 Não acons. a menores de 18 anos
 Em continuação de estreia
DECAMERON N.º 2
 Sexualmente e uma grande audácia

VOX
 T. 720808 14.15, 16.30, 19, 21.15 e 24
 4.ª Semana
DECAMERON N.º 2
 Os Contos Eroticos de Bocaccio

ROMA
 T. 727778 15.30, 18.30 e 21.15
 Para todos
OS DOIS MISSIONÁRIOS
 c/ Bud Spencer-Terence Hill

BIBLIOTECA NACIONAL
 18.30, 21.30
 Preço 10\$00
EMBOSCADA FATAL
 Comanche Station (Budd Boetticher-1960)
 c/ Randolph Scott Nancy Gates Claude Akins

CALEIDOSCÓPIO
 T. 795093 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15
 Para todos
UM DIA NAS CORRIDAS
 Com fabulosos, os únicos, Irmãos Marx um filme de Sam Wood

EDEN
 T. 320768 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15
 Para todos maiores de 6 anos
OS DOIS MISSIONÁRIOS
 Um filme de Franco Rossi
 Bud Spencer-Terence Hill
 O Espectáculo do ano!
 2.ª semana

ODEON
 T. 326283 15.15-18.15 e 21.15
 Não acons. a menores de 18 anos
 2.ª Semana de sensações
 lotações esgotadas
AS NOITES LOUCAS DO HOTEL LUA MEL
 c/ Isabella Biaggini e Ninello Davoli
 Segredos sexuais revelados por um huraco escondido

APOLLO 70
 T. 763319 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15
 Não acons. a men. de 13 anos
A HISTÓRIA DE FERNÃO CAPELO GAIVOTA
 17.ª Semana
 Hoje às 24 h. Grupo D M. 18 anos
A PANTERA
 Amanhã às 11 h. (M. 6 anos)
A ILHA DOS PIRATAS

CASINO ESTORIL
 T. 264621 18.15 e 21.15
 Não acons. a menores de 18 anos
ONDE SE METEU A 7.ª COMPANHIA

S. JORGE
 T. 54153/4 15.15, 18.15, e 21.15
 Estreia o filme da Páscoa
O REGRESSO DA PANTEIRA COR-DE-ROSA
 Com Peter Sellers
 Para Todos

RESTELO
 T. 610375 21.00
 Para Todos
UMA ILHA NO TECTO DO MUNDO

AVIS
 T. 47163 15.30-18.30-21.15
 Não acons. a menores de 13 anos
2 Raparigas Num Pijama
 um filme de Jean Girault
 2.ª Semana

ESTÚDIO
 15.30, 18.30, 21.15
 Não acons. a menores de 18 anos
A INGLESA ROMANTICA
 um filme de Joseph Losey
 7.ª semana

ESTÚDIO 444
 T. 779095 15, 17, 19 e 21.15
 Interdito a men. de 18 anos
TODA A NUDEZ SERÁ CASTIGADA
 2.ª semana
 c/ Darlene Gloria

MUNDIAL
 T. 538743 15.15, 18.30, 21.15
 Para todos
AMARAM-SE UM SÓ VERÃO
 Uma história de amor e ternura que nunca será esquecida

D. JOÃO V DAMAIA
 Tel. 971794 21.15
 Não acons. a menores de 13 anos
A BIBLIA
 Às 24 h (Int. men. 18 anos)
A ESPADA DO SOL

UNIVERSAL
 T. 774402 15.00, 19.00, 21.00
 Não acons. a menores de 13 anos
 às 15 h. 19 h., 21 h.
 (N. acons. men. 13 anos)
CHINA VIZINHA
 00.30 h.
 (N. acons. men. 18 anos)
A MORTE DUM LENHADOR

CONDES
 T. 322523 14.00, 16.30, 18.45 e 21.15
 Não acons. a menores de 13 anos
A CORRIDA DOS MALUCOS
 Pierre Richard-Jane Birkin
 um filme louco, louco, louco.

BERNA
 T. 776098 14.00, 16.30, 19.00, 21.15
 Para todos maiores de 6 anos
OS DOIS MISSIONÁRIOS
 Um filme de Franco Rossi
 Bud Spencer-Terence Hill
 2.ª Semana

LONDRES
 T. 801313 14.45, 18.00 e 21.15
 Não acons. a men. de 18 anos
CENAS DA VIDA CONJUGAL
 com Liv Ullmann e Bibi Anderson
 Às 24 h. (Int. men. 18 anos)
O SILENCIO

ROXY
 T. 48560 14.15, 16.30, 18.45 e 21.15
 Interdito a menores de 18 anos
JOGOS PARA CASAS INFÉIS
 com Pierre Rousseau e Daniel Veaminik

TIVOLI
 T. 570596 14.45, 18 e 21.15
 Não acons. a menores de 18 anos
 O maior espectáculo jamais filmado
A TORRE DO INFERNO
 c/Steve McQueen, Paul Newman, William Holden, Faye Dunaway
 Atenção: O filme começa a hora do espectáculo

ALVALADE
 T. 897480 14.15, 16.30, 18.45 e 21.15
 Não acons. a menores de 13 anos
A CORRIDA DOS MALUCOS
 c/ Pierre Richard-Jane Birkin
 Um filme de Claude Zidi
 00.30h.
MULHERES ACORRENTADAS
 domingo às 11 h
UMA NOITE EM CASABLANCA

PATHE
 T. 821933 14.15, 17.45, 21.15 e 24
 Não acons. a menores de 18 anos
 O maior espectáculo jamais filmado
A TORRE DO INFERNO
 c/Steve McQueen, Paul Newman, William Holden, Faye Dunaway
 Atenção: o filme começa a hora do espectáculo

NIMAS
 T. 574362 14.15, 16.30, 18.45, 21.15
 Para todos
 um filme de Rene Laloux
O PLANETA SELVAGEM
 6 Grandes prémios internacionais

outras espectaculos

LISBOA/Teatros

LAURA ALVES
 20.30 e 22.45 (18 anos)
 «Sexy Show»

MARIA VITORIA
 20.30 e 22.45 (18 anos)
 «Força, Força Camarada Zé!»

ADÓQUE
 20.30 e 22.45
 «Taran-Tan-Tan não enche barriga»

ABC
 20.30 e 22.45 (18 anos)
 «Afinal como é»

TEATRO DO BAIRRO ALTO
 21.15 (13 anos)
 «Ah Kiu»

CASA DA COMÉDIA
 21.30 (13 anos)
 «Os Encantos de Medeia»

CAPITÓLIO
 20.30 e 22.45 (18 anos)
 «Mostra-Me a Tua Psicina»

VILLARET
 20.30 e 22.45 (13 anos)
 «Godspell»

LISBOA/Cinemas

COLISEU
 21.30 (14 anos)
 «O Último Couplet»

SATÉLITE
 21.30 (18 anos)
 «A Jovem Assassina»

OLÍMPIA
 21.15 (18 anos)
 «Anna, Aquele Particular Prazer»

S. LUIS
 21.30 (13 anos)
 «O Centro do Mundo»

EUROPA
 21.15 (18 anos)
 «Tommy»

PARIS
 21.15 (6 anos)
 «Uma Ilha no Tecto do Mundo»

JARDIM
 21.00 (18 anos)
 «As Rivalis»

PROMOTORA
 21.15 (10 anos)
 «My Fair Lady»

LUMIAR
 21.15 (13 anos)
 «Estado de Sítio»

LINHA DE CASCAIS

PAREDE
 Royal-Cine
 21.15 (13 anos)
 «A Brigada Louca»

ESTORIL
 Casino
 18.15 e 21.15 (6 anos)
 «Onde Se Meteu a 7.ª Companhia»

Palácio
 21.15 (13 anos)
 «A 7.ª Alvorada»

CASCAIS
 Oxford
 21.15 (13 anos)
 «O Telefone Cor de Rosa»

S. José
 21.15 (6 anos)
 «Música no Coração»

LINHA DE SINTRA

AMADORA
 Recreios Desportivos
 21.15 (14 anos)
 «Amigos»

MEM MARTINS
 Cine Chaby
 21.00 (14 anos)
 «Um Homem Chamado Noon»

SINTRA
 Carlos Manuel
 21.15 (18 anos)
 «Uma Mulher da Rua»

OUTRA BANDA

ALMADA
 Incrível
 21.15 (13 anos)
 «A Bíblia»

TRAFARIA
 Pavilhão Jardim
 21.15 (18 anos)
 «Karate em Hong-Kong»

LARANJEIRO
 Instrução e Recreio
 21.15 (18 anos)
 «Borsalino e C.ª»

PORTO/Teatros

SÁ DA BANDEIRA
 21.15 (13 anos)
 «Schweyk na II Guerra Mundial»

PORTO/Cinemas

ESTÚDIO FOCO
 21.15 (10 anos)
 «A Bíblia»

JÚLIO DINIS
 21.15 (18 anos)
 «A Matulona»

ÁGUA DE OURO
 21.30 (18 anos)
 «Os dois missionários»

RIVOLI
 21.15 (18 anos)
 «O Inspector Martelada»

S. JOÃO
 21.15 (18 anos)
 «Os dois missionários»

PASSOS MANUEL
 21.30 (18 anos)
 «24 Horas de Amor»

BATALHA
 21.15 (6 anos)
 «O Regresso da Pantera Cór de Rosa»

COLISEU
 21.15 (13 anos)
 «Estado de emergência»

ESTÚDIO
 21.15 (18 anos)
 «Cenas da Vida Conjugal»

CARLOS ALBERTO
 21.15 (18 anos)
 «A Inglesa Romântica»

TRINDADE
 21.15 (18 anos)
 «A Torre do Inferno»

OLÍMPIA
 21.15 (18 anos)
 «Prazeres colectivos»

COIMBRA

TIVOLI
 21.15 (6 anos)
 «Uma Ilha no Tecto do Mundo»

AVENIDA
 21.15 (6 anos)
 «Sim, Sim, Coronel»

S. TEOTÓNIO
 21.15 (14 anos)
 «O Homem da Pistola Dourada»

GIL VICENTE
 21.15 (13 anos)
 «Piquenique»



RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO GERAL
RUA CASTILHO, 15, 1.º, 2.º
TELEF. 69531/2/3/4
REDAÇÃO, SERVIÇOS TÉCNICOS
E PUBLICIDADE
RUA LUZ SOBRADO, 44
TELEF. 321154/5, 320271/2/3
RUA DA ROSA, 75
END. TEL. DÍBDA TELEX 12363
LISBOA-PORTUGAL

Auxílio humanitário da Suécia para Moçambique

A Suécia dará a Moçambique um auxílio humanitário no valor de 11 milhões e 600 mil dólares — revelou em Dar-es-Salaam, o subsecretário sueco de Estado, Andres Thuborg, que fez nesta capital escala, durante a sua visita a vários países da África Meridional. Thuborg, que já visitou Angola, parte amanhã para Moçambique onde permanecerá durante três dias.

Entretanto, um membro da equipa das Nações Unidas que se encontra em Moçambique para estudar as necessidades económicas do país, resultantes da decisão do encerramento da fronteira com a Rodésia, declarou que as próprias autoridades moçambicanas subavaliaram enormemente as suas necessidades de auxílio. Segundo afirmou, os 57 milhões de dólares citados pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Joaquim Chissano, ficam muito aquém das necessidades reais.

A equipa da O.N.U. termina os seus trabalhos na quarta-feira, razão por que o referido elemento não adiantou ainda quaisquer cifras para o auxílio que as Nações Unidas irão prestar a Moçambique.

O Departamento de Estado confirmou, entretanto, a próxima viagem de Kissinger à África, sem ter dado quaisquer indicações sobre o encontro com Samora Machel, há dias previsto por um congressista negro dos E.U.A. Em Nairobi, Kissinger assistirá, a partir de 3 de Maio, à quarta conferência da CUNCEC, na qual apresentará diversas propostas com vista ao desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo, nomeadamente a criação de um banco dos recursos internacionais. O Departamento de Estado anunciou também que Kissinger pronunciará na Zâmbia um «importante» discurso sobre o futuro político da África Austral.

Indonésia retirou 300 homens de Timor-Leste

O ministro indonésio dos Negócios Estrangeiros, Adam Malik anunciou em Djakarta que 300 «voluntários» indonésios haviam sido evacuados de Timor-Leste. O ministro não precisou, contudo, quantos «voluntários» continuam ainda naquele território.

Por outro lado, o ministro dos Negócios Estrangeiros da Austrália, Andrew Peacock, anunciou em Melbourne, depois do seu regresso de Djakarta, onde travou conversações com Malik, que a Indonésia aceitou que a Cruz Vermelha Internacional volte a Timor-Leste, acrescentando que um membro da embaixada australiana será igualmente autorizado a ir àquele território investigar a morte de cinco jor-

nalistas australianos, que faleceram durante os combates ali travados o ano passado.

Enquanto isto, foram adiantados para a próxima terça-feira os debates do Conselho de Segurança da O.N.U. sobre Timor-Leste. Ao contrário do que foi anunciado, nenhuma proposta de resolução chegou a ser apresentada. Há três propostas em estudo, mas os delegados continuam à procura de um texto, que, segundo tudo indica, deve pedir a retirada das forças indonésias. O embaixador indonésio na O.N.U., Anwar Sani, declarou ao Conselho que a retirada já principiara e que seria completa no mais curto prazo possível. Estas declarações de Sani completam as de Adam Malik, acima referidas.

Mais civis e militares ilibados do "11 de Março"

Segundo informações da Polícia Judiciária Militar, foram considerados ilibados de culpa, e consequentemente mandados arquivar os respectivos processos, os seguintes indivíduos suspeitos de envolvimento nos acontecimentos do «11 de Março»:

Exército — Tenente-coronel de Infantaria Manuel Francisco Matoso Ramalho, majores de Cavalaria José Miguel Cabedo

e Vasconcelos e Carlos Alexandre de Moraes; e capitão de Artilharia António Carlos Moraes da Silva.

Força Aérea — Capitães pára-quedistas Norberto Crisante Sousa Bernardes, João Luz Palma e Albano Marques Carvalho; e tenente João António de Albuquerque Cardoso e Castro.

Civis — Alvaro Luís dos Santos Vilar Moreira.

Visita informal de Ramalho Eanes aos Comandos

O general Ramalho Eanes, chefe do Estado-Maior do Exército esteve anteontem no Regimento de Comandos da Amadora correspondendo a um convite que lhe fora dirigido pelo comando da unidade.

O chefe do Estado-Maior do Exército, acompanhado apenas pelo seu ajudante de campo chegou àquela unidade cerca das 13 horas. Foi recebido

pelo respectivo comandante coronel Jaime Neves. Após as honras militares seguiu-se um almoço informal.

FESTA COMUNISTA NO VALE DO JAMOR

Organizada pelo PCP, Pioneiros, UEC e UJC, realiza-se amanhã, durante todo o dia no Estádio Nacional no Vale do Jamor, uma Festa Popular que

Cardeal-Patriarca analisa a actual crise no clero

Numa homília proferida na missa concelebrada em Quinta-Feira Santa, para a renovação dos Santos Óleos e renovação das promessas sacerdotais, o Cardeal-Patriarca de Lisboa, D. António Ribeiro, analisou a actual crise no clero, dirigindo as suas palavras especialmente aos padres e presbíteros.

Reconhecendo que existe uma crise, D. António Ribeiro disse que «algumas das causas só Deus as conhece» e que «outras porém sabemos-lhes os nomes e conhecemos-lhes a fisionomia aproximadas. Chamam-se abandono da vida es-

piritual, desadaptação de certas estruturas da Igreja, sentimento de frustração perante a ineficácia da acção pastoral, etc.».

O Cardeal-Patriarca disse ainda que «o Ocidente nunca como hoje foi tão arreligioso» e que «as Igrejas perseguidas estão aí a comprová-lo», referenciou «novas expressões de exercício da missão sacerdotal e advertiu que «importa burlar uma nova imagem do padre, que não seja tributária de esquemas acidentais ultrapassados». Lembrou também que alguns sacerdotes, ao sentirem o peso psicológico da soli-

dão a que os mundo os relega, são tentados a acreditar que a chave do problema está em fazerem-se como os outros homens, dissolvendo-se entre eles ou arremendendo o estilo de vida dos leigos», fazendo a observação que «não é pelo nivelamento ao rés-do-chão do mundo que havemos de resolver o problema da nossa identidade sacerdotal».

D. António Ribeiro lembrou que «fomos enviados ao mundo mas não somos do mundo» e que os sacerdotes não devem esquecer o facto de terem sido os «escolhidos para anunciar o Evangelho de Deus» (Rom. 1,1).

As autoridades açorianas à procura de ladrões de explosivos

PONTA DELGADA, 17 — As autoridades açorianas prosseguem nas investigações com vista à recuperação de considerável quantidade de material explosivo roubado na madrugada de ontem do Paiol da Junta Geral, em Ponta Delgada: 55 quilos de pólvora negra.

Trata-se, aliás, do tipo de explosivo usado ultimamente pelos bombistas no arquipélago. Em contacto telefónico, esta manhã, como o governador mili-

tar dos Açores, o general Altino de Magalhães disse-nos que estão a ser enviados todos os esforços com vista à captura dos criminosos. Neste sentido, afirmou o governador, foram feitos apelos à população, através da Televisão, Rádio e Imprensa açorianas, para que colabore com quaisquer informações que possam levar à recuperação do material e detenção dos ladrões de explosivos.

O roubo destes 55 quilos de pólvora negra é considerado excepcionalmente grave.

Posta a questão de poder tratar-se de obra de separatistas, Altino de Magalhães disse-nos que «é possível», adiantando, porém, que as investigações prosseguem.

Entretanto, e apesar de algumas pistas que estariam a ser seguidas pelas autoridades, por altura do fecho desta edição não tinha sido ainda feita qualquer detenção.

25 DE NOVEMBRO

"Que se espera para libertar estes homens?"

«V.Excia. sabe que a direita e o fascismo avançam, depois de terem devolvido à liberdade quase todos os seus homens» — eis o período de uma carta que os familiares dos civis e militares detidos ainda no Forte de Caxias e no Presídio Militar de Santarém enviaram ao Presidente da República, general Costa Gomes.

Faz-se, nessa carta, a seguinte pergunta:

«Que se espera para libertar estes homens?»

Por outro lado, num comunicado à população, a Associação de Familiares dos Militares Revolucionários Presos lembra que esses civis e militares se encontram detidos há vinte semanas. «Vinte semanas — afirma-se no comunicado — em que se violaram diariamente os mais elementares direitos dos cidadãos, a coberto da aplicação de Leis Fascistas, e isto dois anos após o 25 de Abril de 1974.»

Acentua-se no comunicado

que se ignoram «premeditadamente todas as transformações verificadas na vida e nas leis que regiam o povo português» a partir daquela data.

Amanhã é Páscoa — e militares e civis continuam presos em Caxias e Santarém: a liberdade ainda não ressuscitou para eles.

"AGREEMENTS" PARA DOIS EMBAIXADORES

De acordo com informações do Ministério dos Negócios Estrangeiros foram concedidos «agreements» pelos governos argentino e indiano a dois embaixadores de Portugal. O novo embaixador em Nova Delhí, dr. Gaspar da Silva, nasceu em Coimbra em 1928, formou-se em direito na universidade dessa cidade e prestou serviço, até agora, em Carachi, Madrid, Tananarive, Montreal e Paris.

O novo embaixador em Buenos Aires, dr. Alfredo Lencastre da Veiga, nasceu em Macau em 1918, formou-se em Direito na Universidade de Lisboa e

prestou serviço nas missões diplomáticas portuguesas em Londres, Buenos Aires, Montevideo, Rio de Janeiro, Adis Abeba e Paris. Mais tarde, com credenciais de embaixador, esteve no Cairo, em Atenas, em Otawa e no Cairo.

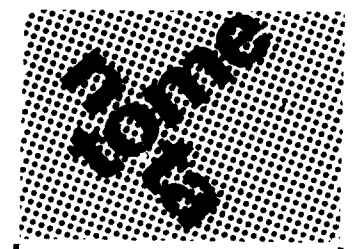
Vitor Crespo

Continuação da pag. 1

o que estabelece privilégios especiais para cidadãos portugueses residentes em Cabo Verde e cidadãos cabo-verdianos residentes em Portugal, tanto no que respeita a direitos e garantias individuais como aos seus bens patrimoniais.

Depois de revelar também ter sido negociado na Praia um empréstimo financeiro de Portugal a Cabo Verde no montante global de 125 mil contos, que será concedido em três anuidades, a primeira das quais de 30 mil contos em 1976, Vitor Crespo salientou que «a cooperação bilateral entre os dois países deverá orientar a nossa vida futura e assim se estabelecerão laços mais estreitos e amplos entre Portugal e Cabo Verde.»

Por sua vez discursando em Cabo Verde no encerramento das conversações entre Portugal e aquela ex-colónia, o ministro Vitor Crespo salientou que «a cooperação bilateral entre os dois países deverá orientar a nossa vida futura e assim se estabelecerão laços mais estreitos e amplos entre Portugal e Cabo Verde.»



O 115

Tempo de intimidação, de denúncias, de buscas à procura de armas... de cubanos.

Tempo, também, de ameaças de morte.

Os fascistas tentam a conquista do passado.

Entendido como parte integrante da reedição daquilo que se passou no Sul logo após o 25 de Novembro, o infatigável do 105, em Matosinhos, foi alvo de uma busca, há quatro dias, por forças policiais.

Algo mais do que o pânico causado nas crianças e a total falta de fundamento da denúncia ficou patente.

Vítima de ameaças de morte, um antifascista da comissão instaladora, suspeitando que o «ameaçador» tinha sido o «denunciante» (que a P. S. P. deve saber quem é), interrogou-se junto do comandante da força sobre qual a atitude da Polícia em sua defesa como cidadão.

Resposta: quando vir algum suspeito chame o 115.

UMA BANDA DESAFINADA

Pelas nove horas da manhã do passado dia 12, junto do edifício do Governo Civil do Porto, Uns tantos agentes da PSP prepararam-se para o içar da bandeira. De súbito, soam os primeiros acordes. Apuramos o ouvido e não queríamos acreditar. Mas a realidade era mesmo essa: a charanga da PSP chegava ao local, para participar na cerimónia, ao ritmo da tristemente célebre marcha «Angola é nossa» de Salazar-Caetano! Talvez seja tempo desta banda desafinada actualizar um pouco o seu repertório...

Referindo-se às relações de Portugal com as ex-colónias, o ministro da Cooperação disse encará-las num «contexto de total independência e de respeito mútuo, mas também de compreensão e interajuda», acrescentando que para que isso se verifique «sem fenómenos de intolerável ingerência» é necessário que se estabeleça entre os governos «um clima de franco diálogo».

Abordando depois um dos aspectos que na sua opinião determinam uma solidariedade mais estreita entre os dois países isto é, a existência de uma comunidade de cerca de 40 mil cabo-verdianos em território português, afirmando que «é este eventualmente o problema mais grave que Portugal atravessa neste momento. Ao contrário do que acontece com os emigrantes portugueses na Europa em que os postos de trabalho que ocupam não são em geral requeridos pelos nacionais dos países em que vivem — cabo-verdianos em Portugal concorrem em plano de igualdade completa de interesse com os cidadãos portugueses aos lugares onde exercem a sua actividade.»



eleições

O OUTRO
ABRIL

A reacção

O carácter arcaico da grande burguesia portuguesa, verdadeiro suporte do fascismo, incapaz de se mover noutros terrenos que não fossem os da ditadura, determinou na classe dominante, face ao 25 de Abril de 74, um comportamento que nunca soube, quis ou pôde acomodar-se à realidade pós-fascista, reorganizando-se com máscara moderada, centrista, de maneira a motivar as forças reaccionárias para uma perspectiva de algum modo «democrática», reabsorvendo-as, contendo-as e canalizando-as para um novo curso, semelhante àquele que as grandes burguesias francesa e italiana, por exemplo, ambas vendidas ao imperialismo e traidoras à pátria, souberam encontrar depois da guerra e do fim do nazi-fascismo, com a cumplicidade política e o apoio económico dos Estados Unidos.

Aqui, na martirizada terra portuguesa, os senhores dos monopólios e dos latifúndios reagiram de modo inverso: perdida a vaza autoritária do spinolismo, os herdeiros de Salazar e de Caetano desfraldaram o estandarte catolicista, organizando à sombra desta sigla uma poderosa frente reaccionária cuja base de massas é o vespereiro de um mundo dito «católico» (metemos a palavra entre aspas, em homenagem à memória do grande Papa João XXIII e a outros católicos de intenção pura e prática cristianíssima) que ainda não foi iluminado, ou sequer aflorado, pelo espírito do Concílio Vaticano II.

Nas vésperas das eleições para a Assembleia Constituinte, em Abril de 1975, quando a implantação das forças reaccionárias parecia confinar-se apenas às regiões petrificadas pelo obscurantismo, muitos tomaram por irreversíveis as transformações operadas nos grandes centros urbanos, desatentos ao problema de uma profunda e real democratização do Norte e do Centro do País. Foi aí, com as cumplicidades «pluralistas» que todos conhecemos (um exemplo: a violenta contestação, por parte de forças «democráticas», das campanhas de dinamização cultural promovidas pelos militares nas aldeias do interior, na tentativa de abrir uma brecha de novidade num mundo tenebroso e inerte), foi aí, dizíamos, que a reacção se enraizou, organizou e cresceu até estar em condições de tentar com êxito a infiltração nos centros de poder.

Em Abril de 75, muita gente estava longe de supor que um ano depois a direita iria ter fortes probabilidades de recuperar, por via eleitoral, um processo revolucionário tão exaltante como o português. Tais erros de previsão pagam-se caro. Que o diga o povo alemão: em Março de 1933, a Alemanha tem 4 milhões de desempregados, a crise económica e a inflação atingem o auge, sucedem-se as tentativas «putchistas» reaccionárias, explodem bombas e há assaltos por toda a parte, redobram de vigor as polémicas entre comunistas e sociais-democratas (então no governo) que se acusam mutuamente de «social-fascismo». Os nazis ganham as eleições para a Assembleia Legislativa, obtendo dois terços dos lugares no Parlamento. De Março a Junho desse ano, encerram os sindicatos, dissolvem os partidos, prendem ou matam os opositores, liquidam a Constituição que prometeram respeitar quando foram eleitos e promulgam duas leis: uma criando tribunais políticos de excepção, outra sobre a função pública e os empregos, permitindo a purga política e anti-semita.

E. S.

GOVERNO DE ESQUERDA: QUE FUTURO?

RODOLFO CRESPO (PS)

“Formar um governo socialista homogénio”

Fa ando em nome do seu partido, o dirigente socialista Rodolfo Crespo concedeu uma entrevista à IPS na qual referiu a campanha eleitoral em curso e a situação política que lhe é adjacente.

— Que programa político apresenta o seu partido e em que tipo de actuação se empenhará durante a campanha eleitoral?

Nos últimos meses, viveu-se em Portugal uma revolução que foi mais ideológica que concreta. Isto é compreensível se pensarmos que, durante 48 anos, estivemos amordaçados. Deu-se uma explosão e todos começamos a idealizar o tipo de sociedade que iríamos construir. Com tudo isto esquecemos com frequência o estado real do País e o PS começou a chamar a

atenção dos responsáveis militares e de outros grupos políticos para a necessidade de concretizar a Revolução, que deve ser integrada no contexto social português e segundo os condicionamentos económicos do País. Consequentemente, a nossa campanha vai desenvolver-se em torno dos problemas concretos, deixando um pouco na sombra os problemas ideológicos. Trata-se de salvar a Revolução e daí a necessidade de não se perder a sua base de apoio, de evitar que a revolução democrática se torne instável por razões de deterioramento económico e social.

O dirigente socialista referiu-se, em seguida, à herança deixada pelo fascismo e pelo colonialismo, com uma situação económica absolutamente artificial, na qual a ba-



lança de pagamentos era equilibrada não pela produção mas antes pelas remessas dos emigrantes e pelo rendimento derivado do turismo, existindo também o protecçãoismo através dos mercados garantidos que eram as colónias, o que

permitia que as empresas não se modernizassem, não fossem competitivas, sobrevivendo com uma política salarial injusta que submetia o trabalhador português a uma exploração

Continua na página dois



ABOIM INGLEZ (PCP):

“É possível uma maioria de esquerda”

Os resultados das próximas eleições darão uma assembleia com maioria democrática, uma maioria de esquerda, e evidentemente com a participação do PCP, afirmou na entrevista que concedeu à Interpress, o membro do Comité Central do Partido Comunista

Português, Carlos Aboim Inglês.

CAMPANHA ELEITORAL

Esta campanha eleitoral vai desenvolver-se certamente com muitas tensões. Em termos gerais, como tencionava o PCP conduzir a sua campanha e quais os temas que vai debater durante o período eleitoral?

No que toca à campanha eleitoral estas eleições têm-se desenvolvido com mais tensões que as do ano passado. É um aspecto que preocupa particularmente o Partido Comunista. No entanto, esperamos que as conversações dos partidos com os responsáveis do poder político-militar tenham resultados benéficos. O ano passado havia muitas regiões do País aonde não tinha chegado o 25 de Abril. A situação agravou-se, entretanto, este ano, pois há regiões onde os poderes locais dominados pela direita reaccionária, e inclusive fascista, impedem o exercício das liberdades democráticas, e particularmente pa-

Continua na página três





Programa Eleitoral do MRPP (resumo)

A participação do MRPP nas eleições para a Assembleia da República é parte integrante da tática de realizar, o seu programa fundamental, que é dirigir as massas populares para a conquista de uma sociedade sem classes, uma sociedade sem exploração do homem pelo homem.

Na luta pela realização desse programa fundamental, o MRPP parte sempre da análise concreta das características da sociedade hoje existente no nosso País.

O MRPP considera que a actual fase da Revolução é a revolução democrática popular e aponta à classe operária e ao povo trabalhador os objectivos essenciais da fase da Revolução em curso, bem como os meios de os atingir.

Participar nas eleições — sabendo à partida que elas são uma manobra da burguesia que a ajude a debelar a crise e a dominar o impeto revolucionário das massas em luta contra a fome, a miséria e o desemprego — justifica-se pelo facto de que subsistem em largos sectores do povo as ilusões eleitorais. A classe operária (como todo o povo, aliás) não busca lugares no Parlamento para fazer deles «moinhos de palavras num covil de parasitas». O partido da classe operária, o MRPP, utiliza as eleições e utilizará o Parlamento apenas para contribuir (e

contribuir poderosamente) para a consciencialização e organização das massas.

Éis porque o MRPP, ao contrário dos partidos burgueses, dos partidos traidores, não tem dois programas, um para as eleições e o outro.

O programa do MRPP é simples. O povo deve e vai apoiá-lo.

A situação política do nosso país caracteriza-se por uma luta aguda entre a revolução e a contra-revolução. O campo da revolução é constituído pela esmagadora maioria do povo e, para resolver vitoriosamente a sua favor a guerra de morte que os seus inimigos lhe movem, o povo deve ser dirigido pela classe operária e, mais particularmente, pela vanguarda organizada, da classe operária, o partido da classe operária, o MRPP. O campo da contra-revolução possui peculiaridade que o povo defronta pela primeira vez na História e que a classe operária portuguesa vem esclarecendo no desenrolar do processo da Revolução. A contra-revolução portuguesa possui dois centros dirigentes, o que quer dizer que, entre si, existem contradições, existe luta, existe uma disputa. No entanto, estão confabulados, existem acordos, existe um conluio. Este conluio e essa disputa, porque ambos no campo da contra-revolução, são contra o povo. Quer dizer: os dois centros da contra-revolução — fascistas e social-fascistas — conluem-se entre si contra o Povo; e disputam-se entre si contra o Povo.

O Povo tem, pois, um inimigo com duas cabeças. Tem de abater esse inimigo e, para isso, tem de escolher os meios adequados. Deve, portanto, usar, a seu favor, as contradições que os opõem e estudar os respectivos comportamentos. Dentro desse ponto de vista e situação actual, o que respeita ao social-imperialismo revisionista soviético na nossa Pátria, é a de que foram criadas as bases políticas e económicas essenciais à instauração de uma ditadura social-fascista. Na verdade, o sector nacionalizado pelo Estado burguês e o seu serviço é o campo de penetração ideal para a dominação social-imperialista que se verifica de facto; nos campos é a reforma agrária social-fascista, que mais não pretende que criar a nova burguesia rural, constituída pela caciagem social-fascista e com a finalidade única de substituir a velha burguesia, os latifundiários e os grandes agrários de tipo velho. O minigolpe de Estado que constituiu o reconhecimento da chamada República Popular de Angola é uma manobra com a mesma finalidade, como oportunamente o nosso partido denunciou e analisou.

No que respeita ao outro sector da contra-revolução, os fascistas, o Povo conhece-os de há cinquenta anos, sofreu esse tempo de infâmias e de opressão, esse sector mantém, ainda, actualmente, o essencial do antigo aparelho de Estado, que é, aliás, alvo da disputa com o outro sector social-fascista.

Neste momento o sector social-fascista tem um novo golpe em preparação, golpe que o povo deve impedir, golpe que a Imprensa do MRPP denuncia e analisa, golpe para cuja contenção a classe operária e o povo e devem mobilizar, como, evidentemente, para qualquer golpe de qualquer sector da contra-revolução.

Fascistas e social-fascistas, a exploração burguesa, no seu conjunto conduziram a economia portuguesa para uma crise de profundidade e amplitude crescentes. A situação é que existem 600 000 desempregados: mais de 300 000 retornados pobres; a taxa do aumento do custo de vida ronda os 20 por cento; o «défice» orçamental passou de 11 para 33 milhões de contos; em 1976 poderá atingir uma verba superior aos 40 milhões de contos; as reservas em divisas estrangeiras já se esgotaram; as reservas-ouro estão a ser consumidas a um ritmo que permite avaliar que no fim do corrente ano estejam esgotadas.

A balança das nossas relações comerciais com o estrangeiro verificará um «défice» da ordem dos 50 milhões de contos.

A situação é de crise. Crise de economia, em que se assiste a uma colossais destruição das forças produtivas, através do desemprego maciço e, portanto, fome e miséria, e através do encerramento ou paralisação total ou parcial, de milhares de unidades de produção, e, portanto, também, fome e miséria.

A situação é de crise. Crise do Poder, em que a burguesia quer consolidar o Poder (quer «estabilizar...») e o proletariado, com as camadas revolucionárias do povo suas aliadas, quer tomar o Poder.

É a classe operária que deve tomar em mãos a resolução da crise, à sua maneira. E essa maneira é, para o imediato, a aplicação do horário das 40 horas, e a aplicação do controlo operário. O controlo operário deve ser transformado num conhecimento prático e numa aplicação prática. Não pode haver controlo operário se os operários não estiverem organizados, se os operários não erguerem os seus órgãos da vontade da classe dos proletários a nível de todos os sectores da produção e a nível nacional. A política e o programa do MRPP são a constituição desses órgãos, pelo que houver de mais avançado, mais intrínseco, mais lutador e mais decidido no seio do proletariado. O MRPP diz aos operários que o controlo operário não é o socialismo, mas um passo que aproxima a classe operária da consciência da organização e da necessidade da tomada do Po-

der.

O controlo operário implica o trabalho obrigatório para todos os indivíduos aptos, o que significa que o programa do MRPP é o programa do pleno emprego. O pleno emprego deixa de ser o voto piedoso dos filisteus e passa a ser uma obrigação imposta pelos operários.

O controlo operário não fica por aqui: é o controlo estrito sobre todas as forças produtivas existentes, desde a força de trabalho às matérias-primas. E exerce-se em todas as esferas: da produção ao consumo, passando pela distribuição, tratando-se não apenas de ver como é mas principalmente de fazer, de planejar de acordo com os interesses dos operários e não com os do patrão, que são a exploração e o lucro. O programa do MRPP é o da mobilização de todos os recursos, naturais e humanos, para sair da crise de uma maneira proletária. É esse o programa que os candidatos operários estão mandatados para defender e aplicar.

Os assalariados rurais são a força dirigente nos campos, são a vanguarda da revolução camponesa. O programa do MRPP é o da defesa da resistência por todos os meios e organizada, dos ataques conjugados da classe burguesa, dos latifundiários, grandes agrários e monopólios e todos os partidos seus agentes, desde o CDS ao PCP, contra a revolução nos campos. O programa do MRPP é defender as conquistas da revolução camponesa, consolidar as vitórias e preparar os novos combates. É organizar e centralizar o movimento das cooperativas camponesas. É unir os assalariados rurais aos camponeses pobres e aos outros sectores do povo, nomeadamente o proletariado das cidades. O programa do MRPP é traçar uma política que una sob uma bandeira única os camponeses pobres, todas as camadas revolucionárias do povo com o proletariado das cidades na longa marcha para a vitória.

Os camponeses pobres, juntamente com os assalariados rurais, constituem o mais seguro aliado dos operários. Sem eles, e muito menos contra eles, a revolução não poderá ser levada até ao fim. O programa do MRPP para os camponeses pobres constitui uma aplicação particular da palavra-de-ordem «A Terra a quem a trabalha». Na verdade é a ruína que espera os camponeses pobres, é a ruína generalizada em vastíssimas regiões do nosso país onde essa camada de classe predomina nos campos. Como pode um camponês pobre aguentar os juros, as hipotecas, a usura? Como pode ele pagar as dívidas e as alcavalas? Como pode ele pagar os adubos e os produtos da indústria de que necessita? E os impostos que o próprio Estado vai extorquindo paulatinamente? — Estas são as ajudas e os programas da burguesia para os campos. O proletariado pelo controlo, liquidando as dívidas, juros, dívidas e outras usuras, pondo à disposição do camponês os adubos e outros produtos e reduzindo ou acabando com os impostos fornecendo crédito a baixo juro ou sem juro, permitirá, pela primeira vez, ao camponês, trabalhar a terra que é sua; e, no que respeita às formas pré-capitalistas de relações de produção nos campos, o proletariado tem de liquidá-las. Isto não é o socialismo. Pelo contrário: é o capitalismo. Mas os camponeses pobres têm de passar por esta fase enquanto o proletariado os educa, os persuade e os ajuda a compreender que o caminho correcto está na cooperação, na entreajuda, nas formas superiores de cooperação, até a ideia de propriedade da terra perder todo o significado e o solo ser visto como um meio de produção usufruído pela sociedade. Na actual fase, o MRPP indica aos camponeses pobres o caminho de se associarem, de se unirem, de defenderem os seus interesses, de fazerem ouvir a sua voz, de constituírem os seus órgãos de vontade, de cerrarem fileiras com os operários, de cimentar a aliança operária-camponesa.

Os soldados e marinheiros são o braço armado imediato da Revolução. Dentro dos muros dos quartéis, no interior das casernas, travam duras lutas contra a disciplina militarista. São obrigados a organizarem-se clandestinamente. O MRPP é o único partido que os apoia. Apoia as suas justas lutas e denuncia o uso — como carne para canhão — que os golpistas de todos os quadrantes, com os social-fascistas à cabeça, tentam fazer deles. O MRPP, enfim, é o único partido que apresenta candidatos soldados e marinheiros.

Com responsabilidade que lhe advém do facto de ser o partido com maior apoio entre a juventude, às suas lutas e à sua organização. O MRPP é, por si, um partido jovem, como o atestam as suas listas de candidatos. Mas não basta: no que respeita à juventude estudantil, ele em sabido estar na vanguarda da luta antifascista e social-fascista, ombro a ombro com os seus irmãos operários. O MRPP dá grande atenção à questão da luta da juventude estudantil por uma Escola Nova, democrática, popular, ao serviço dos operários e dos camponeses, por um ensino científico, esclarecido e progressista.

O MRPP sustenta que a mulher na sociedade actual é duplamente explorada. A mulher trabalhadora é mais de metade da população do País. O MRPP é o partido que guia a mulher trabalhadora na sua organização, na sua luta, na sustentação das suas conquistas. O MRPP defende a mulher trabalhadora, os seus direitos especiais, e, quanto à questão geral do salário, sustenta o justo princípio de que para trabalho igual, salário igual.

A luta pelo direito ao alojamento, travada, corajosamente, desde o dia 25 de Abril de 1974, pelo povo dos bairros populares, sempre foi apoiado pelo MRPP, que lhe apontou a constituição e defesa dos seus órgãos de vontade próprios. O MRPP defende que todo o trabalhador tem direito a uma habitação digna e que esse direito deve ser assegurado pelo próprio povo dos bairros populares com o nosso partido à cabeça, até o futuro Governo Popular resolver definitivamente o problema que é, sobretudo, da classe operária, nas grandes cidades. O controlo operário deve exercer-se na questão da habitação.

A política de Independência Nacional, para a classe operária, consiste no escorrimento de todos os militares estrangeiros que pisam e conspurcam a nossa Pátria, o desmantelamento de todas as bases militares estrangeiras, na denúncia de todos os tratados desiguais, e, particularmente, os tratados imperialistas que nos ligam à NATO e ao Pacto Ibérico.

A Independência Nacional é, ainda, para o proletariado revolucionário, nacionalizar os monopólios e empresas estrangeiras, incluindo, evidentemente, as ligadas ao social-imperialismo, que começam a popular no nosso país, acompanhando essas medidas pelo completo escorrimento de todos os agentes do social-imperialismo e suas tentativas de abocanhar a meta de nacionalização na economia burguesa.

A política de Independência Nacional passa ainda pelo estabelecimento de relações diplomáticas, económicas e outras com todos os países do Mundo, independentemente dos regimes sociais neles existentes, na base da igualdade, da não ingerência nos negócios internos mútuos.

A política de Independência Nacional baseia-se no internacionalismo proletário, que liga os povos do Mundo à classe operária de todos os países.

O MRPP é um partido autenticamente comunista, que luta pelo estabelecimento de um Governo Popular, de uma República Democrática Popular, do socialismo e do comunismo.

O MRPP concorre às eleições para eleger uma fracção comunista no Parlamento, onde essa representação operária seja uma intransigente defensora da classe operária, do povo, de todos os explorados do nosso país.

Viva o MRPP! A voz da revolução na Legislativa!



O Partido Revolucionário dos Trabalhadores propõe candidatos à Assembleia da República apenas pelos círculos eleitorais de Coimbra, Lisboa, Porto e Setúbal.

Nas listas apresentadas pelo PRT, há uma forte percentagem de mulheres (50), correspondendo a 37 por cento do total de candidaturas propostas. Entre as profissões e ocu-



Continuação da página um

ra o PC, isto é muito negativo. Discriminações, actos provocatórios e um ambiente terrorista estão já a criar condições negativas para as eleições e isto é razão poderosa para que o PCP se empenhe profundamente nesta campanha, já que ela representa para nós uma batalha pela liberdade e pela democracia e, dos seus resultados, dependerá muito o próprio futuro democrático que desejamos ver institucionalizado em Portugal.

O ANTICOMUNISMO

É previsível uma polarização à esquerda e à direita. Por isso interessará às forças reaccionárias que o PC seja o «bom da festa». Como vai reagir o PC perante o anticomunismo que serve os fins eleitorais dos sectores ao serviço da recuperação do capital?

O carácter anticomunista da campanha eleitoral apenas servirá à direita como «cortina de fumo», mediante a qual pretenderá atingir não só o PC mas intimidar todo o conjunto das forças democráticas.

Não deixaremos de denunciar o anticomunismo em todas as circunstâncias, venha de quem vier. O anticomunismo não atinge apenas os comunistas mas a todos os democratas e defensores do progresso. Combateremos ainda o anticomunismo na medida em que por detrás dele esconde-se a direita reaccionária. Nós comunistas, pensamos que não é isolados que se avança: a tônica unitária será uma constante em toda a nossa campanha eleitoral.

As declarações publicadas em certa Imprensa sobre a união da Constituição e a unidade que houve na Assembleia Constituinte entre os deputados do PS, PCP e MDP são factos contraditórios. Qual a opinião do PCP acerca disso?

Há determinadas forças políticas que caem em contradições demagógicas. Basta ver os editoriais de publicação como «O Dia» e o «Tempo» (órgãos de informação ligados à direita) para perceber as razões dos que pretendem a revisão da Constituição. Os mesmos sectores que votaram por essas conquistas estão agora a pô-las em causa. Nós pretendemos conduzir o País à estabilização institucional para conquistar-se a democracia em

Já afixados os editais indicadores do local onde o eleitor vota

Segundo um comunicado do Ministério da Administração Interna, os editais em que os eleitores poderão verificar a secção de voto a que pertencem e o local onde irão votar estão já afixados por todo o País. É o seguinte o teor da nota do M.A.I.:

«Continuando a divulgar os aspectos mais importantes relacionados com o próximo acto eleitoral, o Secretariado Técnico dos Assuntos Políticos e Eleitorais lembra que, na fase actual, as comissões administrativas das Câmaras Municipais, em colaboração com as Juntas de Freguesia, estão a iniciar a montagem nos locais de voto das câmaras e urnas de voto necessárias ao acto eleitoral, enquanto estão já afixados por todo o País os editais nos quais os eleitores poderão verificar a secção de voto a que pertencem e o local onde irão votar. Note-se, a propósito, que a existência, este ano, de quatro cadernos eleitorais distintos (definitivo e suplementar de 1975 e definitivo e suplementar de 1976) deve ser tomada em consideração

na consulta dos editais por todos os eleitores. Assinale-se que, dos citados cadernos, serão tirados, pelos membros das mesas, duas cópias ou fotocópias onde serão feitas as descargas dos votantes.

Entretanto, estão já distribuídos todos os boletins de voto e demais documentos necessários à eleição, operação que contou com a colaboração da Força Aérea, que, em curto espaço de tempo e par do Exército e forças militarizadas, colocou à disposição dos governadores civis todo o material a utilizar no dia da eleição.

Realizou-se, por outro lado, no dia 14, um primeiro treino global do sistema de escrutínio provisório, ao qual se seguirão outros dois, respectivamente nos dias 20 e 23, para afinação dos últimos pormenores. Neste ponto, deve destacar-se a importante função dos CTT e TLP no rápido processamento dos resultados e, bem assim, da P.S.P. na montagem do sistema de segurança do centro de escrutínio provisório da Gulbenkian.»

A CAMPANHA NA RÁDIO E NA TELEVISÃO

HOJE

Radiodifusão Portuguesa: 19 — AOC; 19 e 10 — PS; 19 e 30 — FSP; 19 e 40 — LCI; 19 e 50 — CDS; 20 — PRT; 20 e 10 — CDS; 20 e 20 — PS.

Rádio Renascença: 10 e 10 — UDP; 10 e 20 — PS; 23 — PC de P (ml); 23 e 10 — PPM; 23 e 20 — FSP; 23 e 40 — UDP; 23 e 50 — PPD.

Radiotelevisão Portuguesa: 13 e 30 — UDP; 21 — PPD; 21 e 10 — PDC; 21 e 20 — PCP; 21 e 30 — PC de P (ml).

AMANHÃ

Radiodifusão Portuguesa: 19 — MES; 19 e 10 — AOC; 19 e 20 — UDP; 19 e 30 — PC de P (ml); 19 e 50 — PDC; 20 — MRPP; 20 e 10 — LCI; 20 e 20 — PPM.

Rádio Renascença: 18 e 30 — MES; 18 e 40 — LCI; 23 — PPD; 23 e 20 — FSP; 23 e 30 — MRPP; 23 e 40 — PPD; 23 e 50 — PPM.

Radiotelevisão Portuguesa: 20 — MRPP; 20 e 10 — PS; 20 e 20 — CDS.

Muitos estudantes nas listas do PRT

pações dos candidatos, as mais representadas são os estudantes (43), os empregados de escritório, bancários e trabalhadores de serviços (36) e os operários (19), com percentagens, respectivamente, de

31, 26 e 13,5 por cento. Encontramos ainda 13 professores, 1 médico, 2 jornalistas, 2 costureiras, 6 domésticas, 2 tradutores, 1 contínuo, 1 desenhador, 2 telefonistas, 1 empregado da indústria hoteleira, 1 fotógrafo,

1 caixeiro, 1 estivador, 1 motorista, 1 vendedor, 1 cortador, 1 reformado e 1 assistente social. Cinco candidatos pertencem a comissões de trabalhadores e 4 são dirigentes ou delega-

dos sindicais.

Passamos a divulgar as listas do PRT:

Lisboa — João Cardoso, José Sequeira, António Sá Leal, Abílio Pimenta, Maria Emília Ruiz, Paulo Mendes, Maria Cândida Pinheiro, Sebastião Pereira Rei, Alcina Leiria, Paulo Nogueira, António Carrilho de Oliveira, António Anacleto Louça, Gil Garcia, Maria Júlia Alexandre, Luís Carlos Leiria, Maria Julieta Santos, Luís Pedro Pinheiro, José Silva, Manuel Santos Janeiro, Manuela Ferreira, Virginia Nogueira, Ana Lourenço, Orlando Santos, António Santos, Rosa Maria Duarte, Ana Baptista, Francisco Santos, José de Oliveira, Olga Canelas Silva, José de Almeida, Luís José de Oliveira Moreira, António Augusto Passo, Preciosa Ferreira Nunes, Alberto Alves Pimenta, António Vieira Grosso, Marina Pólvora Duarte, José Luís da Silva Teixeira, João Cecílio Reis Botinas, Mariana Rosa Barradas, Miguel Maria Avilez, Rui José Alecrim, Manuel Maria Pimenta, Manuel Pedro Silva Monteiro, Elsa Maira Feliciano da Silva, Afonso Eduardo Frade, Maria Conceição Salvador, Maria Ermelinda Carvalho, Crisalda Jorge, Emília Pimenta, António Augusto Sousa, Artur Manuel Soudo, Carlos Magno Marques, José Maurício, Maria Violante Câmara Leme, Francisco José Major, Maria Lurdes Cunha Silva, Francisco Mendonça Torres, Jaime Silva Simões, Maria Lurdes Albano Soares.

Suplentes: Maria Emília Oliveira, Rui Fernandes, José Manuel Nogueira, Maria Luísa Calvet e Henrique Pires.

Setúbal — Manuel Baião, António Marques, Francisco Avilez, Acácio Pinheiro, José Cortez, Alexandra Luís, Ana Isabel Entrudo, José Araújo, Vitor Silva, Maria Emília Carvalho, Maria Celeste Ribeiro, Sérgio Rodrigues, Fernando Pinheiro da Silva, Maria Luísa Fazendas, Vitor Manuel Ferreira, Maria Arlette Vieira da Silva.

Suplentes: Mário Monteiro, José de Barros Serra, Margarida Carvalho, Jorge Correia, Vitor Martins Correia.

Coimbra — Carlos Liz, João Pascoal, Isabel Simões, Cristina Ferreira, Pedro Alpoim, Pedro Silva, Francisco Mendes, Maria Gonçalves, Albano Gramaça, Carlos Câmara Leme, Maria Duarte, José Martins.

Suplentes: Orlando Felisberto, Maria Teixeira, António Ferreira, Vitor Ferreira, João Jesus.

O riso eleitoral

Por BAAR

SABE, O P.P.D. DEVE ANDAR MUITO PREOCUPADO!



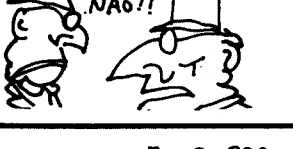
COM AS DISSIDÊNCIAS?



COM A FALTA DE APOIO DAS SOCIAL-DEMOCRATAS?



COM AS SUAS LIGAÇÕES GOLPISTAS?



ENTÃO??? COM OS ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS NA CHINA!!!



Aboim Inglez (P.C.P.)

Portugal, que passa pelo respoito da Constituição.

Há elementos que logo a seguir ao 25 de Abril começaram a jogar na divisão dos militares do MFA, a pôr militares contra militares. São esses os mesmos sectores que defendiam o regresso imediato dos militares aos quartéis, dizendo que a democracia apenas se faz com civis. Foram eles precisamente os que tentaram instrumentalizar os militares. Essa não é a nossa política.

O VOTO NA ESQUERDA

Não acredita o PCP numa dispersão de votos à esquerda? Não haverá muitas, demasiadas forças, que se afirmam socialistas?

Tentaremos mobilizar uma frente única que se exprima eleitoralmente de maneira válida e útil para a Esquerda. Em cada momento político deve-se estar de acordo com a conjuntura que se vive. Neste momento, na actual situação concreta isso apenas é possível com uma forte votação no PCP. O ano passado tivemos cerca de 700 mil votos num partido com cerca de 100 mil membros. Quer dizer, seis em sete pessoas que votaram em nós não pertenciam ao Partido. Eles votaram não por serem comunistas. Votaram por um programa, por uma linha, por uma ideia que lhes apresentamos. Nesta situação os sectores de esquerda verão o seu voto útil votando no PC. Por isso pensamos que vamos aumentar bastante a nossa votação.

Dado que pode haver uma votação muito equilibrada, nem o PPD, o CDS terão maioria, nem o PS terá 40 por cento — ganha especial importância a eleição de um presidente de República que ficará junto ao Conselho da Revolução com muitos poderes. Como vê o PC esta situação?

É difícil fazer previsões, já que as sondagens quando muito podem mostrar ou dar indicações sobre tendências gerais sempre que haja uma prática eleitoral continuada, o que não existe em Portugal tornando-se difícil fazer vaticínios sobre o resultado das eleições. De uma maneira geral pode dizer-se que o PC vai aumentar. Da mesma maneira, podemos dizer que o PS vai baixar e que o CDS (Centro Democrático Social, extrema-direita legal) vai aumentar. O PS vai perder à esquerda e à direita, como fruto da política que seguiu, e da alteração da situação política desde há um ano. Quanto às combinações possíveis, o nosso objectivo é criar as condições para que as posições de esquerda se vejam fortalecidas, já que isso contribuirá para aproximar o PS de posições unitárias, junto aos militares democratas, ao Con-

selho da Revolução que, aplicando a Constituição, institua um regime democrático.

QUE GOVERNO?

O PC apoiaria um Governo que fizesse aberturas à esquerda. Um governo PS sem o PC?

Não gostamos muito de nos pronunciarmos sobre hipóteses. Se o PC aumenta a sua força, representando sectores ainda mais amplos, será pela contribuição dada durante estes dois anos às conquistas efectivas da nossa revolução. Alguns socialistas falam de uma solução de governo tipo sueco. A nós acusam-nos muito de transplantar modelos. Nós não transplantamos modelos. A realidade é outra bem diferente: a Suécia não é Portugal, o PS sueco não é o PS português, o PC sueco, o partido da esquerda, não é o PC português, portanto não há motivos para transplantar um estilo tal de Governo. Qualquer ilusão de que o PC vá dar os seus votos sem ter voto na matéria, é pura ilusão.

Mas a situação que se pode observar na Europa do Sul é favorável à esquerda em Portugal. Seria muito mau apoiar em Portugal as tensões entre a esquerda, entre o PS e o PC.

É um factor favorável, para a unidade da esquerda nestes dois anos de processo, mas não é o único factor internacional que há. Na Europa há fortes tendências contra a unidade de comunistas e socialistas. Há uma OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) que não admite comunistas nos governos de outros países. A situação no plano internacional é contraditória e as influências em Portugal são tanto positivas como negativas, como por exemplo a de romper a unidade de esquerda. A direita pretende isso. Nós também sabemos que a unidade antifascista feita nestes dois anos era impossível de ser feita por uma força única e tanto no passado, como hoje como amanhã, lutaremos pela criação de uma frente unitária, incluindo para avançar para o socialismo. Nenhuma das revoluções socialistas que há no mundo foi feita pela classe operária isolada, mas sim por esta com os seus aliados. Assim será também em Portugal.

Mas que unidade? Pensamos que desta capacidade poderá sair uma maioria democrática de esquerda que evidentemente, é com o PC.

E com o PS? Sim. Com o PC, com outras forças de esquerda, com o PS e com militares que estão no processo e deram uma preciosa contribuição e têm todo o direito a participar.

Acolheria de bom grado a formulação de um programa que unisse os sectores de esquerda que acaba de mencio-

nar?

Um programa de Governo, unitário, nunca deixou de fazer-se por oposição do PC. Uma plataforma, todavia, não pode ser a imposição de um sector a outro. Uma plataforma não deixará de estabelecer-se por falta de vontade do PC.

Vocês têm já uma posição definida acerca das eleições presidenciais, que se vêem muito ligadas aos actuais problemas do governo?

As eleições presidenciais são de grande importância para a estabilização da situação em Portugal. Atribuímos-lhe grande importância na instauração do regime democrático. Temos o máximo interesse em que o Presidente da República seja apoiado por um conjunto unitário de forças e não seja o candidato de um partido, mas que pudesse contar com o apoio de amplas massas do nosso povo. O candidato deve ser um democrata que se comprometa a respeitar a Constituição. Só assim terá o apoio, a autoridade, o poder moderador e fiscalizador que lhe compete pelo próprio texto constitucional.



Continuação da página um

da qual se não podia defender. E acrescentou:

Ao 25 de Abril seguiu-se uma prática política que desde logo denunciámos como demagógica. Aumentaram-se os salários, o que era justo, mas sem uma contrapartida no aumento de produtividade que não tornasse imprescindível o recurso às reservas monetárias, que começaram a esgotar-se. Quando o PS assumiu as pastas ministeriais relacionadas com a economia, verificou que o montante global dos salários correspondia, grosso modo, ao produto nacional bruto. Houve também uma baixa na produção, não podendo a economia funcionar normalmente. Por um lado, devido à falta de confiança na orientação dada à economia, perdia-se o crédito internacional. Face à nossa política económica realista, começa a estabilizar-se a situação e, consequentemente, dado o ambiente político mais favorável, começa a desenvolver-se o turis-

Rudolfo Crespo (P.S.)

mo.

Rodolfo Crespo advertiu que «há que aceitar um período de austeridade», que se torna necessário com vista à subida do nível de vida dos trabalhadores». E acrescentou: «Com aumentos de salários que não sejam acompanhados por um aumento de produtividade, não se conduz o País para o socialismo e as suas repercussões só favorecem a direita».

De acordo com os vossos cálculos quanto ao resultado das eleições, que tipo de governo preconiza o PS.

Pensamos que ganharemos as eleições, obtendo uma maioria relativa da ordem talvez dos 40 por cento. Na medida em que não haja uma maioria absoluta da direita, ou seja do PPD e do CDS, o PS está disposto a governar sozinho, constituindo um governo homogéneo. A luz da experiência passada, onde governos de coligação apontavam projectos políticos diferentes que não funcionavam, consideramos necessária esta homogeneidade.

Há partidos que nos acusam de adoptar assim uma posição antidemocrática, mas não vemos porque, já que se trata de uma situação com precedentes, como o do actual Governo sueco, em que um governo social-democrata recebe apoio parlamentar dos comunistas, além de que julgamos que esta é a única alternativa possível para a esquerda. Se assim não ocorrer e a direita conseguir a maioria, passaremos à oposição, o que numa situação democrática como

aquela em que agora vivemos, tem quase tanta importância como governar. Lutaremos então no Parlamento, a nível sindical e por todas as formas que a democracia oferece, até uma nova oportunidade para apresentar o nosso programa e ganhar o direito de formar governo».

Rodolfo Crespo argumentou em seguida que não era possível uma coligação com o Partido Comunista já que este partido pelos seus métodos e os meios usados para se apoderar do poder, recusou a prática democrática. A este respeito disse: «A nossa permanência no poder dependerá só da não oposição de uma coligação minoritária, que a existir deverá depender de uma aliança do PC, do PPD e do CDS para nos derrubar, o que nos parece improvável. A Assembleia passada confirma o nosso prognóstico: algumas vezes, no que respeita aos direitos económicos e sociais dos trabalhadores, o PC apoiou-nos, e em outros, especialmente no relacionado com os direitos individuais e públicos, recebemos o apoio do PPD».

Considera o PPD como um partido mais democrático que o PCP?

Bem, até agora o PPD teve um comportamento democrático. As nossas divergências derivam sobretudo dos nossos projectos políticos, que são irreconciliáveis. Afirmam ser social-democratas, mas nós, em perfeito acordo com os social-democratas europeus não os consideramos como

tal. Para se ser social-democrata ou socialista não bastam as declarações programáticas, é necessário uma prática política correspondente e a do PPD é uma prática política de direita».

A terminar, Rodolfo Crespo referiu frequentes afirmações contraditórias de personagens do seu próprio partido, explicando-as como discordâncias individuais naturais que a democracia da organização permite que se tornem públicas. Afirmou, não obstante, que depois das decisões tomadas a nível de direcção do partido, todos se sentem solidários com elas. Apesar do que se passou, por exemplo, com a recente discussão sobre os direitos dos deputados a alterar a Constituição, onde houve discordâncias quanto à posição do partido, uma vez discutido o assunto, esta tornou-se clara.

«Vivemos num período de transição — disse — e como tal aceitamos as estruturas, o Movimento das Forças Armadas, o Conselho da Revolução e outros, que contestariamos numa situação normal. O mesmo ocorreu neste plano. Somos a favor, em termos gerais, da possibilidade de alterar a Constituição, mas, neste período de transição, vimos vantagem em manter uma certa estabilidade. Se em lugar de discutir os problemas concretos nos puséssemos a discutir o funcionamento das próximas instituições nestes período de quatro anos, prejudicaríamos a hipótese de caminhar para a democracia». (IPS)

HOJE

CARTAZ ELEITORAL

C.D.S.

Comício em Faro no Largo da Sé, às 15.30, com a presença do prof. Freitas do Amaral, gen. Galvão de Melo. Comícios em Bragança, às 17.30; Miranda do Douro, às 15.00; Vinhais, às 21.00, nos Claustros do Seminário; Valongo, às 21.30, no Pavilhão Gimnodesportivo; Lou-sada, às 21.30, no Pavilhão Gimnodesportivo, com a presença do eng. Adelino Amaro da Costa.

F.S.P.

Distrito de Setúbal: Alvalade do Sado e Trafaria, às 21.30. **Distrito de Faro:** Boliqueime, às 17.30 horas, na Praça Pública. **Distrito de Leiria:** Alcobaça, às 21 horas no ginásio da escola secundária. **Distrito de Viseu:** Avôes e S. Pedro do Sul, às 21 horas. **Distrito de Santarém:** Rossio ao Sul do Tejo, às 21 horas. **Distrito de Portalegre:** Arronches, às 21 horas. **Distrito de Beja:** Vila Nova da Baronia, às 15.30, Beja, às 21.30 horas. **Distrito da Guarda:** Manteigas, às 21 horas. **Distrito de Viana do Castelo:** Darque, às 21.30 horas. **Distrito de Castelo Branco:** Boidobra, às 21 horas.

L.C.I.

Vila da Feira; Grândola (casa do povo), Peniche (Associação Penichense), Évora (Teatro Garcia de Resende), às 21.30; Vale da Senhora da Póvoa (Castelo Branco), às 21; Ermesinde (casa do povo) e Gaia.

M.E.S.

Aveiro: Válega Vale Maior e Milheiros de Poiares (S. João da Madeira), às 21.30; **Beja:** Albergaria (Beja) e Albergaria dos Fúcos (Cuba), às 21.30; **Castelo Branco:** Penamacor e Covilhã às 21.30; **Évora:** Estremoz (Bairro S. Tiago), às 18; Vale do Pereiro (Evora) às 21 h; **Faro:** Paderne (Casa do Povo), Boliqueime e Cachopo, às 21.30. **Guarda:** Vila Monte, às 15. **Porto:** Gondomar e Miragaia às 21.30; **Santarém:** Santana do Mato e Foros da Branca (Coruche) às 21.30. **Setúbal:** Torrão (Casa do Povo), Santiago de Cacém (Casa do Povo), Sesimbra (Salão Vila Amália), às 21.30. **Viana do Castelo:** Neves, às 15.30; Campos (Centro Cultural) às 21.30. **Madeira:** Ribeira Brava (Funchal), às 16 horas; Câmara de Lobos (Paróquia do Carmo), às 21.

P.C.P.

Distrito de Lisboa: Comícios: Alverca (Vila Franca de Xira); Loures, no Rincque de Patinagem; Pontinha, na rua; Sintra, no Hoquei Clube; Ape-lação, no Largo 1.º de Maio; todas às 16; Damaia, no Largo, às 15; Lisboa, na Praça Paiva Couceiro, às 16 e 30; S. João da Talha, V. Figueira, às 21; Mosca-vide, no Pavilhão do Atlético, às 21 e 30; Sessões: Covei-ras (Cascais); Perdeira dos Húngaros (Oeiras); Queijas

(Oeiras), no Largo Principal; todas às 15 e 30; Torre (Cascais); Alto do Montijo (Oeiras); Linda-a-Velha, (Oeiras); Brandoa (Oeiras); Queluz (Sintra), na Estrada Militar.; Ramada (Loures); Sôusas (Garagem Cardoso), rua 7; Freguesia de Ainhos (Loures), na rua; Odivelas (Loures), no Rincque de Patinagem; todas às 16; Porto Salvo (Oeiras); Algueirão (Sintra), no mercado; Bairro de Santana (Lisboa), às 18; Póvoa (V.F. de Xira), Quintais (Bragadas), às 20; Lisboa, S. Miguel/St.º Estêvão, na C. Boa União; Alenquer, Abrigada; Fetais (Sobral); Cambelas (Torres Vedras); Santo Estêvão (V. Franca de Xira); Ponte de Frielas (Loures); Guerreiros (Loures); Vale de Figueira (Loures), na colectividade; Santa Iria da Azóia (Loures); Lisboa, no Hospital Miguel Bombarda; todas às 21; Lisboa, S. Francisco Xavier, na Escola Paula Vicente; Lisboa, Belém Abóbada (Cascais); Pare-de (Cascais); na Cooperativa da Parede; Almornos (Sintra); Laveiras (Oeiras), no IRPAO; Lisboa, Prazeres, na Soc. Ordem e Progresso; todas às 21 e 30. **Beja:** Ferreira do Alentejo, minicomicio com Alvaro Cunhal, às 13; Odemira, minicomicio com Alvaro Cunhal, às 18 e 30; Trindade (Beja), às 15; Gomes Aires (Almodôvar); Figueira dos Cavaleiros (Ferreira do Alentejo); Moura; todas às 16; Castro Verde (Benavila) ao ar livre, às 16 e 30; Vila Ruiva (Cuba); Póvoa de S. Miguel (Moura), ambas às 17; Vila Azedo (Beja), às 18; Rosário (Almodôvar); Al-deia Nova de S. Bento (Sérga); Selmes (Vidigueira); Vila dos Frades (Vidigueira); todas às 21. **Castelo Branco:** Castelo Branco, comício, no Ginásio da Escola Técnica; Sarnadas de Ródão (Vila Velha de Ródão); ambas às 21 e 30. **Viana do Castelo:** Meadela (Viana do Castelo), na Casa do Povo, às 15; Cerdal (Valença), na escola primária; Vila de Melgaços (Melgaços), na escola primária; ambas às 21 e 30. **Vila Real:** Minas da Borralha (Montalegre no salão do cinema; às 21 e 30. **Setúbal:** Comícios: Torrão (Alcácer do Sal), minicomicio com Alvaro Cunhal, às 12; Lou-Palmela, comício relâmpago; às 15 Lavradio, com Domingos Abrantes; às 16; Lagamaças-Palmela, às 17; Cercal, (Santiago do Cacém), minicomicio com Alvaro Cunhal, às 20; Montijo, na Praça de Touros, com Jaime Serra; Setúbal, no Clube Naval; ambas às 21; Grândola, na esplanada com Alvaro Cunhal; Cova da Piedade, na SFUAP, com Jaime Serra; ambas às 21 e 30; Sessões: Vendas Alcáide — Pinhal Novo (Palmela); S. Domingos (Santiago); Santiago, na escola S. Bartolomeu; Todas às 15; Santa Susana, Jengeis (Alcácer); Carrasqueira-Santa Maria; Arrentela (Seixal), no Ginásio Escola Cavaquinhas; Cruz Pau (Seixal), no Centro Formação Profissional Acelerada; Seixal; todas às 16; Entron-camento (Alcochete), às 16 e 30; Casas Novas (Cercal, Sines); Sines, na escola de Porto Covo, às 18; S. Domingos (Santiago), na escola Vale d'Água, às 20; Alcochete, na Soc. Cultural e Recreativa S. Francisco; Albergaria (Alcácer); Palhaís (Barrei-ro); Moita, no Col. do Pentea-do; Baixa da Banheira-Baixa da Serra (Moita); Sarilhos Pequenos (Moita) no Ginásio; Pegões Gare (Montijo), no Grupo Des-portivo; Arrentela (Seixal), no Barracão Casal Frades; Paio Pires (Seixal), na escola primária Quinta Galega; Cercal (Sines), na Casa do Povo; todas às 21; Almada no Matadouro do Praga-l; Costa da Caparica, na Casa dos Pescadores; Charneca da Caparica, no Clube Val Figuei-ra; Marateca (Palmela), no Po-ceirão Futebol Clube; todas às 21 e 30. **Evora:** comícios: Viana do Alentejo; Estremoz; Portel; Reguengos, todos às 16; Bairro Frei Aleixo (Evora), no Largo; Bairro do Carmo (Évo-ra), na Rua Principal; Bairro dos Três Bicos (Evora), na Rua Principal; todos às 17; Nora (Borba); Montejuntos; Mina, (Alandroal) todos às 21. **Santarém:** Almeirim, na Casa do Povo, com Octávio Pato; Alve-ga (Abrantes); às 21; Rebocho (Coruche); Casal da Charneca (Santarém); Pombalinho (San-

tarém), com Vitor Louro; S. Vi-cente Raul (Santarém), na Casa do Povo; Riachos (Torres No-vas), na Casa do Povo; Aldeia de Santa Margarida; Cem Sol-dos (Tomar); S. Facundo (Abrantes); Liteiros (Torres No-vas). **Porto:** Gondomar (Porto), no campo de jogos, comício, às 21; Areia (Vila do Conde), às 21 e 30. **Faro:** Martim Longo (Alcoutim), na Casa do Povo, às 16; Ilha da Culatra (Faro), às 17; Messines, comício às 18; Odeceixe; Gíões (Alcoutim) na sociedade; Luz (Tavira), na Ca-sa do Povo; todas às 21; Albu-feira, no cinema; Montenegro (Faro), ambas às 21 e 30. **Porta-legre:** Flor da Rosa (Crato); Tramagor (Ponte de Sor); Co-menda (Gavião); Ervideira (Ponte de Sor); S. Vicente (El-vas); Barbacena (Elvas); todas às 21. **Aveiro:** Sarnada do Vou-ga, no salão do Ferroviário; Avelãs de Cima, na escola pri-mária; Guetim, na escola pri-mária; Nogueira da Regedoura, na escola primária; Gafanha da Encarnação, na escola primária; Mealhada, no cinema; Murtosa, no Clube; S. João da Madeira; Lamas, na escola primária; todas às 21 e 30. **Viseu:** Manhouce, (S. Pedro do Sul); Castro Daire; Minas da Urgeira (Negas); Sobral (Vila Meã); Penedono. **Leiria:** Peniche, comício no largo de fronto ao Centro de Trabalho do PCP, com Octávio Pato, às 15; 16; Vieira de Leiria (Mari-nha Grande), descerramento de uma lápide dando o nome de José Moreira a um largo. Com Joaquim Gomes. Guarda: Seia, comício, às 21 e 30; Lamegal; Mangualde da Serra; às 21. **Coimbra:** Inauguração do Cen-tro de Trabalho, com Dias Lou-renço, às 17; Pedrulha, com Dias Lourenço; Carvalhosa; am-bas às 21 e 30.

P.D.C.

Distrito de Leiria: Juncal, no Centro Paroquial, às 16; Porto de Mós, no salão do cinema, às 21 e 30. **Salão de Funchal:** às 21. **Faro:** Querença, às 16; Vila do Bispo; Boliqueime; Budens, todas às 21. **Aveiro:** Severo da Vouga, na junta de freguesia, às 21 e 30.

P.P.M.

Distrito de Aveiro: Alqueru-bim, na casa do povo; Anadia, na escola preparatória; Avei-ro, no Salão Cultural da Câmara, Espinho na piscina Solarium; Ilhavo, na escola do ciclo prepa-ratório; Palhaça, e Vagos, no sa-lão paroquial, todas às 21.30. **Distrito de Braga:** Caldelas (Amares); Rouge (Guimarães), na casa do povo, às 21.30. **Distrito de Faro:** Tavira, no cine-ma, às 16 horas. **Distrito da Guarda:** Algodres e Figueiró da Granja e Matança, às 16 horas; Fornos de Algodres, às 21.

P.R.T.

Distrito de Lisboa: Mafra, às 21. **Setúbal:** Pinhal Novo, às 21.

P.S.

Distrito do Porto: Comício no Palácio de Cristal, com Mário Soares, às 21.30. **Distrito de Viana do Castelo:** Alvarais (Sede do Sindicato, Castelo de

Neiva (Escola Primária), e Frientas (Valença), às 21.30; Ar-cos de Valdevez (Escola do Ci-clo Preparatório), às 15, Seixas Caminha, às 21. **Distrito de Braga:** Mascarenhas (Mirandela), às 21. **Distrito de Santarém:** Mação às 21; Sardool, às 17.30; Ferreira do Zêzere, às 18; Paio Mendes (Ferreira do Zêzere) e Azinhaga do Ribatejo (Golegã), às 21; Vila Nova (Tomar) às 16; Vale de Figueira, às 17; Assei-ceira, Parreira (Chamusca) e Santo Estêvão (Benavente), à 21; Foros da Charneca (Coru-che), às 18. **Distrito de Faro:** Patá de Baixo (Albufeira), S. Marcos da Serra (Silves), Mexi-lheira da Carregação (Porti-mão) Alvor (Portimão), às 21.30; Nave do Barão (Loulé) às 16; Salir (Loulé), às 21; Mon-tegordo e Lagos, às 17; Odeixe às 18; **Distrito de Evora:** Borba, Comício às 18; Estremoz e Ba-catel às 21.30; Pardais (Alandro-al), às 18. **Distrito de Coim-bra:** Espinhal (Penela) às 22; Buarcos, às 17; Penacova, Rio de Vide, Vinhal, Ferreira, Espi-nho (Miranda do Corvo) Vila Verde (Figueira da Foz) Alha-das (Figueira da Foz), Casal da Misarela (Coimbra) Sobral, La-goa, S. Martinho da Cortiça (Arganil), Vila Seca (Condeixa), Vale de Pirras todas às 21.30; Gois (Figueira da Foz) às 21; **Distrito de Beja:** Brin-gel e Trindade às 21.30; Trigaços (Be-ja), às 17; Sobral da Adija (Moura), Vale do Vargo (Ser-pa) Cuba, às 21. 30. **Distrito de Portalegre:** Monforte, Margem (Gavião) Monte Claro (Nisa), e Mosteiro (Portimão) às 21, Marvão e S. Juliano (Portalegre) às 18. **Distrito de Leiria:** Chão de Couce (Ansião) às 20, Pedrogão Grande, Amor (Lei-ria) Maceira (Mari-nha Grande), Albergaria dos Doze (Pombal), Serra do Bouro (Caldas da Rainha) e Vau (Obi-dos), às 21 Figueiró dos Vinhos às 11; **Distrito de Aveiro:** Agua-da de Baixo (Escola Primária), Famalicão Anadia) Luso, Silva-de, Oliveira Bairro, Canedo (Vila Feira) Riomeão, Pessegueiro Vouga, Pampilhosa e Macinhata Vouga, às 21.30; **Distrito de Braga:** Arco de Baulhe, às 21.30; Celorico de Basto, às 15 Vila Verde às 21.30; Comício em S. Torcato (Guimarães) às 21; S. Clemente Sande (Guimã-rães) e Santa Maria de Sirão, às 21; **Distrito de Lisboa:** Dois Portos, Ramalhal, Aldeia Gran-de, Olhalvo, Ota, Algueir, Pero Negro, e Atranhó (Arruda dos Vinhos), às 21.30; Amadora (es-tação e Reboleira) às 10; Belas (Casa de Saúde da Idanha) às 15; Cacém, às 10; Campo de Ourique (Mercado) às 11; Cas-cais (Mercado) às 10, 30; Lapa (Padres Missionários), às 16; Olivais Sul, Parede (Zambujal Soc. Recreativa União), Penha de França (Esc. António Arroi-S João), Vila Franca de Xira (Caxoeira-Esc. Primária) às 21.30; Benfca (Mercado de S. Domingos) e S. Sebastião (Mer-cado do Matadouro), às 10, Fan-hões (Ribas do Tojal), Belém (Ginásio Clube de Casselas), às 21.30; Venda Nova (Largo do Pão de Açúcar), Lumiar (Grupo da Charneca), às 17; **Distrito de Castelo Branco:** Tortozendo e Sarzedo (Covilhã) às 21 horas. **Distrito de Bragança:** Argoreto (Mirandela), Izeda, Vilas Boas e Murais (Bragança) Vinhais e Mascarenhas (Mirandela), às 21; **Distrito de Vila Real:** Parada de Pinhão (Alijó), às 21.

U.D.P.

Distrito de Lisboa: Comício-festa popular: F.R.A.P. / U. D. P. / F. Polissario — Pav. Des-portos, às 21 h — Comemo-rações do 45.º aniv. da Repúbli-ca Espanhola; Barcarena (Que-luz), Sabugo (sociedade) e La-burgeira, às 21 h; Bucelas (casa do povo), e Musgueira-Sul (es-cola), às 16 h; Pedra Furada às 15.30; Ponte Rol às 21.30; Granjal — Largo Principal às 16. **Distrito de Aveiro:** Aveiro comício) — ginásio da escola; Torrão do Lameiro (Aveiro), es-cola; Feira (casa do povo); Vale de Cambra (Bombeiros), todas

às 21.30. Souto Redondo (Arou-ca) e S. Jorge (parque infantil) às 15; Vale de Pessegueiros às 21.30. **Distrito de Beja:** Ouri-que; Almodôvar; Boavista todas às 21. **Distrito de Braga:** Bairro (Famalicão) — escola primária às 21.30; Comício, Fafe — Bom-beiros às 21.30. **Distrito de Cas-telo Branco:** Minas das Panas-queira; Bolsa (Minhas) ambas às 21 h. **Distrito de Coimbra:** Con-deixa (casa do povo) e Formo-selha (C. R. P. da Formoselha), às 21.30; Alcabideche (salão particular), às 21 h; **Distrito de Évora:** Cíborro às 21 h; **Distrito de Faro:** Cabanas às 21.30 h; Alte e Portimão (cine esplanada), às 17 h. **Distrito do Fun-chal:** Coração de Jesus (escola), às 20 h. **Distrito da Guarda:** Fozosinho às 21 h; Vila Cortes da Serra às 17 h; **Distrito de Leiria:** Caldas, Pero Neto; Pataias; **Dis-trito de Portalegre:** Ouguela (es-cola primária) e Fortios (casa do povo) às 21 h. **Distrito do Porto:** Arouca, Socorros Mútuos Freamunde; Paços de Ferreira, às 15 h; Comício Trofa (St.º Tirso) às 21 h; Escola Vila Garcia, Amarante; Bombeiros Volunt. Felgueiras, em Felguei-ras; Cine-Teatro Valbom em Gondomar; Escola Primária Conceição em São Mamede; Sa-

lão Paroquial Maçarelos (Por-to); Escola Primária Bairro de Francos (Porto); Escola Pri-mária Lugar de Parenhos; Esco-la Primária Lordelo (St.º Tir-so); Escola Primária Araújo (Leça do Balio — Matosinhos); Escola Primária Sê (Porto); Centro Social Miragaia (Porto); Centro Social do Bairro do Re-gado (Porto), todas às 21 h. **Dis-trito de Santarém:** Comício em Santarém, Pernes, ambos às 21 h. **Distrito de Setúbal:** Pegões (Sociedade Recreativa de Pegões), às 17; Canha (casa do po-vo), Baixa da Banheira («Chin-quilho»); Rio Frio (grupo des-portivo); Setúbal (B.º Fara-lhão) na Sociedade Faralhão; Santana (Sociedade Santanense), Ermidas-Sado (Soc. Recreio Sul Sado); Comporta (Soc. Recrea-tiva Comporta) e Lavradio (S. F. A. L.) todas às 21 horas. **Dis-trito de Viana do Castelo:** Ar-cos de Valdevez (Casa do Povo Soarjo), às 15.30; Casa do Po-co S. Julião de Freixo e Vila Praia de Ancora (escola pri-mária), às 21.30. **Distritos de Vila Real e Bragança:** Carvalhe-lhos às 21 h; Godim e Folgosa do Douro, às 21.30. **Distrito de Viseu:** Paradinha (Viseu) e Ne-las (Nelas), às 21.30.

Comício do C.D.S. interrompido em Chaves

Abriram brechas e começam a ruir as muralhas de algumas praças fortes do CDS no Norte do País.

Anteontem em Chaves manifestantes gritando «Morte ao Elp e a quem o apoiam», «Morte ao fascismo, liberdade para o povo», «Nem Carneiro nem Amaral, independência nacional» interromperam um comício do CDS que decorria no Largo do Arrabal daquela cidade, com a presença do dr. Freitas do Amaral, que deveria encerrar a sessão.

Os manifestantes irromperam no local quando usava da palavra uma candidata do CDS pelo distrito de Chaves.

Geraram-se confrontos físicos entre manifestantes e elementos do CDS que a PSP não conseguiu sanar, e só terminaram com a intervenção de uma força da GNR.

Dois feridos que receberam tratamento no hospital local e a prisão pela PSP de um indivíduo que ostentava um em-

blema do PPD foi o balanço do conflito.

Depois de Caminha, é o segundo comício do CDS interrompido no Norte do País. nos últimos dias.

C.N.E. CONTRA A VIOLÊNCIA

Um apelo às autoridades no sentido de tomarem providências relativamente aos actos de violência ocorridos na campanha eleitoral, é um dos pontos significativos do comunicado da Comissão Nacional de Eleições.

A CNE, mais uma vez apela para o civismo responsável dos cidadãos, em geral, e dos partidos políticos em particular, no sentido de serem respeitadas as leis, por forma a obter-se a maior regularidade possível até ao fim da campanha.

ELEMENTOS DO MDP NAS LISTAS DO PCP

Aprender a lição de 1975

Candidatos independentes das listas do P.C.P. no distrito do Porto, Aveiro, Braga, Bragança, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu, deram esta manhã uma conferência de Imprensa sobre as razões das suas candidaturas.

Na sua declaração, elementos do M.D.P./C.D.E. incluídos nas listas do P.C.P. começaram por salientar: «Não se estranhará que homens de esquerda há muito devotados em erguer a única barreira capaz de se opor à reacção e ao fascismo que é unidade de esquerda, estejam mais uma vez lado a lado com os combatentes comunistas, que há longos anos vêm dando as mais duras provas do sacrifício, pela liberdade e pela democracia».

Sublinhando que o M.D.P./C.D.E. tomou «uma atitude exemplar» ao decidir não concorrer às eleições os «independentes» fizeram um apelo

para todos os homens e para as diversas forças de esquerda para reforçarem a concentração de votos no P.C.P.

«Para tal, sublinharam, as eleições da Assembleia Constituinte, no ano passado, forneceram uma dupla lição: evidenciaram que há diversos partidos de esquerda cujos votos foram e serão perdidos, já que não conseguiram nem irão conseguir eleger sequer um deputado, e demonstraram também que o maior dos partidos de esquerda, depois do P.C.P. e do P.S. o M.D.P./C.D.E., necessita de uma média de 42 600 votos para eleger cada um dos seus cinco deputados, enquanto o C.D.S. apenas precisou de uma média de 27 mil para colocar na Assembleia Constituinte cada um dos seus 16 deputados, o que significa ainda que o C.D.S., com uma votação que não atingiu o dobro do M.D.P./C.D.E., conseguiu eleger o triplo dos deputados».